CENTRO UNIVERSITÁRIO UNICARIOCA
MESTRADO PROFISSIONAL EM NOVAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO

MARIA TERESA ROSA MENDES

PROGRESSÃO PARCIAL NO ENSINO PÚBLICO: Novas Estratégias Educacionais Atreladas à Tecnologias Digitais no Ensino Médio

Rio de Janeiro
2021

MARIA TERESA ROSA MENDES

PROGRESSÃO PARCIAL NO ENSINO PÚBLICO: Novas Estratégias Educacionais Atreladas à Tecnologias Digitais no Ensino Médio

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Novas Tecnologias Digitais na Educação do Centro Universitário Carioca (UNICARIOCA) como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Título de Mestre em Novas Tecnologias Digitais na Educação.

.

Orientador: Profº. Msc. André Cotelli do Espírito Santo, M.Sc.

Orientador (a): Profª. Drª. Ana Paula da Siqueira Legey, D.Sc.

Rio de Janeiro
2021

FICHA CATALOGRÁFICA

M537p Mendes, Maria Teresa Rosa

Progressão parcial no ensino público: novas estratégias educacionais atreladas às tecnologias digitais no ensino médio / Maria Teresa Rosa Mendes. – Rio de Janeiro, 2021.

169 f.

Orientadores: André Cotelli do Espiríto Santo

Dissertação (Mestrado Profissional em Novas Tecnologias Digitais na Educação) - Centro Universitário UniCarioca, Rio de Janeiro, 2021.

1. Progressão parcial. 2. Ensino médio. 3.Tecnologias. 4. Reprovação. 5.Estratégias educacionais. I. Espírito Santo, André Cotelli do prof. orient. II. Título.

CDD 371.344

MARIA TERESA ROSA MENDES

PROGRESSÃO PARCIAL NO ENSINO PÚBLICO: Novas Estratégias Educacionais Atreladas à Tecnologias Digitais no Ensino Médio

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Novas Tecnologias Digitais na Educação do Centro Universitário UniCarioca como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Título de Mestre em Novas Tecnologias Digitais na Educação.

A Presidente da Banca, abaixo assinado, atesta que os membros da banca participaram de forma remota desta defesa de dissertação.

Examinado por:

Ana Paula Legey de Siqueira

Profa. D. Sc. Ana Paula Legey de Siqueira (UniCarioca)
Presidente da Comissão Examinadora

Profa. D. Sc. Regina Célia Pereira de Moraes (UniCarioca)

Profa. M. Sc. Jamille Guilherme Suarhs (SEE-RJ / PENSI)

Profa. D. Sc. Gabriela Barreto de Oliveira (SEE-RJ / UFF)

Rio de Janeiro

2021

DEDICATÓRIA

A minha “maninha” – in memorian por todo carinho, amor e incentivo. Aonde estiver, sei que está torcendo por mim. Essa conquista é para você.

AGRADECIMENTOS

A vida se torna mais fácil quando se tem as pessoas certas ao lado.

Primeiramente agradeço a Deus por iluminar o meu caminho. Minha vida tem sido marcada por realizações diárias, e agradeço a ele por mais essa conquista.

Agradeço a minha mãe, que sempre me instruiu e me motivou com os estudos. As horas sentadas ao meu lado me ajudando, as esperas no portão me esperando chegar da faculdade e a alegria a cada conquista acadêmica realizada.

A minha amiga Ana Paula que me incentivou, me inscreveu no mestrado e não me deixou em nenhum momento desistir apesar das turbulências do dia-a-dia. Palavras são poucas para expressar minha gratidão pelo seu carinho de sempre.

Ao meu namorado Leandro, pela vibração ao entrar no curso, pela preocupação e dedicação aos meus estudos nesses anos mesmo distante.

A minha amiga Jamile que me incentivou, me ajudou nas revisões e não desistiu de mim, mesmo as vezes eu desistindo.

Aos amigos que o mestrado me deu a honra de conhecer: Tássia, Lucas, Sávio, Ana e Stella – “O sexteto fantástico” – conhecer pessoas, formar parcerias e poder levar pra vida é uma sorte e um prazer formidável. Obrigada por tudo amigos!

Aos meus orientadores, Professora Ana Paula e em especial ao Professor André, que me auxiliou nos 45” do segundo tempo, sempre com muita atenção e comprometimento, tanto comigo quanto com minha dissertação. Obrigada por todas as orientações.

“Seria uma atitude muita ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que permitisse que às classes dominadas perceberem as injustiças sociais de forma crítica. ” (Paulo Freire)

RESUMO

O presente estudo, desenvolvido no âmbito do Mestrado Profissional em Novas Tecnologias Digitais na Educação do Centro Universitário Carioca - Unicarioca, discute a implementação do regime de Progressão Parcial de uma escola de Ensino Médio pertencente a Secretaria Estadual de Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEEDUC). O objetivo geral desta pesquisa é constituir de forma compartilhada um material didático contendo estratégias colaborativas no regime de progressão parcial, baseadas em tecnologias digitais que possam ser implementadas pensando na realidade do Ensino Público. As análises dos dados mostraram a necessidade de uma reformulação nessa política pública, onde possa ocorrer mais orientações e um real acompanhamento por partes de todos os atores envolvidos na progressão parcial. As fragilidades no acompanhamento e orientações a esses alunos, unido da ineficiência das práticas avaliativas ofertados pelos gestores e professores nessa unidade de ensino, foram os principais pontos que levaram a uma falha na melhoria desse regime em relação ao processo de ensino/aprendizagem. A metodologia utilizada nessa pesquisa foi de cunho qualitativo/quantitativo mais análise documental e bibliográfica. Como instrumentos metodológicos foram feitas entrevistas com gestores e aplicados questionários ao professor. Ao final foi construído um material didático interativo. O conteúdo desse material terá instruções para a operacionalização da política de progressão parcial, o qual poderá ser usado posteriormente por todos os autores da unidade escolar analisada e por outras unidades escolares.

Palavras – chaves: Progressão Parcial. Ensino Médio. Tecnologias. Reprovação. Estratégias Educacionais.

ABSTRACT

This study, developed within the scope of the Professional Master's Degree in New Digital Technologies in Education at Centro Universitário Carioca - Unicarioca, discusses the implementation of the partial progression regime of a high school belonging to the State Education Secretariat of the State of Rio de Janeiro (SEEDUC). The general objective of this research is to jointly constitute didactic material containing collaborative strategies in the Partial Progression regime, based on digital technologies that can be implemented thinking about the reality of Public Education. The analysis of the data showed the need for a reformulation of this public policy, where more guidance and real monitoring by parts of all the actors involved in Partial Progression may occur. The weaknesses in the monitoring and guidance for these students, combined with the inefficiency of the evaluation practices offered by the managers and teachers in this teaching unit, were the main points that led to a failure to improve this regime in relation to the teaching / learning process. The methodology used in this research was qualitative/quantitative and documentary and bibliographic analysis. As methodological instruments, interviews were conducted with managers and questionnaires were applied to the teacher. At the end, an interactive didactic material was built. The content of this material will have instructions for the operationalization of the Partial Progression policy, which can be used later by all authors of the analyzed school unit and by other school units.

Keywords: Partial progression. High school. Disapproval. Technologies. Educational Strategies.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Imagem 1: Capa e Sumário do Material Didático Interativo 85

Imagem 2: Capítulo I e Capítulo II – Material Didático Interativo 86

Imagem 3: Capítulo III e Capítulo IV – Material Didático Interativo 87

Imagem 4: Capa e Contra Capa da Revista EduTec Interativa 88

Imagem 5: A Evolução da Tecnologia Educacional – Revista EduTec Interativa 89

Imagem 6: A importância da Tecnologia Educacional – Revista EduTec Interativa 90

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Dados Evasão escolar – ano base 2018 34

Tabela 2: Níveis de alfabetismo no Brasil conforme o Inaf (2001-2018) 35

Tabela 3: Distribuição da população por níveis de alfabetismo e escolaridade (% da escolaridade) ...37

Tabela 4: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Resultados e Metas do Ensino Médio.. 37

Tabela 5: Taxas de rendimento escolar nos ensinos fundamental e médio – Brasil 2014-2018 38

Tabela 6: Índice de aprovação, Progressão Parcial e reprovação dos últimos cinco anos 55

Tabela 7: Índice de aprovação, Progressão Parcial e reprovação dos últimos cinco anos discriminados por ano de escolaridade 56

Tabela 8: Assertivas relacionadas à implementação da política de Progressão na escola 73

Tabela 9: Assertivas relacionadas com a atuação dos gestores e equipe técnica na orientação da Progressão Parcial 75

Tabela 10: Assertivas relacionadas ao conhecimento da PP pelos professores e sua orientação aos alunos em Progressão Parcial 77

Tabela 11: Assertivas relacionadas ao desempenho e ao acompanhamento dos alunos pelos diversos atores 78

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Proporção por níveis de escolaridade na população de 15 a 64 anos e na amostra Inaf em 2001-2002 e 2018 36

Gráfico 2: Percentual de participantes da pesquisa 69

Gráfico 3: Tempo de serviço na Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro 71

Gráfico 4: Percentual de professores que conhecem o regime de Progressão Parcial 71

Gráfico 5: Eficiência dos instrumentos avaliativos na Progressão Parcial 72

Gráfico 6: Percentual de participantes num processo de construção da Progressão Parcial 80

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Síntese dos dados da escola 52

Quadro 2: Caracterização dos gestores entrevistados 63

Quadro 3: Compreensão sobre o regime de Progressão Parcial 64

Quadro 4: Formação acadêmica dos professores participantes 70

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
INEP – Instituto Nacional de Pesquisa Educacionais
MEC – Ministério da Educação
PP – Progressão Parcial
EJA – Educação de Jovens e Adultos
TIC – Tecnologias de Informação e da Comunicação
SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica
PNAD – Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios
INAF – Indicador de Alfabetismo Funcional
PNE – Plano Nacional de Educação
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
PEE – Plano Especial de Estudos
SEEDUC – Secretaria de Estado de Educação
PPP – Projeto Político Pedagógico
SAERJ – Sistema de Avaliação da Educação do Estado do Rio de Janeiro
AAGEs – Agentes de Acompanhamento da Gestão Escolar
CEE – Conselho Estadual de Educação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 16
1.1 APRESENTAÇÃO 21
1.2 CONTEXTUALIZANDO O PROBLEMA 23
1.3 A EDUCAÇÃO NA ERA DIGITAL.....26
1.4 OBJETIVOS 27

2 REFERENCIAL TEÓRICO.....29
2.1 O REGIME DE PROGRESSÃO PARCIAL 29
2.1.1 A Progressão Parcial na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 30
2.2 O ENSINO MÉDIO NO BRASIL 33
2.3 AVALIAÇÃO ESCOLAR E A PROGRESSÃO PARCIAL 39
2.4 PROGRESSÃO PARCIAL NO CONTEXTO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO..... 43

3 PERCURSO METODOLÓGICO 49
3.1 PESQUISA DOCUMENTAL.....49

3.1.1 Caracterizando a escola partícipe.....50
3.1.1.1 Dados sobre a Progressão Parcial na Escola analisada.....55
3.2 LEVANTAMENTO DE PERCEPÇÕES DOS ATORES ESCOLARES.....57
3.3 FERRAMENTA DE APOIO EDUCACIONAL.....59
3.4 AVALIAÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO.....61

4 **RESULTADOS**.....62
4.1 A CONCEPÇÃO DA EQUIPE DIRETIVA E TÉCNICO-PEDAGÓGICA.....63
4.2 A CONCEPÇÃO DOS PROFESSORES.....68
4.3 PRODUTO TECNOLÓGICO.....83
4.3.1 Material didático interativo: Progressão Parcial- Estratégias colaborativas associadas a uma aprendizagem ativa.....85
4.3.1.1Material didático interativo: Revista EduTec Interativa.....88
4.2 AVALIAÇÃO DOS ATORES EDUCATIVOS.....90

5 CONCLUSÃO 93

REFERÊNCIAS 95

APÊNDICE A: Roteiro de entrevista dos gestores 103
APÊNDICE B: Formulário dos professores 105
APÊNDICE C: Formulário dos autores escolares.....109
APÊNDICE D: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido –TCLE.....110
APÊNDICE E: Termo de Anuência da Instituição.....116
APÊNDICE F: Respostas das assertivas dos professores.....117
APÊNDICE G: Material didático interativo -progressão parcial: estratégias colaborativas associadas a uma aprendizagem ativa 119
APÊNDICE H: Material didático interativo – Revista EduTec Interativa 155

1 INTRODUÇÃO

A minha inquietação para buscar novas formas de ensinar e aprender sobre a progressão parcial no ensino público, gira em torno da vivência do meu percurso profissional, ao constatar a falta de conhecimentos dos conteúdos básicos por parte dos discentes em relação aos anos anteriores ao chegarem ao ensino médio, que acaba sendo uma das principais causas do abandono e da reprovação escolar nessa etapa de escolaridade de ensino médio.

Tenho a compreensão de que os alunos carregam consigo diversos problemas tanto no âmbito escolar, como fora dele. O bairro em que a unidade escolar está inserida e presta serviços é composto por famílias de baixo poder aquisitivo, falta de emprego, e condições de sobrevivência precárias, tendo a violência, o desemprego, a evasão e a falta de estímulo por parte de alguns alunos como principais problemas (Projeto Político Pedagógico da unidade escolar, 2014, p. 13). Esses fatores citados, somados às poucas habilidades adquiridas nas etapas escolares anteriores corroboram para que os alunos não consigam adquirir o aprendizado necessário no ensino médio. No entanto, é real que os alunos em sua maioria possuem um aparelho celular. Surge então a questão-problema: Novas estratégias educacionais com o apoio das tecnologias digitais podem contribuir com a progressão parcial no ensino médio público e oferecimento de oportunidades para que o aluno tenha melhor resultado nas avaliações?

Segundo Paulo Freire (2003, p. 13), “Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”. Essa citação, embora seja de 2003, há o entendimento que o dito pelo grande mestre Paulo Freire sempre tem seu lugar de destaque para embasar muito sabiamente um dos saberes que deveriam ser indispensáveis a qualquer docente em sua prática e que deveriam sempre tentar colocar como meta em suas aulas, mesmo não obtendo o êxito esperado. Infelizmente, alguns docentes carregam a culpa sobre essa insatisfação, pois permanecem no sistema tradicional de ensino educando sobre a ótica de um sistema arcaico, centralizador e oponente.

Na maioria das escolas públicas, a aprendizagem é colocada sob uma perspectiva hegemônica na qual os discentes estão isolados, desmotivados e as práticas docentes se resumem à transmissão de conteúdo para alunos considerados receptores vazios. Constantemente, forma-se um ciclo onde o professor impõe

conteúdos curriculares ultrapassados e o aluno utiliza das ferramentas “copia e decora”, para na sequência ser avaliado, na maioria das vezes, somente através de testes e provas e, no final desse processo, ser aprovado, reprovado ou simplesmente evadir da disciplina ou da escola (COSTA, 2015).

Aos olhos da ótica tradicionalista, as avaliações se retêm em quantidade de informações que o aluno absorve ao invés de qualidade de informações que o aluno compreende, compartilha com seus colegas, associa a sua realidade social e assim aprende (BATTISTELLA, 2017). Silva et al., (2014) pontuam que a avaliação ainda corresponde ao acerto de respostas de um determinado conteúdo que esteja sendo trabalhado. [...] Os dados obtidos serão utilizados como resultados para classificar o aluno em aprovado ou reprovado

Muitos educadores ainda pensam na avaliação como forma de punição, de obter respeito e temor por parte dos avaliados. Atire a primeira pedra o professor que nunca disse em sala ou ouviu algum colega proferir a frase: “- Ah, não vão prestar atenção, não? Então é matéria dada e o conteúdo vai cair na prova! ”. Essa forma de agir gerou críticas de Belmont (2020, p. 2) quando diz que “Sabe-se que inda hoje, os instrumentos utilizados para avaliar o desempenho do conhecimento do aluno, se voltam basicamente, para um modelo tradicional, utilizando técnicas de construção de provas e testes, para julgamento e classificação de notas”.

Avaliar nunca esteve tão em evidência no âmbito escolar e isso tem motivado muitos profissionais da educação a se questionarem de que forma avaliam seus alunos ou até mesmo a verdadeira serventia da avaliação da aprendizagem. Silva (2017, p. 1) destaca que “o ato de avaliar geralmente não é utilizado como forma de repensar a prática, e sim como meio de julgá-la e torná-la estratificada, com a função classificatória, e sempre se entendeu que avaliar o aluno era verificar o quanto ele havia assimilado do conteúdo transmitido”. Nos últimos anos, cada vez mais questões desse tipo têm sido levantadas como objeto de reflexão por parte de diferentes autores, onde criticam o caráter seletivo e classificatório dos processos de aferição do rendimento, além de sua relação com o fracasso escolar.

No Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (2015) a palavra “fracasso” é definida como desastre, perda, desgraça, malogro. Em compêndios especializados na área educacional, diversos autores definem o fracasso escolar de formas distintas. Segundo Batiston (2015),

> além das variáveis como família, escola e sociedade que podem interferir na aprendizagem, o fracasso escolar é o resultado do conjunto de uma soma de fatores resultantes que não foram desenvolvidos de acordo com uma docência ativa e participante, ou seja, pais, alunos e sociedade. Somente a ação pedagógica é que vai orientar o desenvolvimento e amenizar situações como estas (BATISTON, 2015, p. 8).

Já para Jomar, et al., (2014, p.16) defende que “as causas do fracasso escolar nem sempre estão ligadas somente a fatores pertencentes ao aluno, mas também à escola, pois tem o papel de transmitir o conhecimento e de ser a facilitadora daquilo que o aluno tende a absorver”.

Convivemos em nosso contexto educacional com o fato que muitos profissionais consideram o fracasso escolar como mau êxito na escola nas formas de reprovação e evasão escolar. Também questionamos e conversamos sobre o fato de que há tempos, muitas ações têm sido desenvolvidas com o intuito de modificar esse quadro recorrente na educação pública objetivando melhorar a qualidade de ensino e auxiliar os alunos de maneira efetiva em suas dificuldades de aprendizado. Nas instituições públicas de ensino existem diversos casos de alunos que possuem alto índice de frequência, acompanham as aulas teóricas, realizam as atividades de aula e de casa solicitadas pelos seus professores mas, em contrapartida, no momento das avaliações tradicionais que são utilizadas pela maioria das escolas (provas e/ou testes), esses mesmos discentes não apresentam um bom desempenho na realização das mesmas

Tal fato pode ser ocasionado por diversos fatores como o emocional do aluno no momento da realização da prova, questões familiares que ultrapassam o limite do particular e refletem na vida escolar do adolescente, escolas que utilizam apenas um método avaliativo ao invés de diversificar e fazer uso de, no mínimo, três métodos de avaliações distintas, docentes que trabalham apenas com a memorização desconsiderando que o aluno possa esquecer o conteúdo imposto no momento da prova, entre outros fatores (REIS, 2011).

Mas, o que seria avaliar num contexto atual? Na linguagem cotidiana, avaliar significa estimular, apreciar, examinar, implicando coleta de informações com atribuição de valor ou qualidade sobre um determinando objeto. Assim, nesse processo ocorre uma comparação entre o objeto e um determinado padrão previamente estabelecido como parâmetro.

Na vida escolar, avaliar é comparar e classificar, estabelecendo relações entre o ser avaliado com um padrão de excelência. O que foge desse padrão para mais ou para menos precisa ser redesenhado e novamente submetido a uma avaliação para adequação. Segundo Hoffmann (2010), a avaliação hoje é um fenômeno indefinido. Professores e alunos usam desses termos para atribuir diferentes significados, relacionando-os principalmente aos elementos constituintes da prática avaliativa tradicional: prova, conceito, boletim, recuperação e reprovação.

Entendemos que avaliar, principalmente na progressão parcial do ensino público, entretanto, é superior a isto, é muito mais do que classificar os alunos em aprovados e reprovados ou em bons e ruins. Uma importante função nesse processo avaliativo é possibilitar a regulação da aprendizagem, avaliar para intervir, para agir e corrigir os rumos do trabalho docente dentro das escolas, trazendo um auxílio pedagógico para o ambiente escolar. O desinteresse do aluno, suas dificuldades, necessidades e sua realidade no contexto social do qual faz parte, deve ser critério para que leve o docente a reorganizar seu planejamento, bem como proporcionar ao aluno um autoquestionamento.

Sabemos que várias questões estão atreladas ao processo de ensino-aprendizagem. Colocar esse indivíduo como construtor do próprio conhecimento não é tarefa fácil, porém de suma importância. Willian Glasser (1925-2013) entre muitas de suas teorias, publicou a Teoria da Escolha onde afirmava que nenhum ser humano é totalmente desmotivado, qualquer pessoa apesar de todos os problemas enfrentados, não deseja seu fracasso, ao contrário, gosta de aprender diariamente (PLATAFORMA GGD, 2019).

Com base no comportamento humano, a escolha pelo estudo é motivada para satisfazer cinco necessidades básicas: sobrevivência, pertencimento ao grupo, liberdade, poder e diversão, onde o aluno buscará fora do ambiente escolar um aprendizado que seja mais leve e divertido e, consequentemente, mais significativo. A partir dessa ideia, chegamos à pirâmide de aprendizado proposta pelo autor: a educação para que seja assertiva, não limitando a memorização mecânica e técnicas similares que contribuem pouco para esse aprendizado. O aluno deixa de ser um indivíduo passivo de informações, para um ser ativo, tornando-se um ser protagonista, empoderado, construtor e detentor de conhecimentos.

Na Lei de Diretrizes e Bases da educação (LDB), Artigo 9°, inciso VI, há um eixo direcionado à avaliação que discorre sobre esse aspecto tão importante a ser

observado nos vários níveis de ensino. Ainda pautada nessa Lei, no art. 24, inciso V, a avaliação é tratada como a verificação do rendimento escolar, prevalecendo os aspectos quantitativos e qualitativos.

Infelizmente, há uma discrepância entre a Lei de Diretrizes e Bases (LDB-9.9394/1996 e dados de organizações da educação. O Instituto Nacional de Pesquisa Educacionais (INEP) mostra que a taxa de reprovação do ensino médio chegou a 13,1% entre os alunos matriculados, sendo o maior desde 1999. Esse foi o primeiro ano que a consulta ano portal do órgão do Ministério da Educação (MEC) foi disponibilizada e identificou que os alunos reprovados são os que, em algum ano do ensino médio, não obtiveram nota suficiente para passar de ano (BRASIL, 2019).

Com o objetivo de assegurar o direito à educação de qualidade, a LDB 9.394/96 instituiu o regime de Progressão Parcial (PP). Tal regime constitui-se em uma nova oportunidade de aquisição de conhecimentos e de construção de competências e habilidades, garantindo por lei de o aluno ser promovido à série seguinte, ainda que não tenha obtido resultado esperado em disciplinas de séries anteriores (BRASIL, 1996).

Nas escolas estaduais do Rio de Janeiro, o regime de Progressão Parcial é oferecido aos alunos que não alcançaram aproveitamento mínimo necessário para a sua promoção. O artigo 3° da referida portaria define esse regime como ação orientada, a fim de oportunizar a aquisição de conhecimentos, habilidades e competências, sendo oferecido nos anos finais do Ensino Fundamental, no Ensino Médio, na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), no Curso Normal, no Ensino Médio Integrado e na Educação Profissional.

Resumindo, a progressão parcial refere-se ao procedimento pelo qual o aluno é promovido e assim se classifica para o ano subsequente de sua escolarização, porém com disciplinas pendentes de conclusão da série anterior. Apesar de todas documentações regentes a esse método de recuperação de ensino, observam-se restrições nos regimentos escolares com situações de retenções, interrompendo por vezes a possibilidade de continuidade dos estudos.

Para que esse regime torne-se um instrumento de resgate de conhecimento e flexibilização visando garantir a participação e aproveitamento do aluno é primordial a reflexão sobre a progressão parcial nas escolas para que se conheça as dificuldades encontradas nas metodologias de trabalho dos gestores e professores, acerca dos processos e das dinâmicas no dia a dia das unidades de ensino..

A problematização nesse caso ocorre pela inadequação de se criar práticas pedagógicas, acompanhada da ausência de orientações específicas por parte das regionais, gestores e professores, acarretando uma prática excludente onde não se garante a recuperação efetiva do aluno em progressão parcial, gerando restrições para uma oferta de ensino satisfatória.

Para que esse regime torne-se um instrumento de resgate de conhecimento e flexibilização visando garantir a participação e aproveitamento do aluno é primordial a reflexão sobre a progressão parcial nas escolas para que se conheça as dificuldades encontradas nas metodologias de trabalho dos gestores e professores, acerca dos processos e das dinâmicas no dia a dia das unidades de ensino.

1.1 APRESENTAÇÃO

Quando penso em educação me vem à memória as inúmeras vezes que estive sentada na mesa da minha sala – a mesma que hoje escrevo minha dissertação – com a minha mãe ao lado tentando muitas vezes sem sucesso, sanar minhas dúvidas sobre os conteúdos aprendidos na escola. Nem sempre ela teve paciência para me ensinar, mas sempre teve amor e dedicação e, uma das melhores lições que ela me deu, foi que nem sempre educar era uma tarefa fácil.

Em 2008, entrei para a universidade e comecei a cursar licenciatura em Ciências Biológicas, porém, mesmo cursando uma licenciatura, naquela época ser professora não era a carreira que eu queria seguir. Mas, acredito que ser educador é ter um dom e o meu se deu quando fiz meu primeiro estágio na escola onde finalizei meu ensino fundamental. Lembro que achei estranho estar na frente daquelas crianças numa mesma sala que a anos atrás era eu quem estava sentada no lado oposto.

Minha vida profissional como docente começou efetivamente no ano de 2015, quando entrei para a Rede Pública de Ensino do Estado do Rio de Janeiro, onde comecei lecionando Ciências do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental em duas escolas no município de Campos dos Goytacazes. No mesmo ano, me transferi para um outro colégio, agora no município de Macaé, onde comecei a lecionar as disciplinas de Biologia e Química em todos os anos do Ensino Médio.

Desde o primeiro ano como professora de nível médio, me deparei com a dificuldade de os alunos compreenderem essas disciplinas, acreditando inicialmente

que era porque no Ensino Fundamental as disciplinas Biologia, Química e Física eram unificadas para somente Ciências e eles não conseguiam dissocia-las. Com o passar do tempo, ficou cada vez mais claro que as dificuldades e fragilidades dos alunos em relação à aprendizagem no ensino de Química eram cada vez piores. Eles não associavam conceitos básicos de química inorgânica do 1° ano, consequentemente correspondiam da mesma forma nos anos subsequentes, o que se tornava ainda pior no 3° ano quando eram apresentados à química orgânica.

Como professora iniciante, sem experiência com todo o “roteiro educacional” imposto nas unidades de ensino regular pública estadual, comecei com os mesmos erros de vários colegas de profissão, só me importando em avaliar aqueles alunos, fazê-los alcançarem a média, percebendo que na maioria das vezes isso não ocorreria, automaticamente levando meu aluno à reprovação ou simplesmente fazendo-o evadir da disciplina no decorrer do processo. Ao final do ano letivo, ter um número elevado de alunos reprovados que no outro ano voltariam a ter aula comigo, repetindo o mesmo ano escolar, ou retornariam no próximo ano sem saber a matéria do ano anterior, o que dificultava mais ainda o processo de aprendizagem do aluno.

Desta forma, foi-se criando um ciclo de não aprendizagem porque esses alunos continuavam sem entender, passando por passar, sem ter uma aprendizagem significativa e não interligando a Química com outras disciplinas, muito menos associando ao seu cotidiano. Como professora (que achei que era), não me incomodava esse fato, até porque a concepção que tinha era que esses alunos que teriam que se dedicar mais, estudar mais para ter resultados significativos, o que, claro, não ocorria e continuavam ano após ano tendo uma média alta de reprovação. Como docente, jamais passou pela minha cabeça que talvez o problema poderia ser as metodologias e os processos avaliativos que eu usava com aqueles alunos. Para mim, lecionar era como uma receita de bolo que sempre deu certo, então, para que mudá-lo?

No segundo semestre de 2018 entrei para o mestrado e descobri que era o que eu precisava para a minha vida profissional. Acreditava que eu era professora, mas na verdade eu era uma “depositora de conteúdos”, daquelas conteudistas. Assim, desde então, meu olhar sobre educação começou a mudar e florescer.

Em 2019, tive a oportunidade de me tornar Diretora Adjunta desse Colégio, ficando responsável por toda a parte pedagógica da unidade escolar e, dessa forma, pude perceber a problematização dos altos índices de alunos que se encontram em

Progressão Parcial (a famosa dependência) e observar a ineficiência dos instrumentos avaliativos aplicados durante a etapa, acabando que os alunos não concluíam com êxito, sendo reprovados ou aprovados sem conhecimento. Tal fato mostrou-me que a responsabilidade do ciclo de ineficiência das avaliações era muito maior que somente o espaço da sala de aula.

Na verdade, este ciclo começa pela falta de implementação e acompanhamento de ações da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro que possibilitem melhores resultados e termina com a fragilidade e a inadequação de práticas pedagógicas por parte dos gestores e professores.

Nesse contexto, com a finalidade de compreender melhor as causas relacionadas às altas taxas de alunos em dependência, o interesse por essa temática ocorreu pela necessidade de entendimento da dinâmica do processo de progressão parcial pelos autores escolares e a viabilidade de instrumentos avaliativos que desenvolvam situações de aprendizagem instigadoras, que motivem o aluno a questionar, expressar suas ideias e a participar do processo de construção do conhecimento.

1.2 CONTEXTUALIZANDO O PROBLEMA

O Ensino Médio constitui-se em uma etapa crítica na formação dos indivíduos, assumindo múltiplas funções tais como: consolidação e aprofundamento dos conhecimentos possibilitando o prosseguimento dos estudos, a preparação básica para o trabalho e a cidadania e o aprimoramento do educando incluindo a formação ética, a autonomia intelectual e o pensamento crítico (Art. 35, Lei nº 9.394/1996). De acordo com a Constituição Federal de 1988, o Estado tem a obrigação de oferecer Ensino Fundamental e Médio para todos os brasileiros.

Embora algumas iniciativas tenham sido lançadas nas últimas décadas para atingir este objetivo, o avanço tem sido bem desiguais variando de estado para estado, sendo que nenhum teve a meta de universalização alcançada. O Brasil, tem como obrigatoriedade o atendimento à população de 15 a 17 anos estabelecida pela Emenda Constitucional n.59, que tinha como previsão a implementação progressivamente até 2016 (BRASIL, 2009), e constando como Meta 3 do Plano Nacional de Educação (PNE) (BRASIL, 2014).

Garantir que os adolescentes permaneçam na escola nos anos finais do Ensino Médio é o principal desafio para acontecer essa universalização do acesso à educação básica. Se faz crescente a preocupação em relação aos estudantes que não recebem essa formação, situação essa que traduz em problemas para os próprios indivíduos e para a sociedade em que estão inseridos. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad) em 2018, mostraram que 11,8% dos jovens nesta faixa etária estavam fora da escola, o que equivale a 1,1 milhão de pessoas.

Fazendo uma análise desse quadro de desafios a serem enfrentados pelo Ensino Médio, Torres *et al*. (2013) afirma que essa situação pode ser compreendida por meio de três abordagens não mutuamente excludentes, como a massificação dessa modalidade de ensino, especialmente depois da década de 1990, o que deve ser considerado com otimismo, sem que se perca de vista que a almejada ampliação do acesso não veio acompanhada de condições para garantir permanência e aprendizado; as indefinições, oscilações e fragmentação das políticas educacionais para esse nível de ensino, com projetos por vezes conflituosos entre si; e do desencontro crescente da escola com a cultura e a socialização juvenis, que têm passado por intensas transformações nas últimas décadas.

Vale considerar também, toda uma gama de fatores relacionados ás condições de trabalho, formação de professores, além da carência de docentes para esse nível de ensino, situações que levam a um ensino truncado em seu desenvolvimento e descontínuo no que se refere ás situações de aprendizagem, demonstrando desinteresse, retenção e evasão dos alunos. Apesar de todas essas razões, na prática, ensinar também impacta diretamente nessa modalidade de ensino. O fato é que o *que* se ensina, *como* se ensina e como se avalia também tem sido apontado como causas para o desinteresse e desmotivação desses jovens na permanecia na escola (LIMA, 2017).

O caminho trilhado pela avaliação tem sido difuso, complicado e absolutamente malsucedido. A prática avaliativa tem fator denotativo (ou se tem sucesso ou se fracassa), qualificando ou desqualificando o estudante mediante seus resultados. Hoffmann (2010), pontua a contradição entre o discurso e a prática de alguns educadores, principalmente a classificatória e a autoritária exercida pela maioria. A autora demonstra que as concepções de avaliação do educador é reflexo de sua história de vida como aluno e professor. Vivemos sofrendo avaliação em nossa

trajetória, porém é necessária a tomada de consciência dessas influências para que a prática avaliativa não reproduza inconscientemente, arbitrariedade e autoritarismo.

Datrino *et al.,* (2010) descreve que a avaliação compreendida como julgamento, considera apenas as modificações que se produzem de um lado, a do aluno, colocando essa prática como uma função classificatória e burocrática, tendo como princípio claro de descontinuidade, de segmentação, de parcelarização do conhecimento.

Todavia, se faz a compreensão que a avaliação é uma parte do processo: não se pode ensinar sem se avaliar (antes, durante e depois), assim como só é possível saber se a aprendizagem aconteceu quando se avalia. Avaliar é dinamizar oportunidades de ação e reflexão, num acompanhamento permanente do professor, que incitará o aluno a novas questões a partir de respostas formuladas. Compreender e reconduzir a avaliação numa perspectiva construtivista e libertadora exige uma ação consensual nas escolas no sentido de revisão do significado político das exigências burocráticas dos sistemas municipais, estaduais e federal de educação (SILVA, 2017).

Freire (2011) coloca que um dos saberes indispensáveis a qualquer docente e a qualquer tempo de sua prática é que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua produção ou a sua construção”. Ensinar é, portanto, fornecer subsídios para que os estudantes, em qualquer situação construa sua solução. Com isso, para o autor, ensinar é uma troca, uma interação, onde o docente aprende ensinando e ensina aprendendo.

A problematização dessa pesquisa, portanto, encontra-se voltada numa reflexão que se refere a ausência de práticas pedagógicas defasadas, inadequadas, acompanhada também da ausência de orientações específicas por parte das regionais, gestores e professores, acarretando uma prática excludente onde não se garante a recuperação efetiva do aluno em progressão parcial, gerando restrições para uma oferta de ensino satisfatória, resultando em práticas excludentes, necessitando de práticas inclusivas que o professor esteja mais preparado para esses alunos que precisam de acompanhamento.

Diante de todo o exposto surge então a questão-problema: Novas estratégias educacionais com o apoio das tecnologias digitais podem contribuir com a progressão parcial no ensino médio público e oferecimento de oportunidades para que o aluno tenha melhor resultado nas avaliações que são submetidos?

1.3 A EDUCAÇÃO NA ERA DIGITAL

Nesse contexto, com a finalidade de compreender melhor as causas relacionadas às altas taxas de alunos em dependência, o interesse por essa temática da inclusão digital ocorreu pela necessidade de entendimento da dinâmica do processo de progressão parcial pelos autores escolares e a viabilidade de instrumentos avaliativos que desenvolvam situações de aprendizagem instigadoras, que motivem o aluno a questionar, expressar suas ideias e a participar do processo de construção do conhecimento.

Ao contrário daqueles nascidos antes do advento internet e que ainda vivem uma transição diária do mundo analítico para o mundo digital, as crianças atualmente nascem imersos no mundo tecnológico. Os nativos digitais, segundo Coelho (2012) possuem a capacidade de realizar múltiplas tarefas, o que representa uma das características principais dessa geração. Ainda segundo esse autor, essa nova geração é formada, especialmente, por indivíduos que não se amedrontam diante dos desafios expostos pelas Tecnologias de Informação e da Comunicação (TIC) e experimentam e vivenciam múltiplas possibilidades oferecidas por novos aparatos digitais. A escola tem o papel fundamental para preparar esse aluno para o mundo moderno que, querendo ou não, é ditado pelo uso massivo das tecnologias. O mundo sofre constantemente grandes transformações e, no cenário atual, é preciso complementar o ensino tradicionalista, contemplando a tecnologia seja ela como recurso didático para o professor ou como forma de estímulo para o aluno.

A inclusão digital na escola favorece o desenvolvimento de novas formas de aprender e ensinar, integrando professores/as e alunos/as para uma educação mais flexível e colaborativa, em que o primeiro passa a desenvolver um papel de mediador e o segundo se torna mais autônomo, com objetivo de potencializar o aprendizado A tecnologia agora faz parte da lista de materiais didáticos e tem motivado estudantes a ter mais prazer em aprender. Usados com intencionalidade, os dispositivos digitais trazem mobilidade e possibilidade de estudo em qualquer lugar. Atualmente, existem inúmeros dispositivos digitais (como computadores, tablet e smartphones) e a tendência é que a presença desses dispositivos aumente cada vez mais. Com isso, a internet tornou-se uma fonte inesgotável de exemplos da vida real, que aliada aos conteúdos didáticos, torna a aprendizagem útil para a vida cotidiana. Contudo, o

currículo deve proporcionar ao aluno condições para que ele seja capaz de compreender e transformar o seu ambiente cotidiano (SANTOS, 2016).

A utilização das novas tecnologias digitais gera transformações significativas em todos os setores profissionais, e no âmbito educacional vem com a finalidade de maximizar e dinamizar o processo de ensino/aprendizagem. A prática pedagógica com a utilização das diversas tecnologias precisa realizar-se de maneira crítica para compreender, propor e desenvolver as estratégias de construção do conhecimento. É essencial educar para saber discernir a informação correta e mostrar ao aluno que a internet vai além do Google ou das redes sociais, eles são recursos que exploram novas possibilidades de aprendizagem, tornando-a mais didática, envolvente e assimilativa, tendo o professor como mediador e guia em seu percurso de conhecimento (BOTTENTUIT JR; COUTO, 2012).

Reconhecendo que a tecnologia traz diversificadas possibilidades de utilização no trabalho professor/aluno/conhecimento, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9.394/96 preconiza que a escola de educação básica deva incentivar o uso de tecnologias como parte integrante do processo ensino/aprendizagem, sendo que o educando apresente domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna. (SANTOS, 2018).

1.4 OBJETIVOS

A fim de contribuir para a compreensão das ações realizadas pela Secretaria de Estado de Educação no tratamento dessa política, o objetivo geral dessa pesquisa é constituir de forma compartilhada um material didático contendo estratégias colaborativas no regime de progressão parcial, baseadas em tecnologias digitais que possam ser implementadas pensando na realidade do Ensino Público. Para tanto, definimos como objetivos específicos:

I – Identificar as dificuldades e as fragilidades da progressão parcial na unidade analisada;

II – Elaborar estratégias educacionais conjuntas com os professores, associando às tecnologias digitais mais propicias para o desenvolvimento dessas aprendizagens;

III – Construir de forma colaborativa uma ferramenta de apoio educacional de forma digital;

IV – Produzir um material interativo didático com o intuito de nortear gestores e professores sobre as aplicabilidades do processo de progressão parcial através do uso das novas tecnologias digitais;

V – Avaliar o material didático sob o olhar dos atores educacionais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O REGIME DE PROGRESSÃO PARCIAL

Esse capítulo tem como objetivo descrever como aconteceu toda a implementação da progressão parcial, desde a legislação vigente no âmbito nacional, como no contexto da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro, chegando a Regional Norte Fluminense onde a escola analisada está localizada. No decorrer desse processo, serão apontados os desafios do Ensino Médio e modelos de avaliação escolar aplicados atualmente. Cabe apontar, que todos esses caminhos apresentados, tem como principal função apresentar os desafios sobre a implementação dessa política educacional. Sarmento (2017) destaca que a progressão parcial altera tudo em torno da comunidade escolar, pois têm sido criadas estratégias diferenciadas para que o desenvolvimento do aluno venha progredir diante de seus esforços. Para que o aprendizado possa acontecer realmente tem que haver uma conscientização dos atores escolares e estudantes.

> A Progressão Parcial apesar de ser considerada uma ideia avançada, tem sido alvo de polêmicas desde sua implantação, por alguns considerarem que ela configura a “aprovação automática” dos alunos. Essa ideia leva em conta que a Progressão Continuada foi adotada, no Brasil, sem se mudar as condições estruturais pedagógicas, salariais, de formação de professores e outros elementos necessários ao projeto de Progressão Continuada. Outros, no entanto, consideram um importante projeto para solucionar o problema da reprovação e evasão escolar (GOMES, 2012, p.1)

As políticas educacionais são formuladas para atender às demandas da sociedade como um todo e às necessidades diagnosticadas no contexto das escolas públicas. Condé (2011) pontua que,

> Toda política pública, nunca é demais recordar, é característica da esfera pública da sociedade; refere-se a problemas coletivos de espectro amplo e tem caráter “impositivo”, a saber, elas emanam de uma autoridade pública que tem a legitimidade para a sua implementação ou para delega-la a outrem (CONDÉ, 2011, p 2).

Condé (2011, p 15) que uma das dificuldades da implementação da política no modelo *top/down* (de cima para baixo) é o fato dessa ser elaborada fora do contexto de sua aplicação, sendo os atores da “ponta do sistema” obrigados a implantar algo que não formularam, havendo o choque entre o “centro” e o “local”. Nesse sentido,

aponta como fatores relevantes para o sucesso do formato *top/down* a inexistência de grandes restrições aos implementadores pelas condições locais e externas, a disponibilização de tempo e recursos das diferentes fases da implementação e agências de implementação com competência para trabalhar, coordenadas e com regras claras.

Mediante a compreensão desse cenário, será possível entender sobre as mudanças ocorridas na Secretaria Estadual de Educação do Estado do Rio de Janeiro, no que tange à operacionalização do regime de progressão parcial, a partir de documentos normativos.

2.1.1 A PROGRESSÃO PARCIAL NA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL

A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) criada na década de 1960, é um marco para o campo da educação. A Lei nº 4.024 (BRASIL, 1961) criada com o objetivo de oferecer educação igualitária como direito de todos, surge como instrumento que ajusta a educação ao modelo socioeconômico e político da época, procurando organizar a educação nacional.

A partir da Lei 4.024 (1961) é possível ressaltar algumas mudanças significativas, como a criação do Conselho Federal de Educação[1] e dos Conselhos Estaduais e a Estruturação da Educação Primária. Tal lei estabelece, em seu artigo 2º do Título II que "a educação é direito de todos e será dada no lar e na escola. No que tange a avaliação, ainda que fosse apenas classificatória, na referida lei, destaca-se a preocupação com a avaliação contínua. Assim, no Art. 39 pauta que: "Na avaliação do aproveitamento do aluno preponderão os resultados alcançados durante o ano letivo [...]". Dessa forma, o aproveitamento e o resultado quanto à aprovação ou a reprovação do discente apoiavam-se também na consideração do nível de desenvolvimento do aluno.

Com a efetiva expansão das matrículas na década de 1990, políticas públicas foram implementadas como objetivo de garantia ao acesso à educação básica e

[1] O Conselho Federal de Educação ou Conselho Nacional de Educação (CNE), tem por missão a busca democrática de alternativas e mecanismos institucionais que possibilitem, no âmbito de sua esfera de competência, assegurar a participação da sociedade no desenvolvimento, aprimoramento e consolidação da educação nacional de qualidade. (Fonte: Portal MEC)

sobretudo assegurar a permanência na instituição escolar. Contudo, o processo de expansão das escolas, representado pela incorporação das camadas populares, demonstrou o crescimento quantitativo dos sistemas educativos desacompanhado de ações que possibilitassem o sucesso dos alunos em igual proporção, principalmente, o que tange à destinação de recursos públicos para o setor (DAMBROS; MUSSIO, 2014).

Nessa perspectiva, o cenário foi modificando e as discussões passaram a ser equidade e a eficiência da educação pública, uma vez que a universalização do acesso à escola não necessariamente evidencia uma trajetória de sucesso dos alunos em busca de aprendizagem. Com isso, foi elaborado o Plano Decenal de Educação para Todos (1993-2003) concebido com um conjunto de diretrizes políticas [...] voltado para recuperação da escola fundamental, a partir do compromisso com a equidade e com o incremento da qualidade, como também com a constante avaliação dos sistemas escolares *(*BORDIGNON, *et al*., 2011).

A repetência é considerada um dos problemas da educação brasileira, visto que os alunos ficam 5 anos, em média, na escola antes de abandonarem e levam 11,2 anos, aproximadamente, para concluir o Ensino Fundamental. Estudos realizados comprovam que direção, docentes e discentes apontam como causas para a evasão escolar: falta de incentivo da família e da escola; necessidade de trabalhar; excesso de conteúdos escolares e amizades erradas. Diante do grande número de reprovações, os alunos acabam desistindo da escola, seja por falta de motivação ou necessidade de ingressar no trabalho, precocemente, em busca de sua sobrevivência e de sua família (SOUZA, et al, 2011).

Com isso, uma das questões debatidas à época da formulação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394, de 23 de dezembro de 1996, foi a “cultura de reprovação”, apontada como mecanismo de seleção e de exclusão. A LDB passa a oferecer novos caminhos para a organização dos tempos e dos espaços escolares, para o ensino, a aprendizagem e para a avaliação. O Art. 23, trata exatamente das escolas de educação básica em oportunizar novas possibilidades de organização: séries, ciclos, progressão parcial, progressão continuada, dentre outras, sempre com o interesse no processo de aprendizagem.

No tocante à progressão parcial, a LDB dispõe:

> Art. 24 – A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns: […] III – nos estabelecimentos que adotam a progressão regular por série, o regimento escolar pode admitir formas de progressão parcial, desde que preservada a sequência do currículo, observadas as normas do respectivo sistema de ensino […] (BRASIL, LEI FEDERAL Nº 9394/96).

Conforme o artigo mencionado, os sistemas de ensino têm autonomia para definir a adoção ou não da progressão parcial. Se assim o fizer, quando contemplarem a progressão regular por série, há a necessidade de preservar a sequência do currículo, observando as normas do respectivo sistema de ensino. Cabe à escola dispor em seu regimento interno sobre a utilização desse procedimento para fins de regulamentação. Nesse sentido, fica evidenciada a flexibilidade concedida aos estabelecimentos de ensino para utilização do recurso da progressão parcial. Constatamos, portanto, que:

> A versão aprovada da LDBEN apresenta características bastante novas para a estrutura e funcionamento da educação escolar brasileira. Pode-se dizer que essa lei, em vez de outros dispositivos legais sobre a educação no passado, abre campo extremamente grande para iniciativas mais autônomas por parte dos sujeitos interessados. Numa palavra: flexibilidade (LERCHE, 2015, p. 5).

Lerche (2015) argumenta também que tal flexibilidade não pode ser considerada como ilimitada, uma vez que uma lei é uma norma jurídica que estabelece limites, pelos quais se reconhecem também as possibilidades de atuação mais livre. Nessa perspectiva, a LBD flexibiliza o recurso de progressão parcial pela escola, ao mesmo tempo que deixa clara a necessidade de regulamentação, caso opte pela sua adoção.

No artigo 24 da LDB nº 9.394/96, trata também sobre o rendimento escolar. O artigo contém quatro parágrafos que destacam o sistema de promoção dos estudos de recuperação e da possibilidade do avanço progressivo pelo aluno. Quanto aos avanços progressivos, a referida Lei nº 5.692/71 (LDB anterior), já descrevia, sob a nomenclatura de dependência, possibilitando-a a partir da 7ª série, conforme estabelecido no artigo 15: “[...] O aluno seja matriculado com dependência de uma ou duas disciplinas, áreas de estudo ou atividade de série anterior, desde que preservada a sequência do currículo”. Na LDB vigente, não há limitação do número de disciplinas para oferta desse recurso.

2.2 O ENSINO MÉDIO NO BRASIL

Analisando sobre o sistema educacional brasileiro é nítida a percepção de que o Ensino Médio é uma etapa crítica na formação dos indivíduos na educação básica. Esta etapa provoca controversos debates, seja pelos problemas de acesso, qualidade de ensino oferecida ou ainda pela sua "função" no âmbito escolar. Isso porque essa modalidade de ensino assume muitas funções, tais como consolidação dos conhecimentos e modalidades básicas que os estudantes deveriam trazer do Ensino Fundamental, a preparação para o ingresso ao ensino superior e/ou mercado de trabalho e a formação de cidadãos críticos e engajados na sociedade.

No Brasil, a Constituição Federal estabelece por meio da Emenda n°14, de 13 de setembro de 1996, a "Progressiva universalização do Ensino Médio gratuito" (CF 1988, ARTIGOS. 208, II), enquanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 1996, ART 4°, II) institui a "Progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao Ensino Médio". Esses enunciados apresentam pontos importantes referentes ao papel do Estado no Ensino Médio. A própria LDB não somente garante a universalização, como também obriga e responsabiliza o Estado a garantir sua oferta.

Atualmente, a problematização do Ensino Médio ocorre por não existir essa caracterização universal da educação pautada nas legislações nacionais. Alguns apontamentos mostram que a universalização das vagas não retrata o pleno atendimento pela escola em termos de qualidade e equidade. A expansão do acesso à escola nos anos de 1990, o fenômeno da massificação apresentou-se como um dos efeitos do processo de mudanças, levando a uma preocupação com a qualidade do resultado escolar, apresentando-se como um novo desafio a ser enfrentado (RANIERI, ALVES, 2018).

Políticas públicas foram inseridas referentes a esses desafios como a descentralização da gestão pública, novas regulamentações de modo a garantir a autonomia à escola, ênfase na avaliação de resultado com a criação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB)[2] foram implementadas, a fim de garantir o

[2] O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) é um conjunto de avaliações externas em larga escala que permite ao Inep realizar um diagnóstico da educação básica brasileira e de fatores que podem interferir no desempenho do estudante. Por meio de testes e questionários, aplicados a cada

acesso a todos os alunos na instituição escolar, bem como sua efetiva permanência. A despeito do fato das matrículas - não estamos presumindo que a matrícula é o único fator que influencia nesse contexto - terem sido amenizadas nos últimos anos, a evasão escolar, -apesar de apresentar uma discreta redução em seus números - a distorção idade-série e a qualidade de ensino ainda continuam precárias (FRITSCH, 2014).

Dados do Censo Escolar de 2018 do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) mostraram uma redução no número de matrículas em 7,1% e dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD) de 2015 mostraram que 84,3% dos jovens, entre 15 e 17 anos de idade, estavam matriculados na escola, porém, 11,8% (tabela 1) dos adolescentes brasileiros estão fora da escola (IBEB, 2018), e essa é uma questão que não diz respeito apenas à educação, mas influencia diversos outros números, inclusive referentes a conflitos com a lei e a violência.

Tabela 1: Dados Evasão escolar – ano base 2018

Categoria	***Indicador/ Descrição***	***Unidade de medida NÚMERO***	***Unidade de medida PERCENTUAL***	***Fonte***
Evasão Escolar	Total crianças e adolescentes de 06 a 14 anos em evasão escolar	169.521	0,7%	MEC/INEP/IBGE
Evasão Escolar	Total de adolescentes de 15 a 17 anos fora da escola	1.152.846	11,8%	MEC/INEP/IBGE

Fonte: htpp://www.gov.br – publicado em 10 de julho de 2020

O relatório de Monitoramento Global Educação para Todos[3], apresentado em 2014, pela Organização das Nações Unidas (UNESCO), mostrou que o Brasil atingiu as metas de “educação primária universal” e as de “habilidade de jovens e adultos”, mas ainda precisa avançar na melhoria da qualidade de ensino. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estáticas (IBGE), em 2018, havia 11,3 milhões de

[3] O Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos, publicado anualmente, monitora o progresso global dos seis objetivos de Educação para Todos. A cada ano, o relatório apresenta evidências para informar gestores de políticas públicas sobre questões temáticas específicas como atingir as populações marginalizadas, conflitos, habilidades para juventude ou sobre ensinar e aprender. O Relatório apresenta dados de uma variedade de fontes, incluindo as do Instituto de Estatística da UNESCO, a principal fonte de estatística internacional em educação. (Fonte: UNESCO)

pessoas analfabetas com 15 anos ou mais de idade. Fazendo uma comparação, se todos residissem na mesma cidade, este lugar só seria menos populoso que São Paulo, fazendo do Brasil o 8º país com o maior número de analfabetos (AGÊNCIA BRASIL, 2019).

O Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF), retratam os níveis de analfabetismo da população brasileira, permitindo o acompanhamento e a obtenção de dados que evidenciam cada vez mais a necessidade de implementar e fortalecer estratégias que combinem com políticas públicas e iniciativas da sociedade civil. Os resultados obtidos ao longo de mais de uma década mostram uma significativa redução do número de analfabetos de 2001-2002 até 2015, porém ocorreu um novo aumento em 2018. Ao longo dos anos, houve uma redução da proporção de brasileiros que conseguem fazer o uso da leitura e da escrita e das operações matemáticas em suas tarefas do cotidiano apenas em nível Rudimentar (de 27% em 2001-2002 para um patamar estabilizado de um pouco mais de 20% desde 2009) (tabela 2). Indivíduos classificados nesses dois níveis de alfabetismo compõem um grupo denominado pelo Inaf como analfabetos funcionais - esses equivalentes, em 2018, a cerca de 3 em cada 10 brasileiros (INAF, 2018).

Tabela 2 – Níveis de alfabetismo no Brasil conforme o Inaf (2001-2018)

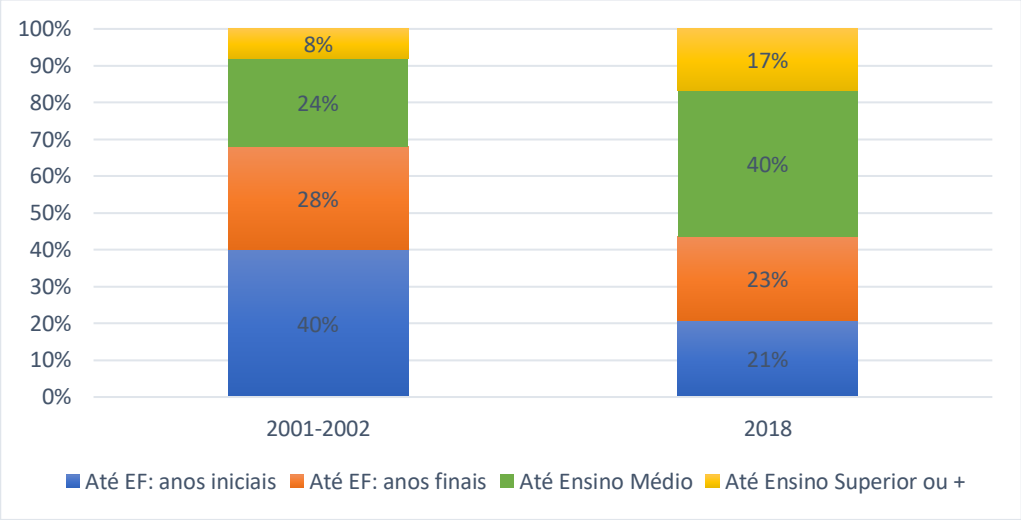
Nível	***2001 2002***	***2002 2003***	***2003 2004***	***2004 2005***	***2007***	***2009***	***2011***	***2015***	***2018***
BASE	***2000***	***2000***	***2001***	***2002***	***2002***	***2002***	***2002***	***2002***	***2002***
Analfabeto	12%	13%	12%	11%	9%	7%	6%	4%	8%
Rudimentar	27%	26%	26%	26%	25%	20%	21%	23%	22%
Elementar	28%	29%	30%	31%	32%	35%	37%	42%	34%
Intermediário	20%	21%	21%	21%	21%	27%	25%	23%	25%
Proficiente	12%	12%	12%	12%	13%	11%	11%	8%	12%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Analfabeto Funcional	39%	39%	37%	37%	34%	29%	29%	29%	27%
Funcionalmente Alfabetizados	61%	61%	63%	63%	66%	73%	73%	73%	71%

Fonte: INAF 2001-2018

O INAF ainda destaca que, ao longo dos anos, verificou-se um lento crescimento e uma estagnação a partir de 2009 do crescimento da população que poderia ser considerada funcionalmente alfabetizada. No estudo de 2001-2002, 61% dos entrevistados foram considerados funcionalmente alfabetizados; em 2007, 66%; e, nos três estudos realizados entre 2009 e 2015, o percentual ficou estável em 73% para, em 2018, apresentar uma pequena oscilação negativa. Em síntese, apenas 7

entre 10 brasileiros e brasileiras entre 15 e 64 anos podem ser considerados funcionalmente alfabetizados. Em termos educacionais, 37% declararam estar cursando ou ter cursado os anos iniciais ou finais do Ensino Fundamental, 40% o Ensino Médio e 17% a educação superior (Gráfico 1) (INAF, 2018).

Gráfico 1 – Proporção por níveis de escolaridade na população de 15 a 64 anos e na amostra INAF em 2001-2002 e 2018



Fonte: INAF 2001-2002 e 2018

A escolaridade se confirma como o principal fator explicativo de condição de alfabetismo. Quanto mais alta a escolaridade, maior a proporção de pessoas nos níveis mais altos da escala (Gráfico 1). Entretanto, vale a observação que essa relação não ocorre de forma linear ou de maneira absoluta, há uma significativa proporção de pessoas que, por exemplo, mesmo tendo chegado ao Ensino Médio, não conseguem alcançar os níveis mais altos da escala de alfabetismo, como seria esperado nesse nível de escolaridade. Assim, como efeito, 13% daqueles que chegam ou concluem o Ensino Médio, podem ser caracterizados como analfabetos funcionais (INAF, 2018) como descrito na tabela 3 a seguir.

Tabela 3 – Distribuição da população por níveis de alfabetismo e escolaridade (% da escolaridade)

	Total	***Nenhuma***	***Ens. Fund. Anos iniciais***	***Ens. Fund. Anos finais***	***Ensino Médio***	***Superior***
BASE	***2002***	***116***	***297***	***451***	***796***	***342***
Analfabeto	8%	82%	16%	1%	1%	0%
Rudimentar	22%	17%	54%	32%	12%	4%
Elementar	34%	0%	21%	45%	42%	25%
Intermediário	25%	1%	7%	17%	33%	37%
Proficiente	12%	0%	1%	4%	12%	34%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Analfabeto Funcional	29%	99%	70%	34%	13%	4%
Funcionalmente Alfabetizados	71%	1%	29%	66%	87%	96%

Fonte**:** Inaf 2001-2018

Analisando esses dados, fica evidente que, a permanência e a conclusão dessa etapa de ensino precisa ser garantida de forma e qualidade adequada, de maneira que os estudantes se beneficiem por completo da formação recebida. Estudos mostram que os alunos que permanecem até o final do Ensino Médio não apresentam níveis de aprendizados satisfatórios. O PNE (Plano Nacional de Educação)[4] fomentou, utilizando dados do IDEB, a qualidade do ensino. A meta estabelecida pelo PNE busca alcançar um IDEB de 5.2 em 2024, sendo que de 2011 até 2015 o resultado manteve apenas 3.7 e, em 2017, avançou apenas 0,1 ponto atingindo 3.8, e em 2019, 4.2 abaixo da meta intermediária de 5.0 para esse último ano (INEP, 2018) como apresentado na tabela 4.

Tabela 4: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Resultados e Metas do Ensino Médio

Ensino Médio	***IDEB Observado***								***Metas***							
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Total	3.4	**3.5**	**3.6**	**3.7**	3.7	3.7	3.8	4.2	3.4	3.5	3.7	3.9	4.3	4.7	5.0	5.2
Dependência Administrativa																
Estadual	3.0	**3.2**	**3.4**	**3.4**	3.4	3.5	3.5	3.9	3.1	3.2	3.3	3.6	3.9	4.4	4.6	4.9
Privada	5.6	**5.6**	5.6	5.7	5.4	5.3	5.8	6.0	5.6	5.7	5.8	6.0	6.3	6.7	6.8	7.0
Pública	3.1	**3.2**	**3.4**	**3.4**	3.4	3.5	3.5	3.9	3.1	3.2	3.4	3.6	4.0	4.4	4.7	4.9

Os resultados marcados em verde referem-se ao Ideb que atingiu a meta.
Fonte**:** Saeb e Censo Escolar

[4] O Plano Nacional de Educação (PNE) determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional no período de 2014 a 2024. É um plano diferente dos planos anteriores por ser decenal por força constitucional, o que significa que ultrapassa governos. (Fonte: Portal MEC)

Apesar de ainda considerar o IDEB um indicador limitado da qualidade de ensino como um todo, seus resultados revelam que mesmo em áreas consideradas básicas de conhecimento como leitura, interpretação e resoluções de problemas matemáticos, os alunos que finalizam essa modalidade de ensino estão apresentando níveis de aprendizado distantes do esperado. O censo escolar, que é o principal instrumento de coleta de informações e o mais importante levantamento estatístico educacional brasileiro referente a educação básica (portal.inep.gov.br), mostrou que, as taxas de rendimento escolar – aprovação, reprovação e abandono – (tabela 5), ainda não estão nos níveis ideais de ensino (INEP- Censo Escolar 2018).

Tabela 5: Taxas de rendimento escolar nos ensinos fundamental e médio – Brasil 2014-2018

Taxas de rendimento escolar nos ensinos fundamental e médio – Brasil 2014-2018

Ano	**Ensino Fundamental**						**Ensino Médio**		
	Anos Iniciais			Anos Finais					
	rovação	eprovação	andono	rovação	eprovação	andono	rovação	eprovação	andono
2014	92,7	6,2	1,1	84,8	11,7	3,5	80,3	12,1	7,6
2015	93,2	5,8	1,0	85,7	11,1	3,2	81,7	11,5	6,8
2016	93,2	5,9	0,9	85,6	11,4	3,0	81,5	11,9	6,6
2017	94,0	5,2	0,8	87,1	10,1	2,8	83,1	10,8	6,1
2018	94,2	5,1	0,7	88,1	9,5	2,4	83,4	10,5	6,1

Fonte: MEC/Inep/Dead

Vários desafios afetam um ensino médio de qualidade, como: planos e recursos para que essa modalidade de ensino seja ofertada sem precarização (aumento de vagas, de verba, melhorias estruturais e salários de professores, entre outros). O Plano Nacional de Educação, apontou que o Brasil investe por aluno apenas a metade do valor dos países desenvolvidos. Dados mostram que de 10 escolas de Ensino Fundamental, 8 não tem laboratório de ciências, 6 não oferecem banheiro acessível e 5 têm apenas fossa no lugar do banheiro. No Ensino Médio, falta laboratório em quase metade (45,6%), e a cada 10 escolas, 3 oferecem fossa em vez de sistema de esgoto (INEP-Censo Escolar, 2018).

Devemos considerar outros fatores que relacionam as condições de trabalho: a formação de professores. O Ministério da Educação (2018), levantou que os professores da rede pública ganham 25% menos do que outros professores assalariados com o mesmo nível de ensino, além da carência de docentes para esse

nível de ensino (Ensino médio) e a falta de engajamento dos pais e responsáveis na participação da educação dos filhos, levando a um ensino truncado em seu desenvolvimento e descontínuo no que se refere à aprendizagem, resultando em desinteresse, desmotivação, retenção e evasão dos alunos.

Os investimentos em educação são pífios e as condições de trabalho, várias vezes degradantes. Muitos professores precisam exercer mais alguma atividade fora da docência, ou então, trabalhar em várias escolas diferentes. Como bem coloca Freire (2011, p. 68) “uma das formas de luta contra o desrespeito dos poderes públicos pela educação, de um lado, é na nossa recusa em transformar nossa atividade docente em puro bico, e de outro, a nossa rejeição a entendê-la e a exercê-la como prática afetiva de “tias e de tios”.

2.3 AVALIAÇÃO ESCOLAR E A PROGRESSÃO PARCIAL

De acordo com Joaquim et al., (2016, p.2) “falar sobre avaliação não é tão simples, pelo contrário, é um tema que gera grandes discussões e aborda vários aspectos, tanto negativos como positivos”.

> Quando a finalidade é seletiva, o instrumento de avaliação é constitutiva, prova é irrevogável. Mas as tarefas na escola deveriam ter o caráter problematizador e dialógico, momentos de troca de ideias entre educadores e educandos na busca de um conhecimento gradativamente aprofundado. (HOFFMANM, 2010, p. 66)

A avaliação não é um campo de estudo específico. Ela acontece de forma mútua, contínua e cumulativa, avançando na medida em que a compreensão e as descobertas acontecem. Tratar da avaliação no âmbito pedagógico no atual processo educacional é considerar vários aspectos, os quais implicam concepções e graus de abrangência diferentes como: as políticas educacionais nacionais, a gestão institucional e escolar, o processo de ensino aprendizagem, entre outros.

Avaliar é algo complexo e de múltiplas funções. Desde os nossos primeiros momentos de existência, somos avaliados. Crescemos sob a égide da avaliação constante. Avaliar é comparar, é estabelecer quais as relações comuns entre o ser avaliado e um padrão pré-estabelecido. A avaliação faz parte de um processo: não se ensina sem avaliar (antes, durante e depois), assim como só é possível saber se a

aprendizagem aconteceu quando se avalia, contribuindo fortemente para a construção do conhecimento, se utilizada de forma positiva (DUTRA, 2019).

No contexto educacional não é diferente. A avaliação escolar, além de suas prerrogativas legais, definidas e ancoradas pelas legislações educacionais vigentes, precisa estar muito bem definida no âmbito escolar. Assim, o projeto político pedagógico (PPP)[5] de cada unidade escolar é o principal documento que orienta as práticas avaliativas, determinando de que forma esse processo é pensando por todos os educadores que compõem a escola.

Segundo Perrenound (2007), geralmente os procedimentos habituais de avaliação são caracterizadas da seguinte forma: 1) Após ter ensinado um capítulo, ou algumas lições, o professor interroga os alunos oralmente, ou faz uma prova escrita para a turma toda; 2) Em função dos seus desempenhos, os alunos recebem notas que são registradas e levadas aos conhecimentos dos pais; 3) Ao final do semestre ou do ano, faz-se uma síntese das notas ou das apreciações acumuladas sob a forma de uma média; 4) Combinando as apreciações de uma esma natureza para o conjunto das disciplinas ensinadas, esse balanço contribui para uma decisão final do ano escolar, e obtenção ou não de um certificado. Dessa maneira, essas características definem bons e maus alunos, classificando-os entre si.

Essas características baseadas nos estudos de Perrenound (2007) apontaram para uma avaliação tradicionalista, baseada em comparações e normas. Perrenound (2007, p.66), comenta:

> Às vezes diz-se que essa avaliação é normativa, no sentindo de criar uma distribuição normal. É também comparativa: os desempenhos de alguns se definem em relação aos desempenhos dos outros mais do que a domínios almejados ou a objetivos.

Percebe-se que ao fazer os comparativos, a capacidade do aluno não se mostra como alvo do sistema educacional brasileiro, pois o foco está somente ligado as notas obtidas em provas. Porém, Oliveira (2019, p.20), ressalta que a concepção de avaliação “deve ser aquela que busca o tempo todo estar observando e analisando as situações didáticas que envolvam aluno e professor, de modo que esta possa servir de base para a reflexão, tomada de consciência e de decisões sobre a prática”.

[5] O projeto político pedagógico é um instrumento de construção coletiva que integra princípios, diretrizes e ações que visam organizar e sistematizar o trabalho pedagógico da escola a partir das suas necessidades.

A prática pedagógica do professor ainda se encontra arraigada em provas/exames do que na avaliação com um todo. A prática de aplicar provas e exames, encontra-se voltada para a avaliação como instrumento quantitativo. A prática da avaliação escolar, ao invés de servir como meio de perceber como os alunos avançam na construção de seus conhecimentos, atua como um fim de um processo. “A avaliação nesse caso é usada como um mecanismo para selecionar ou classificar, podendo levar à exclusão e marginalização de grande parte dos indivíduos da sociedade” (CONCEIÇÂO, 2016, p.3).

A Lei 9.394/96 não prioriza o sistema rigoroso e opressivo de notas parciais e médias finais no processo de avaliação escolar. Segundo a LBD, ninguém aprende para ser avaliado. Ela prioriza mais a educação em valores, sendo assim, aprende-se para ter novas atitudes. A necessidade de avaliar sempre se fará presente, não importando a norma ou padrão pela qual baseie-se o modelo educacional. Essa necessidade de avaliação de conhecimentos, muito embora se possa, com efeito, torná-la eficaz naquilo a que se propõe: a melhora de todo o processo educativo.

A avaliação desempenha um importante papel nas relações pedagógicas e pode ser um instrumento de controle de regulação ou de emancipação, dependendo da forma que será planejada, aplicada e como os resultados serão analisados e transformados em ações que possibilitem a aquisição de conhecimento. Joaquim (2016, apud Romão, 2011), pontuam que as concepções mais presentes de avaliação, estão ordenadas de acordo com o tipo e a função que desempenham na escola. Os tipos de avaliação podem ser:

- Avaliação Formativa – ocorre quando o processo de ensino e de aprendizagem do aluno, com o objetivo de fornecer informações do desenvolvimento dos mesmos, a fim de identificar falhas durante o processo para então sugerir um melhor procedimento, no qual ajudará o aluno na superação das dificuldades. Esse tipo de avaliação deveria ocorrer de maneira continuada, ao longo de todo o processo de ensino-aprendizagem, com o intuito de verificar se os alunos estão atingindo os objetivos propostos e quais os resultados alcançados durante o desenvolvimento do ensino.
- Avaliação Diagnóstica – permite ao professor identificar em qual momento do processo de construção do conhecimento o aluno se encontra, para identificar as atividades pedagógicas que irão favorecer a aprendizagem. Esse tipo de avaliação tem por finalidade abolir a repetência. Entende-se que a avaliação não se deve constituir apenas em julgamento, mas sim num diagnóstico onde o professor possa

verificar pontos positivos e falhos desse processo, e com isso possa desenvolver melhorias.

- Avaliação Mediadora – é caracterizada pelo acompanhamento do processo de aprendizagem do aluno, no sentido de ajudar a melhorá-la, através da discussão das razões de sua efetivação ou não, entre o aluno e o professor, na busca de soluções.
- Avaliação Emancipatória – está relacionada aos programas educacionais e sociais, sendo voltada para avaliar e transformar, para que se possam efetivar ações de transformação e emancipação de uma dada realidade escolar.
- Avaliação Dialógica – contrapõe-se á avaliação com a finalidade de classificar e punir, sendo identificada com uma escola democrática, transdisciplinar e plural, difundida e defendida com base nos ideais de Paulo Freire.
- Avaliação Somativa ou Tradicional – ocorre no final de cada etapa com a finalidade de verificar, se o aluno aprendeu; está relacionada com a nota, podendo ser sinônimo de seleção e classificação (como concursos de vestibulares, o Peies e os concursos públicos em geral), está associada a padrões universais de conhecimento.

Por isso, entendemos que ao se falar de avaliação, logo vem à memória provas, ou seja, o ato de resolver problemas a partir de determinados conteúdos repassados pelo professor. Esse modelo de avaliação, leva a um ato de julgamento: ou o aluno “sabe mais” ou ele “sabe menos”. Na avaliação como um processo de mediação não. Essa ação avaliativa mostra que pode e deve haver uma relação de confiança entre professor e aluno, em que ambos transformem o ato avaliativo em um momento prazeroso de aprendizagem. Um professor que não avalia constantemente a sua prática, no sentido indagativo e investigativo, torna sua docência uma verdade absoluta. A avaliação é um ato de reflexão para transformar ações

Freire (2011, p. 39) coloca que “avaliar com bom senso permite ao professor crítico descentralizar do processo de aprendizagem, uma vez que para ele o ideal é que cedo ou tarde, se invente uma forma pela qual os educandos possam participar da avaliação”. É que o trabalho do professor é o trabalho com os alunos e o trabalho do professor consigo mesmo” (FREIRE, 2011, p.64). Portanto, o professor crítico não se vê em condição de superioridade em relação ao estudante. Não existe hierarquia do professor no processo de ensino-aprendizagem.

Avaliar passa a ser pensando como prática que deve acompanhar o ritmo do aluno, de forma contínua, respeitando as dificuldades de cada sujeito na medida em

que permite estudos de recuperação, aceleração e de aproveitamento, concluído o processo com êxito.

Dessa forma, a função da avaliação na LDB nº 9.394 (BRASIL, 1996), é de acompanhar o desempenho escolar do aluno visando o seu progresso escolar, assim como na Lei nº 5.692/71, são previstas alternativas que possibilitam a aceleração dos estudos, avanço nos cursos e nas séries. Segundo Pessoa (2016), a implementação do regime de progressão parcial indica transformação no cotidiano escolar, na sala de aula, nas relações que se estabelecem entre professor aluno, no processo avaliativo constituído no diálogo, na confiança e na participação de todos.

Em virtude da necessidade de cada vez mais melhorar o processo de ensino e de aprendizagem dos discentes, a Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro implementou no ano de 2011, um novo modelo de gestão e, consequentemente novas políticas dentre elas a de progressão parcial. Conhecer a trajetória da reprovação se faz relevante para que considerações acerca dessa política sejam feitas.

2.4 A PROGRESSÃO PARCIAL NO CONTEXTO DA SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

A progressão parcial em sua essência, apresenta o princípio de respeito ao cidadão e sua individualidade, no que tange ao desenvolvimento cognitivo e a construção do conhecimento, levando em conta o tempo e o ritmo de aprendizagem de cada um. Dessa forma, faz-se necessário compreender como essa política está posta na teoria, nos documentos orientadores e nas práticas cotidianas das escolas (PÊSSOA, 2016). O foco principal é o aluno e suas reais possibilidades, implicando rever práticas avaliativas que acabam por fortalecer a exclusão e a punição através da reprovação.

Inserida em um contexto de política pública, a PP surge pela necessidade de se encontrar um caminho para minimizar os problemas de evasão e repetência. Condé (2011) nos leva a compreender a complexidade das variáveis que envolvem implementações de políticas públicas tais como a política de progressão parcial. O autor alerta que “[...] toda a política pública é característica da esfera pública da sociedade, refere-se a problemas coletivos de espectro amplo e tem caráter impositivo” (CONDÉ, 2011, p. 15). Aborda também que as políticas públicas auxiliam

na compreensão do que deve ser considerado no processo de implementação e quais são os desafios que as envolvem.

Para a implementação da progressão parcial, a escola necessita de uma gestão comprometida com a qualidade da educação, de professores comprometidos e que tenham conhecimentos e subsídios que sirvam de base para lidar com os desafios de uma sociedade em constante transformação, utilizando-se do diálogo entre todos os atores envolvidos neste processo, além das legislações vigentes (PEREIRA; MARIANO, 2016)

As reformulações na legislação sobre avaliação tornaram-se necessárias diante do baixo desempenho da educação no Estado do Rio de Janeiro a partir do ano de 2009 onde o Estado do Rio obteve o 26º lugar no Ensino Médio, no “ranking” do Índice de Desenvolvimento da Educação básica (IDEB), provocando mudanças significativas em toda a rede estadual de educação (RUBINI, 2017).

Em torno desse resultado, o Estado do Rio estabeleceu como objetivo central tornar-se referência em qualidade de educação pública, propondo como meta estar entre os cincos melhores, dentro de todos os estados que compõem a Federação no IDEB do Ensino Médio em 2013. Para esse feito instituiu-se por meio do decreto nº 42.838 de 04 de fevereiro de 2011, um novo modelo de gestão da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEEDUC) focado em mudanças estruturais e resultados (CHIRINÉA; BRANDÃO, 2014).

Dentre as mudanças apresentadas pelo decreto nº 42.838 foi a remodelação das coordenadorias (que até então eram 30 existentes) para 14 regionais pedagógicas, sendo nomeados diretores regionais aprovados por processo seletivo interno. Diante desse cenário de mudanças, o trabalho pedagógico passou a ter mais destaque, fazendo-se necessária ações significativas efetivas referentes ao combate no fracasso escolar, sendo a progressão parcial um ponto de partida (QUIOSSA, *et al.,* 2016).

A deliberação do Conselho Estadual de Educação (CEE) nº 225/98 remete às alterações necessárias ao Estado para se adaptar as exigências da LDB de 1996 (BRASIL, 1996). Dentre elas, apontada no artigo 3º que “A Progressão Parcial admitida no inciso III do artigo 24 da Lei Federal nº 9.394/96, é sinônimo de dependência e se aplicará conforme o previsto no regimento da instituição de ensino e nesta deliberação”. Orientados por essa deliberação, a portaria SEEDUC/SUGEN nº 419/2013 apresenta uma revisão das antigas portarias SAPP nº 48/2004,

SEEDUC/SUGEN, cujos aspectos reformulados dizem respeito às diretrizes operacionais sobre avaliação (PESSÔA, 2016).

As ações da Secretaria direcionadas a resgatar conhecimento dos alunos em progressão parcial, baseia-se na portaria nº 419 de 27 de setembro de 2013 que estabelece:

> Art. 15 – A Progressão Parcial – Processo previsto no projeto político – pedagógico – é a ação orientada com o objetivo de promover nova oportunidade de aquisição de conhecimentos e construção de competências e habilidades e deverá ser oferecida obrigatoriamente pela unidade escolar sob a forma de matrícula com dependência. (SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO- RJ, 2013)

A partir desse documento, a Secretaria de educação conduz as regionais e as escolas sobre a implementação da política de PP, ficando a cargo das escolas o acompanhamento do aluno até a devida promoção e conclusão do segmento. É importante que se tenha clareza acerca da operacionalização da progressão parcial nas escolas. Observa-se que a portaria limita a PP em duas disciplinas concomitantes, que serão cursadas no ano letivo seguinte.

Para melhor compreensão, daremos um exemplo: o aluno que reprovou em português e matemática relativas ao 8º ano (disciplinas diferentes, porém a mesma série), ou português e matemática, relativas ao 8º e 9º anos (disciplinas diferentes, porém em séries distintas), ou ainda matemática e matemática relativas ao 8º e 9º anos (na mesma disciplina, porém em séries diferentes. Portanto, o aluno que não obtiver êxito nas duas disciplinas em curso não poderá cursar a terceira conforme o artigo 16 da portaria nº 419/2013, ficando retido: “[...] § 2º - o discente só poderá cursar nova (s) dependência (s), quando for aprovado no (s) anterior (es), ficando retido no ano/série/fase/módulo em que acumular a terceira dependência. ” (SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO- RJ, 2013).

O artigo 17 enfatiza que para fins de registro e promoção do discente, o regime de progressão parcial utilizará como referencial escala de zero a dez pontos, considerando cinco como nota mínima para aprovação. Cada bimestre consiste num todo avaliativo – uma vez que as notas obtidas em cada um deles devem ser consideradas de modo isolado – assim em caso do discente não tenha obtido o rendimento necessário à sua aprovação, o aluno terá a oportunidade de recuperar as habilidades em que foi reprovado e, assim, ser considerado apto na disciplina em que está de Progressão, através de outro Plano Especial de Estudos (PEE) elaborado pelo

professor responsável e aplicado no bimestre seguinte, até que o aluno consiga atingir os objetivos definidos (SEEDUC, 2013 – Portaria 419).

Vale ponderar que a portaria 419 não faz exigência sobre frequência na dependência, uma vez que acede a incompatibilidade de horários. No entanto, precisa existir um planejamento adequado, organizado pelo equipe técnico-pedagógica da unidade escolar, de forma a possibilitar que o aluno realize fora do ambiente escolar, respeitando as datas estabelecidas para entrega de atividades e/ou avaliação, como confere o artigo 17 e seus parágrafos.

A mesma portaria prevê ainda que o PEE “deve ser composta por atividades diversificadas como trabalhos, pesquisas, exercícios e outras formas de avaliação”, podendo também ser adotada as autorreguladas*, sugeridas pela secretaria de Educação do Estado (SEEDUC). Essas atividades devem ser constituídas por pesquisas, aprendizagem colaborativa e construções coletivas, tanto entre os próprios alunos, quanto pelos seus professores a fim de desenvolver a autonomia do discente.

Desta forma, cabe ao docente levar em consideração as orientações do Manual de Operacionalização da portaria nº 419/2013, ao elaborar o Plano Especial de Estudos. Esse manual encontra-se no site da Secretaria Estadual de Educação:

> [...] na construção do Plano Especial de Estudos, o professor, sob orientação da Equipe técnico-pedagógica, deve considerar os seguintes aspectos:
> - ✓ As habilidades e competências que o aluno ainda não desenvolveu;
> - ✓ Os conteúdos necessários e atividades diversificadas que possibilitarão o desenvolvimento dessas habilidades e competências;
> - ✓ Os instrumentos que será utilizado para avaliar o aluno;
> - ✓ O cronograma que o aluno deve cumprir no bimestre;
> - ✓ Ser correspondente a um bimestre letivo;
> - ✓ Os resultados dos instrumentos de avaliação devidamente registrados e lançados, conforme o fim a que esse plano atende. (SECRETARIA ESTADUAL-RJ, 2013)

O artigo 18 prevê a realização em casos excepcionais, justificados e previamente autorizados pelo órgão pedagógico regional da Secretaria de Estado de Educação, um conselho de classe especifico para análise do desempenho dos discentes em progressão parcial. Escolas que funcionem somente com o Ensino Médio, não podem negar a matrícula do aluno do Ensino Fundamental, uma vez que a legislação garante esse direito. Para a efetivação da matrícula com PP, é exigido que o aluno ou responsável, assine um termo de compromisso, por meio da qual o

discente toma ciência das disciplinas em que deverá cursar na progressão parcial, conforme o artigo nº 19:

> Art. 19 – As atividades propostas no Plano Especial de Estudos, suas normas e critérios de avaliação para a promoção na dependência estarão explicitadas em termo de compromisso a ser assinado pelo discente, quando plenamente capaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, ou pelo seu responsável, quando ainda não ser plenamente capaz (SECRETARIARIO-RJ, 2013).

O Plano Especial de Estudos (PEE) portanto, constitui em um conjunto de atividades pedagógicas diversificadas, com objetivos propostos pela unidade escolar em seu projeto político pedagógico (PPP). Através do PEE, é elaborado um material didático específico, baseado no currículo mínimo adotado pela Secretaria de Educação, onde deve ser construído a partir da realidade da escola e dos registros que a mesma tem sobre a vida escolar dos alunos. Portanto o PEE tem como característica respeitar as especificidades de cada aluno, através do diálogo entre as disposições curriculares, o nível e o tempo de aprendizagem dos discentes.

A elaboração do Plano Especial de Estudos é de responsabilidade da equipe de professores sob a orientação da equipe técnico-pedagógica, onde acompanhará todo o processo de planejamento e de orientação dos discentes. A portaria nº 419/2013 dispõe:

> Art. 21 – Compete à equipe técnico-pedagógica da unidade escolar organizar o processo de Progressão Parcial, inclusive definir os professores que serão responsáveis pela elaboração e aplicação do Plano Especial de estudos.
>
> Parágrafo Único – Compete ao professor, definido pela equipe técnico-pedagógica e sob sua orientação e acompanhamento, assumir discentes em Progressão Parcial e adotar os procedimentos estabelecidos nesta portaria (SECRETARIA ESTADUAL-RJ, 2013).

É preciso, portanto, pensar com cuidado sobre as práticas pedagógicas a serem oferecidas no processo de progressão parcial, porque elas terão grande influência sobre as relações interpessoais e sobre o clima no qual se processará a aprendizagem e o professor junto a orientação pedagógica têm uma ampla área de atuação, podendo promover medidas de equilíbrio no processo de aprendizagem junto aos seus alunos.

Os professores da unidade escolar em estudo auxiliam a equipe técnica-diretiva na construção e aplicabilidade do Plano Especial de Estudos, dentro do possível, pois a estrutura organizacional e administrativa da Secretaria Estadual de Educação não oferece subsídios/alternativas para que os professores se empenhem com mais

dedicação ao (PEE), tornando-se o mesmo muitas vezes ineficaz na recuperação dos estudos dos alunos em progressão parcial, pois as ações do professor em relação a orientação quanto ao conteúdo a ser estudado, a aplicação do Plano Especial de Estudos e o acompanhamento dos alunos são insuficientes para a melhoria do seu desempenho ao longo do processo.

Se faz necessário, que seja realizada observação e análise da realidade dos educandos, de forma que os professores possam discutir com a coordenação pedagógica, gestão escolar, sobre a importância do desenvolvimento do Plano Especial de Estudos no espaço educacional com a finalidade de transpor os problemas encontrados. Estes problemas muitas vezes se referem à dificuldade de aprendizagem, falta de estímulo pelo estudo de determinada disciplina, problemas familiares. Um outro problema levantado nas reuniões pedagógicas refere-se à indisciplina de alguns alunos, que também interfere no processo de aprendizagem.

Há a compreensão que o regime de progressão parcial aliado ao PEE precisa ser algo que venha de dentro, que seja sentido e vivido por professores, alunos, equipe técnico-diretiva, que não seja apenas mais uma deliberação vinda da Secretaria de Estadual de Educação a ser cumprida, pois perde a razão de ser que é o processo ensino-aprendizagem direcionado a esse público com objetivos pré-estabelecidos, em busca de solucionar os problemas que levaram o aluno à dependência. Primar por ações conjuntas desenvolvidas pela equipe multidisciplinar da unidade escolar com o compromisso de levar a busca de soluções para eliminar os problemas surgidos no regime de progressão parcial se faz necessário, porém, com vista a oferecer a melhor forma do aluno interagir com o conteúdo a ser ministrado e desenvolver as habilidades necessárias para vencer a etapa que lhe está sendo proposta.

Tomando por base os anos já vividos com o exercício do regime de progressão parcial na unidade em estudo, vê-se a necessidade da mudança, o que não quer dizer que vai se passar por cima das deliberações prescritas em Lei. Toda mudança, consequentemente traz em seu bojo novo viés de trabalho, e desafios que precisam ser vencidos. Há, portanto, a relevância da escola primar por estratégias de trabalho que desperte o interesse do aluno, num trabalho conjunto, pois o fracasso escolar também pode estar intrínseco a forma que está sendo oferecido ao aluno a nova chance de desenvolver suas habilidades, valores, conhecimento, exercício de cidadania que não foi internalizada pelo discente.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Para alcançar os objetivos traçados, bem como responder ao problema levantado, essa pesquisa de cunho qualitativo/quantitativo, foi realizada por um contato direto da pesquisadora com a escola analisada, com a perspectiva de compreender como os autores que a compõem entendem sobre a política de progressão parcial. Guerra (2014) considera que a pesquisa qualitativa é a que defende o estudo do homem, levando em conta que o ser humano não é passivo, mas sim que interpreta o mundo que vive continuamente. Nesse sentindo, a abordagem qualitativa facilita o estudo do processo que envolve a implementação da progressão parcial, pois considera a perspectiva dos gestores e professores sobre essa política, a partir dos seus comportamentos e experiências vivenciados no cotidiano escolar.

Para o tratamento dos dados estatísticos adotou-se a abordagem quantitativa, abordagem essa que envolve dados descritivos, onde o pesquisador está diretamente imerso na situação, sendo que o processo pesa mais do que o produto (BARDIN, 2011). Já Sampieri et al. (2013), destaca que a utilização dos métodos qualitativos e quantitativos podem ocorrer de forma simultânea ou alternada, com objetivo de responder às questões da pesquisa, diminuir as subjetividades, agregando assim, mais confiabilidade nos dados obtidos.

Para melhor compreensão sobre a “Progressão Parcial no Ensino Público: Novas Estratégias Educacionais atreladas à Tecnologias Digitais no Ensino Médio”, de forma a consubstanciar os objetivos propostos nessa dissertação, os procedimentos adotados foram: coleta e análise de dados, que foram divididos em quatro itens: 1. Pesquisa Documental; 2. Levantamento de percepções dos atores escolares; 3. Ferramenta de apoio educacional; 4. Avaliação do material didático.

3.1 PESQUISA DOCUMENTAL

Para o início da coleta de dados, a fim de identificar as dificuldades e as fragilidades da progressão parcial na unidade analisada, adotou-se uma pesquisa documental, em que foram consultadas as legislações e documentos orientadores sobre essa política no âmbito nacional, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a modalidade do Ensino médio e as composições sobre avaliação escolar. Os documentos mencionados acima norteiam todo o sistema de educação brasileira e

são instrumentos fundamentais e necessários para a construção não só de uma política pedagógica, bem como uma análise dos perfis envolvidos em cada sistema educacional e sua construção para atender os diferentes atores que farão parte do sistema de ensino. Para agregar, foram consultados as orientações curriculares, as leis, as portarias e os decretos que regulamentam tal política na secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro e documentos da unidade escolar, como as atas de resultados finais. Sobre a pesquisa através de documentos, Bêrni (2012, p.6) aponta "[...] uma característica positiva da coleta de documentos: permite a conceituação da organização com base em uma visão de dentro. Isso possibilita à pesquisa uma informação com menos influência do pesquisador". A pesquisa documental ocorreu no período de outubro de 2019 a agosto de 2020, utilizando os documentos disponíveis na escola referente aos últimos cinco anos, da seguinte forma:

A) Através da coleta das atas dos conselhos de classe bimestrais, onde é possível fazer uma análise gradual do processo de evolução do discente;

B) Através da análise de resultados de avaliações bimestrais, no que tange apenas a avaliação somativa, para avaliar qual o conteúdo aprendido pelos estudantes ao longo do ano;

C) Através da análise da avaliação diagnóstica que o colégio aplica através de simulados anuais para verificar quais os temas que os alunos tiveram dificuldades durante do ano letivo, com o objetivo de utilizar o resultado de tal avaliação para verificar as áreas que apresentaram maiores deficiências de aprendizagem e nortear o que e como ensinar no período letivo seguinte;

D) Documento final do ano letivo com os resultados de aprovação, aprovação com dependência e reprovação.

3.1.1 Caracterizando a escola partícipe

O trabalho proposto foi desenvolvido com os gestores e professores de um colégio estadual localizado no bairro Barra de Macaé, na cidade de Macaé, estado do Rio de Janeiro, que tem como público-alvo alunos de todos os anos que compõem o Ensino Médio. Trata-se de uma escola que faz parte da Regional Norte Fluminense, sob a responsabilidade da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEEDUC/RJ). Está situada em um bairro periférico considerado de alto risco e sua

clientela formada por alunos oriundos de famílias de baixa renda. São vários problemas vivenciados pelos alunos dentro e fora de sala de aula, aliados às atípicas habilidades adquiridas nas etapas escolares anteriores, que colaboram para que os alunos não consigam adquirir o aprendizado necessário.

O bairro em que a unidade escolar se encontra inserida e presta serviços é composto por famílias de baixo poder aquisitivo, falta de emprego e condições de sobrevivência precárias, tendo a violência, o desemprego, a evasão e a falta de estímulo por parte de alguns alunos como principais problemas.

Em 11 de abril de 2014, a SEEDUC/RJ, através da resolução nº 5083, estabeleceu a relação das unidades escolares da rede pública estadual de ensino consideradas como de difícil provimento. O colégio passou a fazer parte dessa categoria, que engloba escolas classificadas como de difícil acesso por estarem situadas em áreas onde não existem linhas regulares de transportes coletivos, onde o sistema funciona em horário precário (o que leva o professor a cumprir muitas vezes horas além da jornada), unidades que têm dificuldade para alocação de professores por meio de concurso, ampliação de jornada por lotação prioritária (GLP), contratação temporária, relotação, remanejamento ou remoção de efetivos.

Apesar de conviver com muitos problemas estruturais a gestão escolar está sempre envolta e determinada a resolver as questões surgidas no cotidiano, como não deixar o aluno sem aula e voltar para casa, pois a própria diretora assume a posição de docente, usa de criatividade e oferece a possibilidade ao aluno de continuar na escola, haja vista, ter o entendimento de que educação não é apenas transmissão de conteúdo programático. Se a estrutura da Secretaria Estadual de Educação/RJ não resolve as questões necessárias para o bom funcionamento da escola, os atores envolvidos com responsabilidade, fazem o melhor que podem para continuar lutando pelo exercício do direito do aluno ao acesso à educação.

O colégio possui três turnos (matutino, vespertino e noturno) que atendem os alunos do 1º ao 3º ano do Ensino Médio, perfazendo um total de 619 alunos matriculados, alocados em 18 turmas. Possui uma equipe diretiva composta por duas diretoras, sendo uma geral e uma adjunta e uma coordenadora pedagógica. Complementando a parte administrativa, a escola possui um secretário escolar, um agente de leitura e uma agente pessoal. O corpo discente é formado por 40 professores, sendo 27 professores com efetiva matricula (incluindo as diretoras), 2 professores de licença médica, 1 professor de contrato e 8 professores em Regime

de Gratificação por Lotação Prioritária (GLP), 4 articuladores e 12 funcionários - sendo 3 terceirizados (Quadro 1).

Quadro 1 – Síntese dos dados da escola

SUJEITOS DA ESCOLA	ESCOLA
Nº total de alunos	619 alunos 18 turmas
Nº total de professores	40 professores
Equipe gestora / Funcionários	1 Diretor geral 1 Diretor adjunta 1 Coordenador pedagógico 1 Agente de leitura 1 Secretário escolar 1 Agente pessoal 2 Articuladores pedagógicas 12 Funcionários 27 Professores
Infraestrutura / Equipamentos	8 Computadores (5 para funcionários e 3 para alunos) 1 Biblioteca 1 Sala de professor 1 Sala para direção e coordenação pedagógica 1 Secretaria 1 Sala de departamento pessoal 4 Banheiros (2 para alunos e 2 para funcionários) 1 Refeitório 1 Cozinha 1 Pátio 1 Televisão 1 Copiadora 2 Impressoras 1 Datashow 6 Salas de aula
Projetos / Programas	Reforço Escolar Projetos Internos: Feiras interdisciplinares; simulados preparatórios; Top 5 Atividades Extraclasse
Avaliações Externas – IDEB	IDEB 2017 – sem nota IDEB 2019 – 2,9

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

Como mostra o quadro acima, a escola tem uma carência tanto da parte educacional, quanto da parte de infraestrutura e equipamentos. As salas são pequenas, porém a quantidade de alunos é grande. Os espaços para estudos e lazer são limitados. Tem como exemplo o espaço da biblioteca, que não cabe uma turma inteira. A falta de projetos e programas na escola, também se mostrou como um dos fatores limitantes para esses estudantes. Os projetos como a feira interdisciplinar, os

simulados preparatórios, o Top 5[6] e as atividades extraclasse[7], só foram inseridos no ano de 2019, e o reforço escolar que era para acontecer em 2020, nem chegou a sair do papel por conta da pandemia do Corona vírus e o fechamento das escolas.

Quanto às avaliações externas, a Prova Conhecer adotada a partir de 2019 – antes denominada SAERJ[8], os resultados mostraram que a escola, embora não tenha conseguindo atingir as metas de IDEB dos últimos anos de avaliação, apresentou crescimento em 2019 em relação a 2017 que não conseguiu alcançar a meta do IDEB.

Destacamos, que com base nos dados apresentados pelo INEP e SEEDUC, que, embora muitas escolas não consigam alcançar as metas estabelecidas, mantêm um crescimento significativo observado nos resultados. No caso da escola analisada, observou-se que no ano de 2019, ocorreram aprofundamento nas discussões coletivas entre gestores e professores sobre os dados da escola e das avaliações externas e internas, o que materializa em ações de melhoria dos resultados da escola.

Quando o assunto é infrequência e evasão da escola[9], ambos são acompanhados por uma equipe formada pela diretora adjunta, secretário escolar e auxiliar de secretária. Essa equipe é orientada por uma outra equipe, agora com membros da Regional Norte Fluminense, onde são analisados como irão ocorrer o resgate desses alunos, seja através do contato da escola com os responsáveis e/ou com o próprio aluno ou direcionar esse aluno (se for menor) ao conselho tutelar. Essas equipes são denominadas RAF, e essa análise de infrequência é realizada mensalmente, através de relatórios onde se é colocado as causas da infrequência desse aluno. Se o aluno permanecer evadido, esse aluno poderá ser cortado do Sistema Conexão, sistema eletrônico da Secretara de Educação.

A Regional Norte Fluminense não dispõe de um relatório específico sobre o Regime de Progressão Parcial, entretanto, orienta as escolas por meio de circulares, ofícios, reuniões com os coordenadores pedagógicos e/ou responsável pela parte pedagógica da unidade escolar e AAGEs[10], para o Plano Especial de Estudos,

---

[6] TOP 5: Todo final de bimestre, são registradas as cinco melhores médias de cada turma. Os cinco melhores, tinham como prêmios passeios extra classe.

[7] Atividades Extra classe: São atividades lúdicas, todas com o sentido de uma aprendizagem diferenciada. Elas poderiam ser visitas a Centro Universitários e suas dependências, visitas a Museus, entre outros.

[8] SAERJ: Sistema de Avaliação da Educação do Estado do Rio de Janeiro.

[9] São considerados alunos infrequentes ou evadidos, alunos que tem uma ocorre uma ocorrência de dez faltas consecutivas ou vinte faltas interpoladas.

[10] AAGEs sigla para Agentes de Acompanhamento da Gestão Escolar. Esses profissionais têm como função acompanhar e auxiliar as unidades escolares viabilizando o planejamento, a implementação, o acompanhamento e a análise de variáveis referentes a resultados pedagógicos da escola como: Aprovação sem Progressão Parcial, a permanência do aluno na escola, os índices de adequação idade-série, entre outras avaliações internas e externas.

previsto na Portaria nº419 (SECRETARIA ESTADUAL-RJ, 2013). A Regional também controla os resultados dos alunos em PP a partir dos registros efetuados pelas escolas em atas de “dependência”, e as notas finais dos alunos no Sistema Conexão.

Porém, mesmo com essas informações, a Regional infelizmente tem dificuldades no que diz respeito ao acompanhamento e cumprimento da política de progressão parcial pelas escolas de acordo com o que está previsto na legislação. Apesar do esforço da Regional no sentido que haja um olhar mais especial e um atendimento mais específico para esses alunos, as escolas que adotam esse regime ainda caminham a passos lentos em direção a um consenso sobre a melhor estratégia a ser utilizada a fim de viabilizar a política de progressão parcial.

Assim, as ações implementadas pela Regional Norte Fluminense, impõem um grande esforço coletivo para a melhoria dos resultados pedagógicos das escolas, o que levou a investigar a dinâmica de aplicação da política de progressão parcial na escola analisada.

O encaminhamento dado à progressão parcial na escola tem sido um grande desafio, haja vista as exigências que ocorrem na prática de um trabalho diferenciado e urgência de umas práxis pedagógicas mais significantes para o aluno.

No início do ano letivo, é comunicado ao aluno, através do Termo de Compromisso, sua condição de aprovado por dependência. Esse documento, previsto na Portaria nº419/2013, como já fora dito, deve ser assinado pelo aluno, se legalmente capaz, ou pelo responsável, se o aluno for menor.

Ressaltaremos, que a escola não tem atualmente uma Projeto Político Pedagógico. No ano de 2019 foram realizadas várias reuniões com a comunidade escolar para a produção desse documento. O acerto era que em 2020 seria marcada uma última reunião para a leitura do mesmo, para assim todos ficarem de acordo com o documento. Porém por conta do isolamento social encadeado pela pandemia de Covid-19, isso nunca aconteceu.

Atualmente, os procedimentos realizados pela unidade escolar são as orientações referentes a progressão parcial para os alunos retidos nesse regime e distribuição do material impresso das atividades referentes a (s) disciplina (s) reprovadas. Após um prazo determinado pela coordenação, o aluno entrega esse material que será avaliado posteriormente. Toda a produção do material, sua distribuição para os alunos e sua correção, são feitas pela equipe gestora pedagógica sem auxílio dos professores.

Diante do exposto, serão apresentados a seguir os resultados pedagógicos sobre aprovação sem progressão parcial, aprovação com progressão parcial e reprovação nos últimos cinco anos.

3.1.1.1 Dados sobre a progressão parcial na Escola analisada

A progressão parcial na escola analisada apresenta-se conforme exposto na tabela 6 contendo os dados sobre aprovação sem PP, com PP e reprovação na escola pesquisada:

Tabela 6: Índice de aprovação, Progressão Parcial e reprovação dos últimos cinco anos

SITUAÇÃO	***ESCOLA***				
	2015	2016	2017	2018	2019
Alunos Aprovados sem PP	236	162	273	263	317
Alunos Aprovados com PP	61	120	72	100	87
Alunos Reprovados	41	149	63	107	75
Total de Alunos	338*	431*	408**	470**	479

Fonte: Atas dos resultados finais da escola
* Até os anos de 2016, o colégio ainda possuía Ensino Fundamental, porém não foram contabilizadas essas turmas.
** Nos anos de 2017/2018, o colégio não teve a capacidade máxima de turmas, totalizando 17 turmas lotadas nesses anos.

Esses dados retratam o resultado final de todos os alunos dos últimos cinco anos. Cabe ressaltar, que nessa tabela, como as demais citadas abaixo, não retratam os números iniciais de alunos e nem a taxa de evasão. Como citado acima, alunos considerados evadidos, são cortados do Sistema Conexão e não são mais contabilizados pela unidade escolar[11]. Portanto, quando se diz “Alunos aprovados sem PP”, refere-se aos alunos que conseguiram obter a média e a frequência necessárias para passar para outra série, sem ficar retido em nenhuma disciplina. Quanto aos “Alunos aprovados com PP”, faz-se referência aos alunos que ficaram retidos em uma ou até duas disciplinas, mas que têm o direito de ser promovidos à série seguinte, com dependência dessas disciplinas. Quanto aos alunos reprovados, são aqueles alunos que não obtiveram a nota mínima (cinco) pontos – totalizando vinte pontos ao final do ano letivo – em três disciplinas ou mais, assim ficando retidos na mesma série

[11] Não foram encontrados na unidade escolar, nenhum registro do quantitativo total de alunos que iniciam cada ano letivo citado na pesquisa. Porém, esses valores não se fazem tão necessários, já que, o que estamos analisando são os percentuais de Progressão Parcial e reprovação.

de origem. Ressalta-se que se não houvesse o regime de progressão parcial na escola, as taxas de reprovações seriam maiores.

A reprovação tem forte ligação com a evasão e a distorção idade-série. Pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas em 2009 sobre motivos da evasão escolar, apontou o desinteresse pela escola um dos principais motivos do abandono escolar. Aliado a essa pesquisa, o Censo Escolar de 2014, disponibilizado pelo site do INEP, demonstraram que as taxas de abandono, principalmente no Ensino Médio, constituem-se um desafio a ser enfrentados por todos.

Tabela 7: Índice de aprovação, Progressão Parcial e reprovação dos últimos cinco anos discriminados por ano de escolaridade
Fonte: Atas dos resultados finais da escola

SITUAÇÃO	***ESCOLA***														
	2015			2016			2017			2018			2019		
	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º
Alunos Aprovados sem PP	93	54	89	44	52	66	88	92	93	75	68	120	110	100	107
Alunos Aprovados com PP	43	13	5	68	54	0	41	31	0	52	48	0	48	39	0
Alunos Reprovados	31	7	3	82	41	26	45	18	0	53	42	12	44	15	16
Total de Alunos	167	74	97	194	147	92	174	141	93	180	158	132	202	154	123

Entender a importância da investigação sobre o regime de progressão parcial, faz-se necessário, uma vez que os alunos retidos em duas disciplinas, não podendo acumular a terceira em dependência, correm o risco de ficarem reprovados

Observando os resultados da tabela 7, nota-se que a uma oscilação entre as taxas de aprovação com PP e reprovação. Essas oscilações variam para cada ano de escolaridade em relação a cada ano letivo analisado.

Temos como exemplo os alunos do 1º ano do Ensino Médio. No ano de 2015, foram registrados 43 alunos retidos em progressão parcial e 31 alunos reprovados. Para o mesmo ano de escolaridade em 2016, teve um aumento do número de alunos em dependência para 68 e de reprovação para 82. Já nos anos de 2017 e 2019 teve quedas nessas taxas e em 2018 um aumento nos números.

Outro ponto observado nessa tabela, é o fato que alunos dos 1º anos terem maiores taxas de aprovação com dependência e reprovação do que alunos dos outros anos de escolaridade. De acordo com dados publicados pelo Ministério da Educação (MEC) e INEP em 2018 – referente ao ano de 2017 -, o 1º ano o Ensino Médio e o 6º ano do Ensino Fundamental têm as maiores taxas de reprovação e abandono dos estudantes. No 6º ano do Ensino Fundamental, 15,5% dos estudantes reprovaram ou abandonaram os estudos, e no 1º ano do Ensino Médio esse índice aumenta para 23,6%, ou seja, quase um estudante a cada quatro.

Podemos levantar algumas variantes para esses números analisados a partir de duas variáveis distintas: uma está relacionada o que acontece fora do espaço escolar como a desigualdade social, o trabalho, a família e a violência. A outra, a própria escola é apontada como fator contribuinte como, currículo pouco interessante e deficiência na trajetória escolar.

Tais resultados revelam que, as taxas altas de alunos em PP só demonstram que a reprovação só foi adiada , percebendo-se a partir dos dados apresentados, o quão importante é a investigação sobre a percepção dos sujeitos dessa escola sobre a política de progressão parcial, como ela é acompanhada, o planejamento adotado, os Planos Especiais de Estudos aplicados aos alunos, a natureza das avaliações e como esses alunos são acompanhados durante o processo, porque os estudos dessas variáveis possibilitará a implementação de ações de melhoria da gestão de progressão parcial da escola.

Na seção seguinte apresentaremos as análises dos dados das entrevistas feitas com os gestores da unidade escolar e dos questionários aplicados aos professores.

3.2 LEVANTAMENTO DE PERCEPÇÕES DOS ATORES ESCOLARES

O levantamento de percepções dos atores escolares teve como um dos objetivos elaborar estratégias educacionais conjuntas com os professores e gestores escolar, associando às tecnologias digitais mais propicias para o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos inseridos na progressão parcial. Para que esse objetivo fosse firmado, foi preciso estabelecer uma celeuma em torno das percepções dos atores envolvidos para se chegar a um denominador comum sobre as estratégias a serem utilizadas com o uso da tecnologia no regime de progressão parcial,

considerando a realidade da escola e o contexto do Sistema Estadual de Educação do Rio de Janeiro.

Para análise da implementação da PP na escola, foram utilizadas como instrumentos metodológicos entrevistas semiestruturadas com os gestores e questionário para os professores. Deixaram registrado que em relação a gestão escolar, as relações administrativas e pedagógicas apresentam-se inerentes à organização da escola, tendo a gestão democrática como eixo articulador de trabalho na escola, sendo voltada para reflexão sobre ações concretas para uma prática pedagógica participativa.

A entrevista com os gestores foi organizada em três blocos: o perfil do gestor, a percepção a respeito da dinâmica da progressão parcial na escola e por último sugestões para a melhoria da Progressão Parcial no cotidiano escolar. As entrevistas (apêndice A) foram realizadas pela pesquisadora na própria unidade escolar, através de gravação e posterior transcrição de dados coletados.

O questionário (apêndice B), foi produzido utilizando o aplicativo de gerenciamento de pesquisa denominado Google Forms[12], onde também foi organizado do mesmo modo que os dos gestores, porém além de perguntas abertas, foi realizado concepções a partir da escala de Likert, que é utilizada comumente em pesquisas e sondagens para aferir atitudes dos respondentes. Segundo Gunther (2003, p.11) “as escalas de Likert ou escalas somadas são utilizadas nas Ciências Sociais, principalmente, para levantamento de opiniões, atitudes e avaliação”. Os respondentes optaram por um grau de concordância com uma determinada assertiva, sendo assim distribuídas:

1. Discordo totalmente;
2. Discordo parcialmente;
3. Nem concordo e nem discordo;
4. Concordo parcialmente;
5. Concordo totalmente.

[12] Devido a pandemia do Coronavírus no ano da realização dessa pesquisa, a pesquisadora como alternativa seguindo os protocolos sanitários, desenvolveu o questionário dos docentes pelo Google Forms.

O questionário continha dez questões com mais 21 assertivas. Foram aplicados para 32 professores, onde 17 responderam. O link para preenchimento foi compartilhado no whatsapp pessoal de cada professor, e as respostas automaticamente ficaram armazenadas numa planilha de Excel feita pela pesquisadora intitulada “Questionários Professores”. No cabeçalho do questionário, se fazia uma identificação sobre a pesquisadora, um resumo sobre a pesquisa e um termo de consentimento do uso dos dados. A primeira pergunta desse questionário era: “Você aceita participar do questionário? ”, onde o professor tinha a escolha de participar ou não. Se a resposta fosse SIM, o professor era direcionado para a seção 2, onde continuaria a responder. Se a resposta fosse NÃO, ele era direcionado para a seção 4 onde se fazia o agradecimento pela participação. Tanto o roteiro da entrevista, quanto o questionário, foram construídos com questões referentes a progressão parcial – tanto o roteiro da entrevista, quanto o modelo do questionário estão expostos no apêndice desta pesquisa. Para resguardar a identidade dos participantes, e para a apresentação e análise dos resultados, as entrevistas e questionários respondidos pelos profissionais da unidade escolar foram aleatoriamente identificados por letras[13]**.** A realização das entrevistas e a aplicação dos questionários, foram em outubro de 2020.

3.3 FERRAMENTA DE APOIO EDUCACIONAL

A fim de compreender e auxiliar na implementação do processo de progressão parcial, produziu-se uma ferramenta de apoio educacional digital, de forma compartilhada e colaborativa a partir das inquietações do público-alvo analisado, com o intuito de nortear gestores e professores sobre a aplicabilidade da mesma no processo de PP.

O conteúdo desse material contém instruções para a operacionalização da política de progressão parcial, o qual poderá ser usado posteriormente por todos os autores da unidade escolar analisada e por outras unidades escolares.

[13] O trabalho de pesquisa foi realizado seguindo os procedimentos éticos pré-estabelecidos para que não haja exposição ou constrangimentos aos participantes. Todos os profissionais envolvidos foram conscientizados de que não obterão nenhuma vantagem financeira e nenhum custo, assim como foi garantido a preservação da privacidade dos participantes, e a pesquisa foi realizada com o consentimento de todos os indivíduos através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE.

O material didático interativo, foi desenvolvido em duas partes: a primeira parte corresponde a um caderno intitulado “Progressão Parcial: Estratégias colaborativas associadas a uma aprendizagem ativa” (apêndice H). Esse caderno foi divido em Introdução, o capítulo I intitulado “O Regime de Progressão Parcial”, onde foi descrito em poucas palavras sobre o que é o Regime de Progressão Parcial e a Progressão Parcial no contexto da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro, o capítulo II intitulado “A importância dos atores escolares”, onde se faça referência ao papel e a importância dos agentes escolares: diretor, coordenador pedagógico e professor.

No capítulo III, intitulado “Organizações pedagógicas na Progressão Parcial”, foi descrito as organizações que precisam nortear esse regime como práticas avaliativas, Plano Especial de Estudos (PEE), Projeto Político Pedagógico (PPP) e escrituração escolar. No último capítulo intitulado “Educação + Tecnologia: Novos modelos educacionais na aplicação da Progressão Parcial, foram apontados alguns métodos de ensino/aprendizagem com o objetivo de propor discussões e questionamentos sobre a importância do uso de tecnologias dentro e fora da sala de aula e incentivar um olhar diferenciado para essas práticas de aprendizagem.

A segunda parte desse material, é uma complementação da primeira, e encontra-se no (Apêndice I), tendo como foco principal a interatividade. Nessa parte do material, foi construído uma revista digital denominada Revista EduTec Interativa, onde trataremos sobre Tecnologia Educacional. A ideia norteadora é a compreensão do uso das tecnologias e sua importância no âmbito escolar.

Nas páginas da revista, o leitor encontrará desde o conceito escrito a links de vídeos sobre a temática abordada, e tudo na palma da mão, precisando somente de um dispositivo eletrônico para acessá-lo.

Ambas as partes se complementam, tendo como função de ser um instrumento de orientação e consulta para os atores escolares na implementação da Progressão Parcial. Salientamos que em hipótese nenhuma há a pretensão de cercear a escola da sua autonomia na condução desse processo, o intuito sobretudo é ser uma ferramenta de apoio, que possa servir de diretriz para a organização da Progressão Parcial, equalizando os procedimentos e critérios de execução dispostos na portaria SEEDUC/SUGEN nº 419/2013.

3.4 AVALIAÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO

Após o desenvolvimento do material didático interativo, a fim de valorizar a colaboração de todos os profissionais envolvidos no processo de construção do mesmo, realizou-se novos questionários para a obtenção de opiniões sobre a ferramenta de apoio desenvolvida.

Os questionários (apêndice C), foram produzidos utilizando novamente aplicativo de gerenciamento de pesquisa denominado Google Forms, onde continha três perguntas: 1. Acham importante elaborar estratégias educacionais conjuntas com os professores e gestor escolar? 2. O que você achou do material didático interativo? Ele contribuiria para auxiliar no Regime de Progressão Parcial? 3. Quais os pontos positivos e negativos?

No total, obteve-se sete respondentes, onde foram resguardadas mais uma vez suas identidades. A maioria destacou que até o momento ações do professor tais como: orientação quanto ao conteúdo a ser estudado, a aplicação do Plano Especial de Estudos e o acompanhamento dos alunos não são totalmente suficientes para a melhoria do seu desempenho ao longo do processo, e que o material produzido pode vir a contribuir como nova estratégia, e no despertar do interesse do aluno.

Registraram que o material é muito rico, bem estruturado e que contemplou várias dúvidas que tinham sobre suas ações pedagógicas. Ressaltaram também que auxiliará em algumas mudanças, principalmente pensar na dificuldade do aluno e tentar eliminá-las, que é de fácil manipulação, tem uma abordagem bem fácil de entender, e que contribuirá para auxiliar no regime de progressão parcial devido oferecer interatividade. Como pontos negativos dois professores se manifestaram: um professor citou o fato de não apresentar modelos avaliativos, e o outro ressaltou que não atinge os alunos que não possuem Internet em casa, dependem diretamente da Internet do colégio.

De um modo geral a avaliação do material didático foi bastante positiva, e levou a percepção de que o material pode oferecer a inclusão social, a inclusão digital e consequentemente a formação para a cidadania, que são pressupostos para uma educação de qualidade.

4 RESULTADOS

A pesquisa tem o caráter de desvelar as dificuldades encontradas na aplicabilidade da Progressão Parcial pelos atores escolares. Os aportes existentes atualmente são a deliberação do Conselho Estadual de Educação (CEE) nº 225/98 remetendo às alterações necessárias ao Estado para se adaptar as exigências da LDB de 1996 (BRASIL, 1996), e a portaria SEEDUC/SUGEN nº 419/2013 que apresenta uma revisão das antigas portarias SAPP nº 48/2004, SEEDUC/SUGEN, que tratam superficialmente dessa temática.

A progressão parcial é vista atualmente como perda de tempo e isso se dá pelas dificuldades que não podem ser supridas devido à descrença de seu péssimo uso perante a aplicação. Neste contexto, se faz a alusão à prática avaliativa, uma vez que a Progressão Parcial é uma avaliação sistematizada. Hoffmann afirma que:

> A prática avaliativa não irá mudar em nossas escolas em decorrência de leis, resoluções, decretos ou regimentos escolares, mas a partir do compromisso dos educadores com a realidade social que enfrentamos. Questionar os procedimentos avaliativos seletivos e excludentes de nossas escolas é uma das etapas desse compromisso (2010, p.36).

As escolas não estão preparadas para desenvolver a aplicação do regime de progressão parcial já que não existe um acompanhamento e uma seriedade assídua da Secretaria de Educação. Assim, o processo de ensino/aprendizagem dar-se apenas por meio de um trabalho e preenchimento de planilhas ou ficha de aprovação. O despreparo é visível pelo descaso em que se dá na aplicação da progressão parcial, a mesma é vista como meio de aprovar simplesmente por aprovar e desta forma acarreta um descompromisso.

Para muitos, a progressão parcial não é vista com seriedade porque não se dar o real valor ao seu papel. É necessário compreender sua dimensão e sua estratégia para uso da aplicação. Não se pode, no entanto, ser descrente de suas teorias, até porque, a progressão parcial é apenas mal aplicada pelos professores por eles não terem o apoio merecido pela Secretaria de Educação, sendo que há apenas a imposição, sem que haja as condições precisas para desempenhar as aulas de reforço.

Assim, essa seção tem como foco principal apresentar os resultados da investigação realizada por meio das entrevistas com as gestoras e da análise do

questionário respondido pelos professores. Essas respostas contribuirão para que possamos perceber o conhecimento e as percepções dos atores escolares têm sobre o regime de progressão parcial.

4.1 A CONCEPÇÃO DA EQUIPE DIRETIVA E TÉCNICO-PEDAGÓGICA

As primeiras perguntas da entrevista, procurou-se caracterizar as entrevistadas, buscando informações como: formação acadêmica, trajetória e tempo de serviço na rede estadual e tempo na gestão da escola. O (quadro 2) sintetiza o perfil das gestoras entrevistadas. As entrevistadas mostraram-se bastantes solícitas à participação, com prestezas às respostas.

Quadro 2: Caracterização dos gestores entrevistados

ENTRE VISTADAS	***FORMAÇÃO***	***ESPECIALIZAÇÃO***	***TEMPO DE REDE ESTADUAL***	***TEMPO NA GESTÃO DA ESCOLA***
A	LICENCIATURA EM MATEMÁTICA	GESTÃO ESCOLAR	9 ANOS	5 ANOS
B	LICENCIATURA EM MATEMÁTICA	GESTÃO ESCOLAR	27 ANOS	3 ANOS
TRAJETÓRIA DENTRO DA SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO				
A	PROFESSORA DOC. I – 30H – MATEMÁTICA			
B	PROFESSORA DOC II – 40H			

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

As duas entrevistadas têm graduação e especialização em áreas da Educação. Ambas são licenciadas em matemática, com especialização em gestão escolar e mestrandas em tecnologias na educação. Não foi acrescido ao quadro 2, mas em off as participantes da entrevista deixaram registrado o quanto vão se empenhar para fazer o doutorado, e que têm novos planos para galgar uma caminhada em prol de conquistas melhores, pois convivem com a desvalorização muito acentuada do professor do Estado do Rio de janeiro.

A entrevistada A pertence ao quadro de funcionários da Secretaria de Educação do Rio de Janeiro desde 2012 como professora Doc I com duas matrículas de 30H e, foi convidada pela equipe diretiva anterior, em 2018, para atuar como diretora adjunta, e, em 2019 com a exoneração do cargo da diretora geral, a mesma

ocupou seu lugar regulamentando pela Regional Norte Fluminense. A entrevistada B, foi por 7 anos diretora adjunta de outra escola da rede e se transferiu para a escola analisada em 2018 como professora articuladora, já que sua matrícula é referente a professor Doc II – 40H, e, em 2019 foi convidada pela nova equipe diretiva para atuar como coordenadora pedagógica.

Respondidas as perguntas sobre formação e tempo de serviço, seguimos para a segunda parte da entrevista, onde o foco era o regime de Progressão Parcial: seus conhecimentos, de quem era a responsabilidade e influência na reprovação dos alunos (Quadro 3).

Quadro 3: Compreensão sobre o regime de Progressão Parcial

	CONHECIMENTO SOBRE O REGIME DE PROGRESSÃO PARCIAL
A	"O que eu sei é o que fazemos na escola. O aluno que reprova em até duas disciplinas, no ano posterior faz umas atividades no colégio. "
B	"O aluno que fica retido em até duas disciplinas, poderá recuperar os estudos no próximo ano. "
	RESPONSABILIDADE DOS ALUNOS EM PROGRESSÃO PARCIAL
A	"Para mim a responsabilidade é da escola, não dá direção, dá escola. "
B	"Para mim a responsabilidade é do professor que reprovou. "
	FATORES QUE CONTRIBUEM PARA A REPROVAÇÃO DOS ALUNOS EM PROGRESSÃO PARCIAL
A	"Falta de compromisso, já que só fica reprovado quem não fizer nada durante o ano letivo. "
B	"Falta de compromisso, falta de comprometimento e responsabilidade do aluno. "

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

Ambas conhecem o regime de Progressão Parcial, porém cada uma acredita que há diferenças na responsabilidade dos alunos neste regime. A entrevistada A acredita que a responsabilidade é da escola, já a entrevistada B, acredita que o professor que reprovou é responsável pela construção e aplicação do regime. Um ponto levantado sobre a responsabilidade da Progressão Parcial é a visão dos autores escolares. Para a entrevistada B uma coisa é a visão que os professores têm sobre a dependência, outra coisa é a visão do coordenador pedagógico e da direção tem, e assim são visões diferentes.

> O professor de fato não sabe como de fato é feito a dependência, ele não sabe. A coordenação e a direção sabem, e aí tem uma outra visão da história (Entrevistada B, 2020).

As entrevistas apontaram também que um dos fatores que contribuem para a reprovação do aluno e sua falta de compromisso, comprometimento e responsabilidade, já que a maioria das vezes o aluno se mostra desinteressado e deixa de fazer suas atividades regulamentares.

Em prosseguimento à entrevista, indagamos as entrevistadas sobre as práticas pedagógicas adotadas pela Secretaria de Educação e aplicada na unidade escolar, se essas práticas recuperam esses alunos retidos nesse regime. Ambas responderam que não recuperam, porém a entrevistada A coloca que a maioria das vezes a forma que esse regime é adotado pelas escolas não condiz com a diretrizes determinadas pela SEEDUC, ou não se avalia de forma adequada, quais as dificuldades que esse aluno tem.

O artigo 17 da portaria nº419/2013 enfatiza que para fins de registro e promoção do discente, o regime de Progressão Parcial utilizará como referencial escala de zero a dez pontos, considerando cinco como nota mínima para aprovação. Cada bimestre consiste num todo avaliativo uma vez que as notas obtidas em cada um deles devem ser consideradas de modo isolado. A entrevistada B coloca que o aluno não fica reprovado por um conteúdo. O aluno fica reprovado por um conjunto de habilidades e competências não adquiridas daquela disciplina específica. Assim tentar recuperar essas habilidades e competências e um bimestre, continuaria não acarretando benefícios na aprendizagem desse aluno.

Várias críticas rodeiam a implementação desse regime nas unidades escolares. Sejam elas pela gestão, professores e alunos. A ideia de aprovação automática se mostra cada vez mais presente na percepção dos docentes. Muitos acreditam na ineficiência do regime, seja por falta de diretrizes mais claras por parte da Secretaria de Educação, seja por uma melhor estruturação dessa política dentro das unidades escolares. Gomes (2012, p.1) afirmam que:

> A progressão continuada, apesar de ser considerada uma ideia avançada, é alvo de polêmica por alguns considerarem que ela configura a “aprovação automática” dos alunos. Essa ideia leva em conta que a progressão foi adotada, no Brasil, sem se mudar as condições estruturais, pedagógicas, salariais, de formação de professores e outras necessárias ao desenvolvimento de um verdadeiro projeto de progressão continuada. Outros, no entanto, consideram um importante projeto para solucionar o problema de reprovação e evasão dos alunos.

Outra crítica levantada foi o fator aprendizagem e como o aluno se porta na construção dessa aprendizagem. As entrevistadas colocam que se o aluno se limita a ficar na média, ele deixa assim de adquirir 50% do aprendizado, já que o percentual faltante ele deixou de aprender. Se isso já é um grande problema no ano letivo regular dividido em quatro bimestres totalizando 200 dias letivos (onde há a obrigatoriedade do aluno está presente na unidade escolar), imagina na Progressão Parcial, onde o aluno não é obrigado a estar no espaço escolar e na maioria das vezes ele não tem nem ¼ de dias para recuperar esses conteúdos na dependência.

Além disso foi perguntado como é organizado o processo de progressão parcial e seus métodos avaliativos. Na portaria nº419/2013, artigo 21, estabelece que compete à equipe técnico-pedagógica da unidade escolar a responsabilidade por organizar o processo de progressão parcial, inclusive definir os professores que serão responsáveis pela elaboração e aplicação do Plano Especial de Estudos. Assim foi perguntado qual a opinião sobre esse artigo e como ele era implementado pela escola, ambas tiveram opiniões diferentes quanto a eles:

> Eu sou totalmente contra a esse artigo. Como o Estado não dá esse professor, eu sou contra (Entrevistada A, 2020).
>
> Eu sempre bati nessa tecla, que tem que ter um professor responsável (Entrevistada B, 2020).

A entrevistada B pontua que a organização da Secretaria de Educação, coloca o aluno retido em Progressão Parcial numa turma específica da disciplina e ano que ele reprovou. Essa turma, não é uma turma diferenciada somente para PP, e sim uma turma regular do ano letivo. Para ela, aquele professor que recebeu aquele aluno de dependência tem a responsabilidade da aplicabilidade da dependência daquele aluno, mesmo não sendo ele que reprovou o aluno no ano anterior.

Outro ponto levantado pela entrevistada, foi a responsabilidade dos gestores e coordenadores pedagógicos. As escolas têm que ter na sua grade professores responsáveis pela produção e aplicação das dependências, porém as diretrizes e o próprio auxílio na produção desses materiais precisam ser realizados pela equipe técnico-pedagógica, além da organização dos diários e conselhos de classe.

No bloco final de perguntas, levantou-se quais eram as críticas pessoais e o que poderia ser feito para aprimorar o regime de progressão parcial na unidade escolar. As duas entrevistadas foram enfáticas em afirmar na descrença desse

regime. Ambas não acreditam na seriedade do processo de ensino/aprendizagem na progressão parcial por parte da Secretaria de Educação. Para elas na realidade o Estado “tampa o sol com a peneira” em relação a essa política pública, formando assim uma avaliação negativa refletindo um descontentamento em relação aos indicativos legislativos, como podem ser observados nas falas abaixo:

> O Estado é paternalista (Entrevistada B, 2020).
>
> Independente da resolução, por mim o aluno retido numa disciplina ficaria reprovado. E acabou. O aluno não aprenderá os conteúdos em dois meses, se ele não tiver aula, senão estudar num contraturno, se ele não estiver um estudo sério, ele não irá aprender (Entrevistada B, 2020).
>
> Para mim a Progressão Parcial é uma farsa (Entrevistada A, 2020).

O distanciamento existente entre a criação da política e sua implementação é evidenciado também na descrença dos atores escolares. A falta de engajamento também mostra ser um ponto negativo. Para elas, enquanto não houver uma maior compreensão sobre o regime, as responsabilidades que cada um tem na construção do PP - desde a inserção dele no Projeto Político Pedagógico e a construção colaborativa dos Planos Especiais de Estudos – mais a adaptação do regime na realidade dos alunos envolvidos, não haverá uma aprendizagem significativa.

Para que a política de progressão parcial encontre espaço e cumpra seu objetivo, é necessário que haja entendimento sobre a política como um todo e haja abertura para a discussão sobre a sua implementação. A esse respeito, Mainardes (2016) assim se manifesta:

> Esta abordagem, portanto, assume que os professores e demais profissionais exercem um papel ativo no processo de interpretação e reintegração das políticas educacionais e, dessa forma o que eles pensam no que acreditam têm implicações para o processo de implementação das políticas (MAINARDES, 2016, p.53).

As considerações acima, demonstram a desconfiança que os atores têm a essa política idealizadora, onde as práticas pedagógicas se tornam cada vez mais engessadas, não promovendo o sucesso do alunado e comprometendo a qualidade da escola. Há uma tendência de rejeição e ceticismo em relação a “novas” políticas por conta da interferência na cultura escolar já estabelecida.

De acordo com Teixeira (2013), se antes a escola era concebida, simplesmente, como espaço para concretização das decisões externas a ela, tendo como responsabilidade o cumprimento das legislações do sistema de ensino, hoje ela passou a ser vista como entidade privilegiada para realizar as mudanças almejadas na educação.

Tratar dos processos de articulação entre as proposições legais e a implementação das políticas públicas, é imprescindível considerar a escola como o local, por excelência, onde as mudanças pretendidas se tornem realidade e dotada de uma cultura organizacional constituída de "uma rede de significados que se encarrega de criar os elos que ligam passado e presente, instituído e instituinte, e que estabelece as bases de um processo de construção e reconstrução permanentes" (TEIXEIRA, 2013, p. 179). Ao refletir sobre políticas públicas de educação e mudanças nas escolas, Teixeira afirma:

> À cultura das escolas podem ser tributados muitos dos fracassos de reformas educacionais cuidadosamente planejadas em altos escalões burocráticos, sem levar em conta as concepções básicas que cimentam a prática escolar. Diante de reformas que lhe são impostas, as escolas reagem diferentemente, rejeitando-as, procurando acomodá-las ou adaptá-las as suas reais necessidades, ou ainda, assimilando-as, com substituição e renovação de suas concepções e valores (TEIXEIRA, 2013, p. 181).

Nesse aspecto, "a inovação na escola escapa à lógica do decreto" (Hutmacher, 1995 *apud* Teixeira, 2013, p.181), haja vista que a mudança na prática pedagógica demanda mudança de crença e valores para os atores escolares, assim como exige novas competências.

As análises feitas na seção seguinte têm como objetivo apresentar a percepção dos professores da escola analisada, sobre o processo que envolve o regime de Progressão Parcial, para melhor compreensão da realidade dessa política na escola.

4.2 A CONCEPÇÃO DOS PROFESSORES

Analisando as ações educativas da escola, percebeu-se certa resistência dos atores escolares no encaminhamento do processo de progressão parcial pelo fato de se fundamentarem, exclusivamente, em práticas avaliativas que visam aprovar ou reprovar. Essa avaliação não condiz com o processo de aprendizagem, ou seja, recuperar configura-se em nota, conceito e não no processo de ensino/aprendizagem.

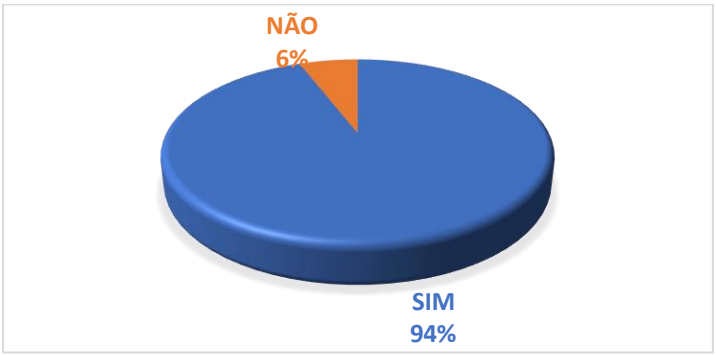
Há uma super valorização dos aspectos quantitativos em detrimento aos qualitativos, o que muito tem se mostrado ineficaz. Essa situação mostra a necessidade de mudança das práticas pedagógicas com o redimensionamento dos processos de avaliação e recuperações dos estudos.

Não há intenção em atribuir culpa pelo fracasso escolar aos professores, mas sim, avaliar dentro do contexto de sala de aula quais os problemas enfrentados, e consequentemente, os erros comumente cometidos que têm comprometido de maneira alarmante o processo de ensino/aprendizagem. Entendemos que não é hora de se procurar culpados e sim buscar soluções para resolver a complexidade vivida no regime de progressão parcial.

Portanto, para uma melhor compreensão dos objetivos dessa pesquisa, nesta seção, serão apresentadas e analisadas as respostas dos questionários aplicados aos 17 professores da escola analisada. Vale ressaltar que esse questionário foi dividido em perguntas abertas e concepções a partir da escala Likert, haja vista, essa escala "ser mais indicada para realizar pesquisas de opinião, apresenta uma afirmação auto descritiva e, oferecer opção de resposta com descrições verbais com diferentes níveis de intensidade da opinião a respeito de um mesmo assunto ou tema".

O primeiro bloco de perguntas, começou perguntando se o professor desejaria participar como voluntário (a) da pesquisa. Dos dezessete respondentes, dezesseis aceitaram participar da pesquisa, enquanto um não se mostrou interessado (Gráfico 2). Os professores que responderam SIM, foram direcionados para a seção 2 para continuar a responder. O professor (a) que respondeu NÃO, foi direcionado para a seção 4, onde se fazia o agradecimento pela participação.

Gráfico 2: Percentual de participantes da pesquisa



Fonte: A pesquisadora

As duas perguntas seguintes versavam elencar a formação acadêmica dos professores participantes (Quadro 4). Foram constatados que a maioria demonstrou preocupação com a continuidade dos estudos, o crescimento profissional e a atualização dos conhecimentos. Apenas três professores não tinham pós graduação e quatro possuem ou estão concluindo o mestrado.

Quadro 4: Formação acadêmica dos professores participantes

Professor	Formação Acadêmica
A	Artes visuais sem pós graduação
B	Matemática com pós em Gestão em Educação
C	Letras: Português – Inglês com pós em Educação de Jovens e Adultos
D	Biologia com Mestrado em Mestre do Mar
E	Educação Física com pós em Reabilitação Músculo Esquelética e Cardíaca
F	Letras com Mestrado em Mestre em Educação
G	Letras com pós em Educação de Jovens e Adultos
H	Letras com pós graduação
I	Educação Física com pós em Reabilitação Muscular
J	Superior Completo sem pós graduação
K	Matemática com pós em Gestão Escolar e Mestranda
L	Superior completo com pós em Gestão Escolar e Psicopedagogia e Mestranda
M	Bacharel e Licenciatura em Biologia
N	Superior completo com pós em Gestão Escolar Participativa
O	História com pós em Ensino de História
P	Letras com pós em Língua Portuguesa Contemporânea / Orientação Pedagógica e Orientação Educacional / Gestão e Planejamento Educacional

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

Quanto o tempo que desempenha a função de professor na Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro (Gráfico 3), os dados mostraram que 63% dos professores estão exercendo a docência há mais de seis anos na rede, 25% dos professores estão exercendo a docência entre três a seis anos e apenas 12% estão a menos de três anos na rede estadual de ensino. Os últimos percentuais mostram que quanto menos tempo o professor está na rede, isso pode ser um facilitador para aceitação de novas práticas pedagógicas, visto que as mudanças ocorridas na Educação do Estado do Rio de Janeiro, principalmente na área pedagógica começou a ocorrer a partir de 2011.

Acredita-se que vale deixar o registro que os professores que estão há mais tempo desempemhado a docência na Secretaria Estadual de Educação do Estado do Rio de Janeiro, encontram-se desistimulados e não acreditam mais na valorização profissional, e que portanto, não querem mais investir na carreira.

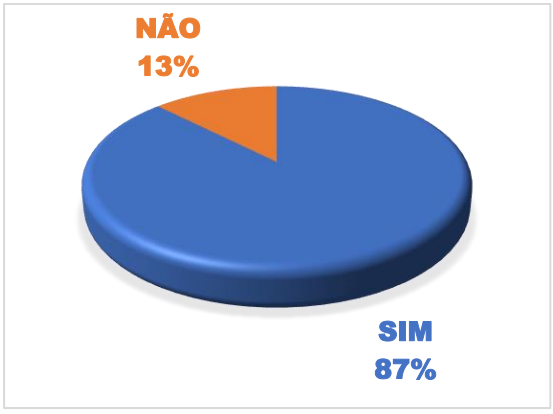
Gráfico 3: Tempo de serviço na Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro



Fonte: A pesquisadora

O segundo bloco de perguntas estava diretamente relacionadas ao Regime de Progressão Parcial. Perguntamos qual era o conhecimento sobre o regime de Progressão Parcial dos respondentes. Dentre as respostas, 87% disseram conhecer esse regime, enquanto 13% não o conheciam. Mesmo sendo um percentual pequeno, houve uma surpresa no total de professores que não conhecem o regime, já que, como apontado no capítulo II, o niveís de reprovação e evasão escolar na Educação Básica são alarmantes.

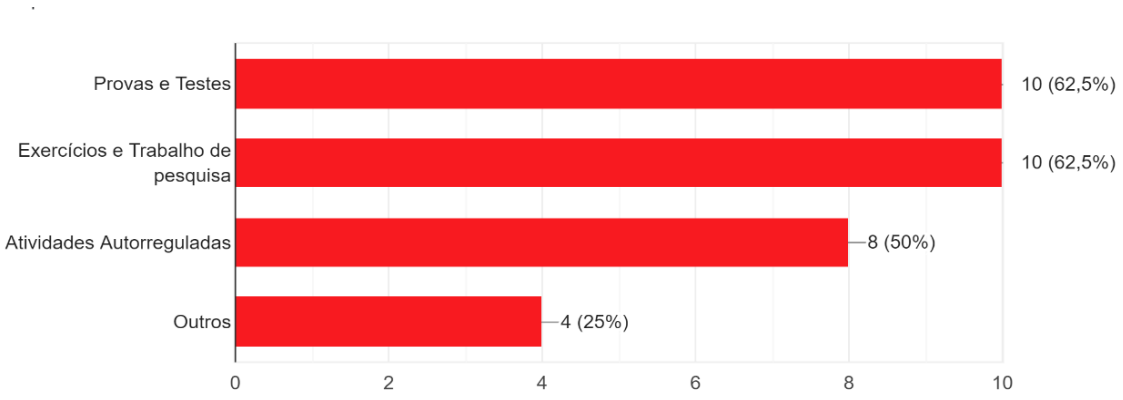
Gráfico 4: Percentual de professores que conhecem o regime de Progressão Parcial



Fonte: A pesquisadora

A pergunta seguinte procurou saber quais os instrumentos avaliativos eles concordavam em serem eficientes na Progressão Parcial. O Gráfico 5 apresenta os dados:

Gráfico 5: Eficiência dos instrumentos avaliativos na Progressão Parcial



Fonte: A pesquisadora

Observa-se que no Gráfico 5, a preferência dos modelos avaliativos utilizados pelos professores são provas/testes e exercícios e trabalhos de pesquisa. A diversificação dos instrumentos avaliativos ainda se mostra um desafio, assim como a orientação correta ao aluno quanto à sua aplicação. Vale ressaltar que a Portaria nº419/2013 prevê que sejam aplicados, no mínimo, três instrumentos avaliativos aos alunos na Educação Básica da rede estadual, todos os bimestres.

As perguntas seguintes foram organizadas em escala de Likert, haja vista, a mesma “oferecer a opção da concordância ou não, e a estrutura ser semelhante em todas as questões do questionário, sendo uma metodologia popular e bem aceita” (FRANKENTHA, 2017, p.3), de forma que os professores pudessem optar por cinco alternativas que possibilitaram o registro do seu nível de concordância em relação à política de PP na escola. Para análise, as perguntas dos questionários foram selecionadas e agrupadas em 4 blocos: assertivas relacionadas à implementação da política de Progressão Parcial na escola; assertivas relacionadas com a atuação dos gestores e equipe técnica na orientação da PP; assertivas relacionadas ao conhecimento da PP pelos professores e sua orientação aos alunos em progressão parcial e assertivas relacionadas ao desempenho e acompanhamento dos alunos pelos diversos atores. Todas as questões tinham como conteúdo a implementação da PP, em consonância ao previsto a Portaria nº 419/2013.

O ponto de partida era correlacionar as respostas dos professores às assertivas do questionário dentro de uma variação de discordo totalmente a concordo totalmente ao item, como descrito na seção sobre a Metodologia. Destacaremos que

foram distribuídos 32 formulários, sendo devolvidos somente 16. Ressaltamos, também, que aqui foram analisadas apenas as assertivas consideradas primordiais ao entendimento sobre a percepção dos sujeitos sobre a progressão parcial. O modelo do questionário aplicado aos professores encontra-se no apêndice deste trabalho, assim como o quadro com todas as respostas das assertivas.

A seguir, após análise pormenorizada, na tabela 8, foram dispostos o quantitativo de respostas por grau de concordância dos professores sobre o primeiro bloco de assertivas:

Tabela 8: Assertivas relacionadas à implementação da política de Progressão na escola

ASSERTIVA	GRAU DE CONCORDÂNCIA				
	Discordo totalmente	Discordo Parcialmente	Nem concordo e nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
1 O Regime de Progressão Parcial tem contribuído para a melhoria dos resultados pedagógicos desta escola.	04	03	03	07	01
2 A equipe gestora orienta os alunos em Progressão Parcial, a partir do início do ano letivo, informando o professor que irá acompanhá-lo, orientando-o quanto as datas das avaliações e entrega do plano de estudos.	01	04	03	05	05
3 As ações do professor tais como: orientação quanto ao conteúdo a ser estudado, a aplicação do Plano Especial de Estudos e o acompanhamento dos alunos são suficientes para a melhoria do seu desempenho ao longo do processo.	04	01	03	07	03
4 A organização e definição do professor responsável pela elaboração e aplicação do Plano Especial de Estudos pela equipe técnico-pedagógica contribui para melhoria da implementação da Progressão Parcial nesta escola.	03	03	03	07	02

Fonte: Elaborada pela pesquisadora

Quanto as assertivas sobre a contribuição do regime de progressão parcial para a melhoria dos resultados pedagógicos da escola, verifica-se que sete professores mostraram um nível de concordância parcial com essa afirmativa. Essas afirmações diferem das declarações das gestoras, pois, segundo elas essa política não contribui para a melhoria pedagógica da escola, ao contrário, mostra um fator negativo. Tal

divergência nas respostas nos faz refletir sobre a importância do diálogo entre gestores e professores a fim de que todos os pontos sobre os problemas da escola estejam bem alinhados.

As assertivas dois, três e quatro tratavam das orientações da equipe técnico-pedagógica sobre a PP e definição sobre os professores que serão responsáveis por esse processo. O somatório entre discordo totalmente, discordo parcialmente e nem concordo e nem discordo mostrou que mais de 50% dos respondentes não se encontram satisfeitos com as orientações traçadas pela equipe, enquanto as avaliações nesse regime e o resgate da aprendizagem dos alunos envolvidos também causaram insatisfação na equipe. Tal insatisfação se revela pela falta de diretrizes internas em relação a progressão parcial. Na escola analisada não existe no Projeto Político Pedagógico nenhuma pontuação referente a Progressão Parcial. Sem essas diretrizes, torna-se muito difícil organizar e traçar estratégias para uma construção eficaz desse regime.

Para desempenhar um bom papel dentro da aplicação de uma política pública é importante o estreitamento das informações sobre o seu processo. No caso da progressão parcial, a equipe técnico-pedagógica tem um papel fundamental, assim é importante que haja domínio das informações a respeito da avaliação, do acompanhamento e dos resultados da PP, ou seja, é preciso analisar a política a ser aplicada, bem como ter acesso delineado das informações necessárias.

A análise de políticas públicas [...] é uma forma de pesquisa aplicada desenhada para entender profundamente problemas sociotécnicos e, assim, produzir soluções cada vez melhores. O campo de estudos de implementação de políticas públicas está fortemente atrelado às necessidades de desenvolvimento de melhorias nos processos Político-administrativas (D'ASCENZI, 2013).

O fracasso na implementação de políticas públicas “pode estar atribuído a duas abordagens antagônicas: top-down – perspectiva em que a decisão política é autoritária, em um nível central e a botton-up - abordagem que leva em consideração a complexidade do processo de implementação” (CARVALHO, et al, 2010, p. 5).

Sobre as dificuldades que surgem na implementação da política pública do tipo *top/down* nas instituições, Condé (2011) ressalta:

> As condições para que o modelo *top/down* obtenha sucesso são muito variadas e envolvem situações quase ideais. Por isso, claro que nem todas são satisfeitas, o que mostra a complexidade do processo e como surgem as

> dificuldades. É o caso das condições locais e externas, que não deveriam impor muitas restrições a quem implementa. O tempo e os recursos devem estar disponíveis, o que, como é sabido, nem sempre é fácil. Imagina-se que estes recursos devem também estar presentes para diferentes fases da implementação (CONDÉ, 2011, p.92).

O segundo bloco de assertivas estava relacionada à atuação dos gestores e equipe técnica na orientação da progressão parcial (Tabela 9).

Tabela 9: Assertivas relacionadas com a atuação dos gestores e equipe técnica na orientação da Progressão Parcial

ASSERTIVA	**GRAU DE CONCORDÂNCIA**				
	Discordo totalmente	Discordo Parcialmente	Nem concordo e nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
1. Recebo orientação da coordenação pedagógica sobre o preenchimento do Plano Especial de Estudos ao final do ano.	01	05	03	07	02
2. A gestão tem tomado medidas para diminuir o número de alunos na Progressão Parcial.	01	04	03	08	02
3. O acompanhamento feito pela escola aos alunos em Progressão Parcial durante o ano letivo é eficaz na melhoria de seus resultados.	04	02	05	05	02
4. **Existe apoio eficaz da direção da escola ao professor que acompanha alunos em Progressão Parcial.**	01	04	06	02	05
5. **A direção apoia o trabalho da coordenação pedagógica ao que se refere à Progressão Parcial.**	01	03	03	05	06

Fonte: Elaborada pela pesquisadora

De acordo com as respostas coletadas, percebe-se que há um impasse entre os docentes no que tange ao auxílio da coordenação pedagógica no preenchimento do plano especial de estudos. Tendo em vista que este material deveria ser construído de forma coletiva para que um resultado satisfatório fosse atingido, que é um material de suma importância pois norteia a elaboração da trilha de estudos direcionada aos alunos que estão em dependência e é através dele que as habilidades e competências que o aluno deve atingir no decorrer do processo são definidas, compreende-se o porquê da escola não ter um regime de progressão bem estruturado e isso acarreta nos baixos resultados que a escola vem alcançando durante esses anos.

Ao contrário da coordenação pedagógica, a gestão obteve êxito ao conseguir mostrar para a equipe que tem se empenhado em recuperar os alunos participantes desse sistema de recuperação. A metodologia adotada pela gestão também atingiu resultado positivo com seus autores, à medida que estes vêm sendo beneficiados com a melhoria de seus resultados e, consequentemente, obtendo a aprovação após fazer parte da PP.

Apesar de cada setor da escola dedicar-se de maneira distinta ao planejamento e execução de todo o processo que envolve a PP, a direção tem papel de destaque pois não mede esforços para que o sistema obtenha êxito e, sendo assim, reduzindo o número de alunos ingressantes no regime de PP.

O caminho pelo qual a equipe diretiva optou por seguir, mesmo sem um empenho semelhante partindo da coordenação pedagógica, provavelmente resultará em uma redução, quiçá, eliminação de alunos em progressão parcial nos anos letivos futuros. Essa afirmativa é forte, porém, real e leva a refletir sobre como o exercício profissional da coordenação pode vir a mudar e somar em prol da luta contra o fracasso escolar. Está faltando nesse caso um empenho de todos em conjunto, com ações respaldas por toda a equipe envolvida na progressão parcial. Não estamos eximindo culpas, nem de alunos, nem de professores, e sim afirmando que a PP precisa ser repensada na escola estudada.

O terceiro bloco de assertivas estava relacionada ao conhecimento da progressão parcial pelos professores e sua responsabilidade na Progressão Parcial (Tabela 10). Traz uma perspectiva de visão entorno do Plano de Estudos utilizado pela unidade escolar relacionadas ao conhecimento da PP pelos professores e sua orientação aos alunos em progressão parcial.

O Plano de Estudos precisa de um planejamento que conte com a participação de todos os envolvidos no processo de PP, trazendo em seu bojo uma maneira eficaz de ajudar o aluno a cumprir suas obrigações com seu próprio aprendizado de maneira satisfatória e organizada.

Tabela 10: Assertivas relacionadas ao conhecimento da PP pelos professores e sua orientação aos alunos em Progressão Parcial

ASSERTIVA	GRAU DE CONCORDÂNCIA				
	Discordo totalmente	Discordo Parcialmente	Nem concordo e nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
1. **O plano Especial de Estudo, previsto pela Portaria nº419 é de conhecimento de todos os professores.**	03	08	03	03	01
2. **Utilizo o Plano Especial de Estudos para orientar o aluno em Progressão Parcial quanto aos instrumentos a serem aplicados durante o processo.**	02	04	06	05	01
3. **Os professores auxiliam a equipe técnica-diretiva na construção e aplicabilidade do Plano Especial de Estudos.**	04	03	04	04	03
4. **A equipe técnica-diretiva se reúne com frequência com os professores para orientar / acompanhar a execução da Progressão Parcial.**	04	02	05	05	02

Fonte: Elaborada pela pesquisadora

Mesmo sendo um plano previsto por uma portaria, a maior parte do corpo docente o desconhece e isso acarreta na construção e aplicabilidade inadequada de tal projeto, o que certamente ocasiona resultados negativos nas avaliações que compõem a progressão parcial.

Apenas parte da equipe busca orientação no plano para orientar o aluno quanto aos instrumentos a serem aplicados. Ora, se o plano foi elaborado com o objetivo de auxiliar o professor e, após diversas pesquisas foram selecionados os instrumentos que, aparentemente, obteriam melhores resultados, a melhor decisão seria utilizar o material selecionado para fazer uso dos instrumentos selecionados.

Em relação à participação dos professores na construção e aplicabilidade do plano especial de estudos, encontra-se um empate técnico no qual metade da equipe auxilia a equipe técnica-diretiva, enquanto a outra parte não oferece colaboração. Se apenas uma parte da equipe participa da construção de algo que envolve todo o corpo discente, não há como contemplar a necessidade de todos os alunos que utilizam o sistema de progressão parcial pois isso inviabiliza uma avaliação das reais deficiências pedagógicas, já que apenas uma parte e não o todo contribuem com sua realidade de sala de aula.

Ainda constitui-se em uma tarefa difícil a verdadeira aplicabilidade do Plano especial de Estudos no colégio X da rede pública de Macaé/RJ, mas entende-se que só será conseguida com a participação efetiva e conjunta de todos os atores escolares, que precisam estar dispostos a participarem do esforço comum para lutar em prol da educação, para formação de uma sociedade com igualdade de direitos para todos.

A orientação e o acompanhamento da execução da progressão parcial são fatores cruciais para que o êxito da avaliação seja alcançado. Conforme as respostas obtidas no questionário, comprova-se a grande atuação da equipe técnica-diretiva na execução e isto é um ponto de extrema importância porque quando se acompanha de perto o processo, pode-se direcionar o trabalho pedagógico, verificar os pontos deficientes e propor melhorias para que se efetive a qualidade em todo o processo. No entanto, as estratégias pedagógicas necessitam estar condizentes para atender as necessidades dos discentes, atrelado a um elo de atuações integradas com os atores escolares envolvidos no processo educativo da Progressão parcial.

O quarto e último bloco relacionava o acompanhamento e desempenho dos alunos no regime de Progressão Parcial (Tabela 11).

Tabela 11: Assertivas relacionadas ao desempenho e ao acompanhamento dos alunos pelos diversos atores

ASSERTIVA	**GRAU DE CONCORDÂNCIA**				
	Discordo totalmente	Discordo Parcialmente	Nem concordo e nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
1. **Os alunos que não conseguem finalizar a Progressão Parcial abandonam a escola.**	04	04	05	01	04
2. **A Progressão Parcial teria melhores resultados se fosse realizada no contraturno.**	02	03	03	06	04
3. **A reprovação dos alunos em Progressão Parcial ocorre pela falta de empenho pelo aluno.**	01	06	04	04	03
4. **A reprovação dos alunos em Progressão Parcial ocorre em função da falta de acompanhamento da família.**	02	05	04	06	01

Fonte: Elaborada pela pesquisadora

Apesar de não conseguirem finalizar a Progressão Parcial, os alunos permanecem na escola, segundo a avaliação dos respondentes. Isso leva a crer que a reprovação na PP não é um fator de desestímulo ou desmotivação que leve o aluno a abandonar a escola. A referida pesquisa aborda sobre a evasão escolar mas, neste caso, isso não se enquadra. Provavelmente, os motivos que levam os alunos à evasão sejam a distorção idade x série, ingresso no mercado de trabalho, entre outros fatores.

A assertiva dois procurou saber o que pensam os professores se a progressão parcial fosse aplicada no contraturno. Verifica-se que há um maior nível de concordância com essa assertiva, onde seis professores concordam parcialmente e quatro concordam totalmente.

Nesse contexto, educadores veem a dependência como um mecanismo inútil ao processo avaliativo, já que o estudantes deveriam pagar em contraturno, porém não podem devido a vários fatores como: transporte, não se ter vagas suficientes em sala de aula, e/ou ainda, professor específico somente para ser responsável pela a Progressão, visto que, em nenhum momento, quaisquer que sejam os professores não podem ter sua carga horária com déficit para o uso da complementação, e pela própria rede de ensino por não contratar profissionais para garantir as aulas e muitas vezes o fato dos alunos estarem em projetos e/ou trabalhando.

Com essas dificuldades visíveis é, sobretudo, um problema que não cabe somente a escola resolver, e sim a Rede, tornando o regime de Progressão um processo muito distante de chegar a um resultado que seja satisfatório.

A assertiva três foi colocada que a reprovação dos alunos em Progressão Parcial ocorre pela falta de empenho dos alunos. Dos professores respondentes, seis discordaram parcialmente dessa afirmativa.

Um dos fatores que contribuem para o desinteresse do aluno é a falta de seriedade na construção e aplicação desse regime. A forma como a política vem sendo implementada, no qual o aluno tem a percepção que os métodos avaliativos são de baixa complexidade e sem metodologias atrativas, são um dos fatores que desestimulam o aluno e transformam a aprendizagem em uma forma de ensino auto instrucionista. O instrucionismo é uma prática muito antiga, porém ainda muito utilizada nas escolas. No ensino instrucionista o saber é adquirido por meio de instruções. A única maneira de melhorar o conhecimento do aluno sobre determinado tópico é ensinar sobre aquele tópico. Se essa metodologia já se mostra ultrapassada

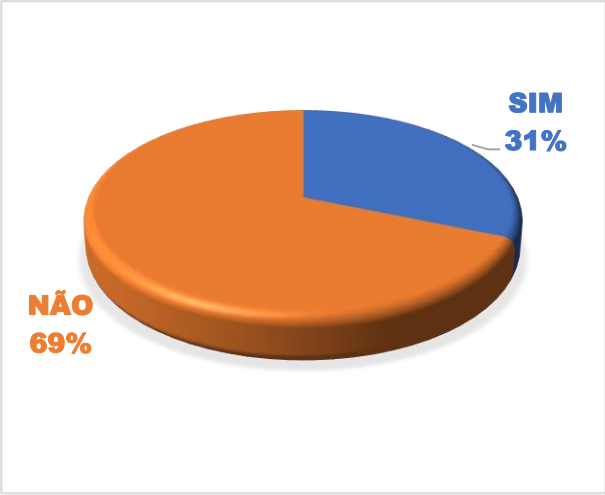
dentro da sala de aula onde ocorre “uma relação à dois”, no contexto da Progressão Parcial, o aluno se encontra sozinho nessa prática de ensino.

Segundo Paro, “a alegação da falta de interesse do aluno como justificativa para o mau desempenho escolar precisa ser combatida de forma radical porque ele implica a própria renúncia da escola a uma das suas funções essenciais” (PARO, 2007, p.5).

O último bloco de perguntas do questionário era relacionado à participação do professor na construção do regime de progressão parcial, suas opiniões sobre esse regime e a contribuição de tecnologias digitais para uma aprendizagem significativa nesse processo. A primeira pergunta deste bloco estava relacionada à Portaria nº. 419, Art. 21 que estabelece que a equipe técnico-pedagógica é responsável pela definição de um professor responsável pela aplicação e elaboração do Plano Especial de Estudos.

A pergunta era para saber se o professor já tinha participado alguma vez do processo de construção do regime de progressão parcial (Gráfico 6). A maioria dos respondentes disseram que nunca foram convidados para participar da construção desse regime na escola. Os professores E, G responderam que já participaram, porém tiveram dúvidas sobre o acompanhamento dos conteúdos pelos discentes, e sentiram a necessidade de maior comprometimento das pessoas envolvidas.

Gráfico 6: Percentual de participantes num processo de construção da Progressão Parcial



Fonte: A pesquisadora

A penúltima pergunta, visava quais mudanças seriam necessárias para que o regime de Progressão Parcial contribuísse para a diminuição do fracasso escolar na

opinião dos docentes. As análises feitas revelaram que a progressão parcial poderá ser um instrumento mais eficaz no combate ao fracasso escolar e à melhoria dos índices de reprovação se acontecer um aprimoramento e diversificação nas práticas pedagógicas relacionadas a esse regime, e das condições estruturais necessárias para assim ter um melhor funcionamento. As análises evidenciaram que os professores resistem à forma como acontece a PP no interior da escola. Tal resistência se coloca como empecilho para que esse regime avance, tendo assim um resultado esperado. Para os professores, o modelo utilizado atualmente na Secretaria de Educação e praticado nas escolas é ineficiente no que se diz respeito à superação das dificuldades de aprendizagem dos alunos em Progressão. Condé (2011), coloca que as políticas educacionais são formuladas para atender as demandas da sociedade como um todo e uma das dificuldades da implementação da política no modelo *top-down* (de cima para baixo) é o fato de ela ser elaborada fora do contexto de sua aplicação.

Para o professor C, acabaria com esse regime. A escola sozinha não consegue resolver problemas com raízes profundas. O investimento em políticas públicas por parte do governo que garanta uma vida digna ao aluno (moradia, alimentação, saúde e ajuda econômica) daria um suporte tanto ao aluno quanto à família que tanto sofrem com as desigualdades. O fracasso escolar nada mais é do que um reflexo das desigualdades sociais existentes dentro e fora da escola (Professor F, questionário 2020).

Os professores G e H, acreditam que o regime de progressão parcial seria eficaz se fosse trabalhado mais efetivamente, concomitante com a série vigente. Com aulas dinâmicas e a participação ativa dos discentes, da família e dos professores nesse processo. O aluno deveria cursar novamente a disciplina em que houve reprovação e não somente fazer atividades (Professore G e H, questionário 2020).

Uma forma de dinamizar e atrair a atenção dos alunos nesse regime, seria conectá-los à realidade que eles se encontram. A tecnologia se mostra cada vez mais atrelada a essa realidade. Um mundo de informações na palma da mão, através dos dispositivos digitais cada vez mais estão interligados aos estudantes. Assim, para finalizar o questionário, foi-se perguntado se os professores acreditam que a inserção de tecnologias digitais contribuiria para uma aprendizagem significativa no regime de progressão parcial.

Para alguns dos respondentes, a tecnologia não auxiliaria na resolução dos problemas acarretados pela progressão parcial. Ao contrário, seria mais um entrave na busca de uma boa aplicabilidade nesse regime. Isso porque, para alguns professores, além de não se sentirem confortáveis em usá-las (muitas vezes esse desconforto é causado pela falta de conhecimento sobre tecnologias na área da educação e/ou não saberem utilizá-las no seu cotidiano), não concordam que os alunos saibam separá-las do uso escolar com o uso pessoal.

Porém, na percepção da maioria, as tecnologias digitais sim ajudam no processo de ensino/aprendizagem desses alunos em progressão parcial, por ser na maioria das vezes recursos que eles dominam e estão habituados a utilizar no seu dia-a-dia.

O professor C acredita que a tecnologia é um recurso que auxilia na educação como um todo. Para ele, estamos na era tecnológica e é muito interessante esse diálogo sobre a inserção da tecnologia e recursos digitais como: computadores e quadro interativo. Esses recursos seriam de fácil acesso durante as aulas, tendo como função um facilitador no acesso aos conteúdos. O professor G complementa que existem muitos aplicativos, games educativos, sites, vlogs e outros que, com certeza, contribuiriam para o aprendizado dos alunos de uma forma dinâmica e eficaz (Professor C e G, questionário 2020).

Para os professores E, J, o mundo é dinâmico assim como a educação e devemos sempre ter mente aberta para o novo e fazer críticas construtivas para aprimorar novas técnicas e metodologias de trabalho. As mídias digitais têm ajudado bastante na propagação da educação em tempos atuais. Os alunos poderiam fazer grupos com os professores para troca de aprendizado, aulas online, atividades remotas, entre outros (Professor E; J questionário 2020).

Nesse contexto, entre as entrevistas com as gestoras e as respostas dos questionários dos professores, pode-se perceber que educar não é fácil, dá trabalho, exige dedicação, sobretudo aos que mais necessitam. Transferir problemas é fugir da verdadeira educação. Desse modo, precisamos refletir acerca da função de cada ator escolar para que tais deficiências no processo de ensino/aprendizagem sejam sanadas no regime de progressão parcial.

O professor, nessa perspectiva, assume um papel essencial, não apenas como transmissor de informações, mas, sobretudo, na elaboração de situações que possibilitem ao sujeito buscar naquilo que já sabe elementos para desvendar o que

ainda não sabe, onde as tecnologias digitais podem sim, de maneira planejada e bem elaborada, ser um recurso complementar na construção de novas metodologias nesse regime.

4.3 PRODUTO TECNOLÓGICO

A implementação do regime de progressão parcial indica uma transformação na organização escolar, no cotidiano da sala de aula, nas relações estabelecidas entre o professor, o aluno e a comunidade, no processo avaliativo constituído no diálogo, na confiança e na participação. Segundo Sarmento (2017) essa tarefa não se faz rapidamente, pois se deve adentrar uma nova lógica e mudanças. Nesse sentido, são demoradas na medida em que significam outras posturas e diferentes enfoques.

Como pode ser observada na citação de Sarmento (2017) a progressão parcial altera tudo em torno da comunidade escolar, pois têm sido criadas estratégias diferenciadas para que o desenvolvimento do aluno venha progredir diante de seus esforços. Para que o aprendizado possa acontecer realmente tem que haver uma conscientização dos atores escolares e estudantes.

Nesta seção, iremos mostrar como foi construído um material didático interativo com o objetivo de auxiliar gestores e professores sobre informações do regime de Progressão Parcial e como desenvolver novas práticas pedagógicas com auxílio de tecnologias digitais que agreguem o aprendizado do aluno, adaptando-se à nova geração de nativos digitais.

“No contexto da sociedade do conhecimento, a educação exige uma abordagem em que o componente tecnológico não pode ser ignorado. Os avanços das tecnologias, nos últimos anos, têm potencializado inúmeras mudanças na sociedade” (QUEIROZ, et al., 2016, p.2). o gestor escolar, o educador encontra novos desafios diante da necessidade da vivência digital, a qual pode modificar significativamente sua prática e um desses desafios é não ter medo da tecnologia e das novidades, e deve buscar sempre práticas que possam inovar o seu saber docente em função do desenvolvimento pessoal e criatividade nas atividades instrutivas.

> Viver em um mundo digital é muito melhor do que antigamente, mas é preciso mudar paradigmas, mudar a forma de pensar. Novas atitudes requerem a revisão da educação e a busca de fundamentos na razão. Diante das

> mudanças, são necessárias atitudes de prudência e persistência, já que presenciamos a maior transformação cultural relacional de todos os tempos. Nunca na história da humanidade o cérebro humano passou por mudanças tão bruscas como nos dias atuais. De certa forma, podemos entender que a tecnologia expande o cérebro do homem, possibilitando-lhe fazer o que em outras épocas jamais faria sozinho. Isso requer muito esforço da parte do educador e dos que chegaram à tecnologia digital mais tarde na vida e, por isso, precisam se adaptar a ela (RODRIGUES, 2013, p. 2).

Na atualidade não se discute se tecnologia deve estar presente na escola, pois a mesma é uma realidade. Convive-se com o acesso muito rápido da informação e há a necessidade de direcionar o trabalho administrativo, pedagógico de forma a otimizar o processo educacional.

> A internet pode ajudar na formação de nossos estudantes, mas eles têm que ser orientados, guiados no sentido de saber identificar o que é correto e descartar o que não é correto. Precisamos saber como usar a internet, para que ela trabalhe a nosso favor, e a escola tem papel fundamental nisso, pois ela pode ensinar nossas crianças a buscar o que ela tem de melhor (PEREIRA e SILVA, 2013, p. 86).

É fundamental que a gestão escolar, de mãos dadas com o professor não continue fazendo o pretérito com o novo, pois continuaria no mesmo e não ofereceria ao aluno a possibilidade de usar a tecnologia em prol do seu crescimento. Temas como responsabilidade social, valores éticos e cidadania, precisam estar inseridos no exercício educacional, haja vista, o mundo digital também oferecer a outra face, ou seja, o perigo de tantas informações e contatos maléficos, e toda equipe da escola precisa estar atenta a esse fator.

> É preciso que a educação pense e reconstrua o saber, remodelando conceitos, valores e hábitos, pois sem o conhecimento teremos dificuldade de sobrevivência, já que é a nossa atual matéria-prima. As tecnologias podem facilitar a nossa vida, criando uma nova forma organizacional. A Era Digital faz repensarmos sobre a educação, inovando o trabalho, assumindo responsabilidades para sermos eficazes, transformando a educação para criar um trabalho-aprendizado (TAJRA, 2018, p. 27).

As mudanças ocorridas na sociedade afetam diretamente a educação, e, isso obriga paralelamente a repensar o modelo de educação que se tem e a que se quer ter. O educador hoje é um gerenciador de processos de atividades e não um genuíno vetor de conhecimentos, e a pedagogia através de atividades digitais virtuais podem favorecer o trabalho administrativo, e o docente em seu trabalho disciplinar, e consequentemente o aprendizado do aluno, que vive a era virtual.

4.3.1 Material didático interativo: Progressão Parcial- Estratégias colaborativas associadas a uma aprendizagem ativa

Diante do exposto, com foco nas respostas dos atores escolares sobre o regime de progressão parcial, propomos um material didático interativo onde o maior interesse é a informação, servindo de orientação e consulta para gestores, equipe pedagógica e professores. O objetivo é que a PP seja uma política pública eficaz no processo de resgate de aprendizagem dos alunos envolvidos, sendo um ponto de partida para a busca coletiva de inovações pedagógicas e que aponte caminhos necessários para o alcance de resultados mais satisfatórios almejados pela escola.

O material intitulado Progressão Parcial: Estratégias colaborativas associadas a uma aprendizagem ativa, foi dividido em quatro capítulos: I. O Regime de Progressão Parcial; II. A importância dos atores escolares; III. Organizações pedagógicas na Progressão Parcial; IV. Educação + Tecnologia: novos modelos educacionais na aplicação da Progressão Parcial (Figura 1)

Figura1: Capa e Sumário do Material Didático Interativo



Fonte: A pesquisadora

O capítulo I descreveu todo o regime de progressão parcial, tais como as legislações vigentes da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro e como saber se o aluno tem direito à progressão parcial. No capítulo II foi descrito a importância dos atores escolares e o papel dos gestores, dos coordenadores pedagógicos e dos professores em relação ao regime. Esse capítulo se mostrou muito relevante para a devida compreensão sobre a construção do regime de progressão

parcial nas escolas, já que é de suma importância que todos envolvidos nesse processo estejam de acordo na construção da mesma e a busca de resultados positivos (Figura 2).

Figura 2: Capítulo I e Capítulo II – Material Didático Interativo



Fonte: A pesquisadora

Muitas vezes compreender toda a organização pedagógica que tem que ser realizada na escola e estar alinhada às diretrizes da Secretaria de Educação sobre a progressão parcial, se mostra confusa. Gomes (2012) afirma que o trabalho com foco pedagógico pressupõe acompanhamento contínuo do professor e das aulas ministradas. A Secretaria Estadual de Educação (SEEDUC) orienta que o diretor é responsável pela organização do seu trabalho de tal forma que as ações caminhem em direção ao acompanhamento dos resultados pedagógicos dos alunos, incluindo medidas de melhoria da progressão.

No entanto, salientamos que tal orientação não primazia especificidades que devem ser consideradas, como a demanda administrativa e pedagógica que o diretor enfrenta hoje. Sobre essa temática, Burgos e Canegal (2011) chamam a atenção para o fato de os diretores assumirem, em alguns casos, o lugar de outros profissionais quando estes se ausentam, sobrecarregando-os ainda mais.

Por isso no capítulo III do material didático interativo, para auxiliarmos a compreensão das organizações pedagógicas referentes a progressão parcial, trazemos informações fundamentais como: as práticas avaliativas que envolvem a PP; o Plano Especial de Estudos (PEE); o Projeto Político Pedagógico (PPP) e os

elementos que podem ser levantados na construção de uma PPP relacionado à progressão parcial e a escrituração escolar (Figura 3).

Figura 3: Capítulo III e Capítulo IV – Material Didático Interativo



Fonte: A pesquisadora

O desafio da escola frente às práticas que envolvem o regime de progressão parcial é o de resgatar a aprendizagem do aluno e não apenas adiar a sua reprovação. A necessidade de ações que possibilitem práticas pedagógicas voltadas para a progressão, se mostram cada vez mais necessárias nessa realidade, onde observa-se que o aluno necessita rever os conteúdos que não foram alcançados e não somente limitar-se à aplicação de instrumentos de avaliações descontextualizados.

No capítulo IV que finaliza essa parte do material, tentamos abordar de forma simples e clara, a importância de novos modelos educacionais utilizando como ponto de partida tecnologias digitais. A tecnologia tem vindo como potencializador para novas situações de aprendizagem, e esse fato tem sido muito debatido em estudos e publicações, mas o atraso na implementação e apropriação da mesma tem revelado um limitador para a inserção de novas concepções pedagógicas.

Dias; Miguel (2015), apontam que dentre os motivos para esse atraso está o fato de a integração da tecnologia não respeitar o meio social dos alunos e os seus conhecimentos prévios e de alguns programas de computador não permitirem a colaboração dos alunos e professores.

As estratégias de ensino não se podem usufruir de um único recurso, é preciso trazer à sala de aula a tecnologia, esta é umas ferramentas mais importantes para despertar a atenção do estudante e propor um ensino pertinente. Os mecanismos para avaliar o estudante são diversos, e os recursos tecnológicos fazem parte do processo de construção por meio da multimídia.

4.3.1.1 Material didático interativo: Revista EduTec Interativa

A introdução das tecnologias na educação não pode ser considerada apenas uma mudança tecnológica. Não se trata de substituir um livro por um computador. Ela está associada à mudança do modo como se aprende, às mudanças das formas de interação entre quem aprende e quem ensina, à mudança do modo como se reflete sobre a natureza do conhecimento (OLIVEIRA, *et al*., 2016).

Um estudo da UNESCO revelou que o professor tem, através das tecnologias, um papel importante a desempenhar na mudança do ensino/aprendizagem de paradigma e, através da frequência de programas de formação de professores, deve concentrar-se menos em competências básicas de alfabetização e mais na utilização das TIC no ensino (DIAS; MIGUEL, 2015).

Nesse sentido, precisa-se que o professor se conscientize da importância de se familiarizar com a cultura digital para que, a partir da experiência que ele já possui em relação à prática de ensino, possa pensar em práticas pedagógicas para aplicar com seus alunos no âmbito escolar. Assim, com intuito de uma melhor compreensão e entendimento sobre tecnologia educacional, foi construída a Revista EduTec Interativa (Figura 4).

Figura 4: Capa e Contra Capa da Revista EduTec Interativa



Fonte: A pesquisadora

A ideia de produzir uma revista digital se mostrou necessária a partir dos relatos dos atores escolares onde muitos entendem que estão em uma nova era voltada a tecnologia e recursos digitais, porém para a maioria falta discernimento de como e quando inserir tais recursos dentro e fora do espaço escolar. As tecnologias da informação e comunicação (TICs) trouxeram no âmbito educacional, além de informações diversas e dinâmicas, a possibilidade de exercer um processo de ensino/aprendizagem inovador e mais atrativo. Não são apenas ferramentas de auxílio para o professor, mas também recursos capacitadores para tornar as suas aulas mais modernas (Imagem 5).

Figura 5: A Evolução da Tecnologia Educacional – Revista EduTec Interativa



Fonte: A pesquisadora

Vale ressaltar que as TICs no meio educacional é algo que precisa ser experienciado, tanto pelo educador, quanto pelo educando, visto que ambos professor e aluno, diariamente utilizam redes e comunicações virtuais. O principal desafio é trazê-las para o contexto escolar, proporcionando o desenvolvimento criativo e crítico, assim como uma aprendizagem colaborativa, tornando viável realizar atividades que garantam a interatividade entre aluno-professor e aluno-aluno.

Dessa forma, enfatizamos na revista a importância da tecnologia educacional (Imagem 6), visto que vivemos numa era tecnológica, e dessa forma se mostra importante aliar os conhecimentos que os educandos trazem da sua vivência com aquele proporcionado pela escola.

Figura 6: A importância da Tecnologia Educacional – Revista EduTec Interativ**a**



Fonte: A pesquisadora

De modo geral, as novas tecnologias estão associadas à interatividade e à quebra do modelo comunicacional um-todos, em que a informação é transmitida de modo unidirecional, adotando o modelo todos-todos, em que aqueles que integram redes de conexão atuam no envio e recebimento das informações (VELLOSO, 2014, P.12).

Entender a necessidade que os professores dos diversos graus de ensino precisam ter sobre a utilização educativa dos computadores e/ou de recursos digitais, se mostra cada vez mais urgente. Para tal, é importante que primeiramente se invista na formação de professores na área da tecnologia, para que eles se conscientizem da importância das tecnologias em contexto educativo. Mas esta formação implica ensinar os professores não a trabalhar, por exemplo, com os computadores, mas sim ajudá-los a adquirir competências de ensino e de aprendizagem pela exploração de atividades que utilizem o computador (NETO, 2010).

As tecnologias, se bem utilizadas, podem oferecer um ambiente de aprendizagem mais rico, indo ao encontro das necessidades dos alunos. Isso, no entanto, requer uma revisão profunda das políticas e métodos de ensino, fazendo atividades pautadas pela inovação (DIAS, 2013).

4.2 AVALIAÇÃO DOS ATORES EDUCATIVOS

As relações administrativas e pedagógicas apresentam-se inerentes à organização escolar, tendo a gestão democrática como eixo articulador de trabalho na escola. A gestão escolar enfrenta grandes desafios, pois a mesma, vai além do

cumprimento de normas administrativas, haja vista, se envolver com todas as questões e situações que ocorrem na escola ligadas as áreas pedagógicas, de ordens sociais e políticas vivenciadas no cotidiano escolar.

Há o compartilhamento das deliberações referentes às questões educacionais no âmbito da unidade escolar, abarcando as medidas administrativa, financeira e pedagógica, através de discussão coletiva e reflexão, com os professores, pessoal administrativo, de apoio e comunidade, com o entendimento de que a inclusão da tecnologia está acontecendo sem equidade na educação brasileira, que a escola precisa lutar pela inclusão digital, e que o papel do professor é de extrema relevância, estando sempre atento e voltado à compreensão de como se devem ser trabalhadas as mesmas dentro do universo escolar, dando ênfase ao desenvolvimento das potencialidades do aluno.

De modo geral, com algumas exceções, os atores educativos encontram-se voltados para reflexão sobre ações concretas para uma prática pedagógica participativa em que colabore com o processo de ensino e aprendizagem, onde se construa uma cultura de democratização nas relações no interior da escola, com o objetivo de consolidar atos de corresponsabilidades, em prol do desenvolvimento do processo educacional desenvolvido na unidade escolar, mas têm encontrado muitas dificuldades, e também convive com alguns professores que não são participativos.

Os professores recebem orientação da coordenação pedagógica sobre o Plano Especial de Estudos. Com poucas exceções, acreditam que o surgimento de uma proposta nova através da tecnologia é algo que vem como ponto positivo para dar o primeiro passo, haja vista, precisarem fazer uso da tecnologia na educação com criatividade, responsabilidade e ética, pois a internet também tem seu lado negativo, que precisa ser levado em conta quando se refere ao ato de educar, tornando utilizáveis os recursos tecnológicos, de maneira a possibilitar o aproveitamento destas ferramentas de forma significativa em prol do desenvolvimento das habilidades propostas no plano de estudos.

Depararam-se com uma proposta que oferece um novo desafio que pode modificar significativamente suas práticas e um desses desafios é não ter medo da tecnologia e das novidades, buscando sempre práticas que possam inovar o seu saber docente em função de aprimoramento pessoal e criatividade nas atividades pedagógicas direcionadas à Progressão Parcial. É sabido também que é uma tarefa

difícil, mas que acaba fortalecendo o exercício do trabalho de todos em prol do bem comum e desenvolvimento de habilidades e competências.

Têm a compreensão de que é fundamental orientar os alunos para o uso adequado, ético e responsável da tecnologia digital na PP, no sentido da promoção de um ambiente que favoreça a aprendizagem, com base no espaço de vivência, no contexto histórico, social e cultural em que a escola está inserida, de forma a delinear a melhor forma de utilização da tecnologia na aprendizagem, mas que é um grande desafio a ser vencido. Também primam por haver entre gestor escolar, professor e aluno a vinculação de cooperação, de erguimento de saberes e conhecimentos, de ações com responsabilidade, exercício de liberdade, de similitude, norteados para o direito à educação para todos e não para alguns, porém, ainda há muitos problemas a serem resolvidos no contexto do cotidiano em que a unidade escolar encontra-se inserida.

De acordo com as respostas é possível chegar ao entendimento de que os professores têm a compreensão de que a inclusão digital e a formação para a cidadania são pressupostos para uma educação de qualidade e as aulas tradicionais tão passivas não atingem com eficácia essa meta de formar cidadãos críticos e autônomos, e que precisam estar sempre em busca de oferecer com as possibilidades que possui a escola o mais próximo possível de realização da vivência da era digital.

5 CONCLUSÃO

A pesquisa apresentada teve como ponto norteador conhecer a percepção sobre o regime de Progressão Parcial dos atores da escola analisada da Regional Norte Fluminense, Estado do Rio de Janeiro, em que se constatou que um dos fatores que contribuem para o desinteresse do aluno é a falta de seriedade na construção e aplicação desse regime. A forma como a política vem sendo implementada, no qual o aluno tem a percepção que os métodos avaliativos são de baixa complexidade e sem metodologias atrativas, são um dos fatores que desestimulam o aluno e transformam a aprendizagem em uma forma de ensino auto instrucionista. A análise dos dados da pesquisa permitiu entender a importância de desenvolver, no âmbito escolar, uma cultura de diálogo entre o que está estabelecido pelos documentos oficiais e a realidade vivenciada pelos atores que dela conhece.

Apesar de vivenciarem uma gestão democrática, que conta com a participação de todos os atores envolvidos voltados para encontrar estratégias que contribuam com o processo ensino e aprendizagem, a progressão parcial, clama por mudanças significativas em sua estrutura e execução. O que se observa, é que essas mudanças só acontecerão quando houver um ambiente onde todos se sintam responsáveis pelo processo educacional, onde o fracasso do aluno, também seja o fracasso da escola enquanto instituição e de todos que a compõem.

A concepção dos gestores evidenciada nas entrevistas leva-nos a admitir que os desafios e as dificuldades na PP ainda devem ser discutidos e analisados, levando-se em conta a perspectiva da criação de ações democráticas com a participação de toda a comunidade escolar, imbuídos para a necessidade de mudança em relação a progressão parcial. Há uma real necessidade de que a equipe gestora possa possibilitar mudanças, principalmente em inserir a progressão parcial, novas metodologias no projeto político pedagógico da escola.

Sob a ótica dos professores, foi possível constatar resistência a tal forma de resgate da aprendizagem, ocasionada pela falta de clareza em implementar esse regime na unidade escolar, resultando em ações descontextualizadas, descompasso na relação professor x aluno e em avaliações que não contribuem para esse resgate.

Em relação a escola como instituição de ensino, verificou-se a ausência de ações institucionais efetivas e de apoio ao seu desenvolvimento como um instrumento que sirva de orientação para a sua operacionalização, e uma política de formação

específica para todos os envolvidos no processo. Contudo, acredita-se que, em tese, a progressão parcial possa ser um importante recurso para evitar a repetência do estudante, desde que acompanhada de ações que contribuam para a sua aprovação com sucesso, e que a tecnologia pode vir a somar para se alcançar essa meta.

A reflexão entorno da inclusão da tecnologia há o entendimento que a mesma está acontecendo sem equidade na educação brasileira, mas mostrou o quanto o papel do professor no trabalho de inclusão digital é importante, pois deve estar sempre atento e voltado à compreensão de como se deve ser trabalhada a mesma dentro do universo escolar, dando ênfase ao desenvolvimento das potencialidades do aluno e de si mesmos, e que caminhos devem ser traçados para se alcançar essa meta, e que a proposta do Material Interativo através do uso da tecnologia é muito bem-vindo.

A ideia de produzir uma revista digital se mostrou necessária e bem quista a partir dos relatos dos atores escolares onde muitos entendem que estão em uma nova era voltada a tecnologia e recursos digitais, porém para a maioria falta discernimento de como e quando inserir tais recursos dentro e fora do espaço escolar. As tecnologias da informação e comunicação (TICs) trouxeram no âmbito educacional, além de informações diversas e dinâmicas, a possibilidade de exercer um processo de ensino/aprendizagem inovador e mais atrativo.

Ficou o entendimento do quanto se faz necessário orientar os alunos para o uso adequado, ético e responsável da tecnologia digital nas aulas de PP, no sentido do incentivo para o desenvolvimento de um ambiente que favoreça a aprendizagem, com base no espaço de vivência, no contexto histórico, social e cultural em que a escola está inserida, de forma a delinear a melhor forma de utilização da tecnologia na aprendizagem, mas que é um grande desafio a ser vencido.

. As fragilidades no acompanhamento e orientações aos alunos, unido da ineficiência das práticas avaliativas ofertados pelos gestores e professores nessa unidade de ensino, foram os principais pontos que levaram a uma falha na melhoria desse regime em relação ao processo de ensino/aprendizagem. Também ficou evidenciado que os atores educacionais primam por haver entre gestor escolar, professor e aluno a vinculação de cooperação, de erguimento de saberes e conhecimentos, de ações com responsabilidade, exercício de liberdade, de similitude, norteados para o direito à educação para todos e não para alguns, mas que ainda há muitos problemas a serem resolvidos no contexto do cotidiano em que a unidade escolar encontra-se inserida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA BRASIL. **Analfabetismo resiste no Brasil e no mundo do século 21**/2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2019-09/analfabetismo-resiste-no-brasil-e-no-mundo-do-seculo-21>. Acesso em: 05 Nov. 2020.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BATTISTELLA, Josiela Zutin. **AVALIAÇÃO E QUALIDADE EDUCACIONAL: A VOZ DE DIRETORES DE ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL DE UM MUNICÍPIO DO ESTADO DE SÃO PAULO**/2017. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/151980/battistella_jz_me_rcla.pdf;jsessionid=153F9016DD1650C80CE4013768CC5401?sequence=3>. Acesso em: 23 Jan. 2020.

BATISTON, Rosangela Maria Ferrari. **O fracasso escolar e a gestão educacional: Um desafio**/2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/15662/TCCE_GE_EaD_2015_BATISTON_ROSANGELA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 23 Março 2021.

BELMONT, Mirian Lambardozi da Silva. **Avaliação Educacional**/2020. Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/pedagogia/avaliacao-educacional/19136**>.** Acesso em: 22 Março 2021.

BERNI, Duílio de Ávila (Org.). **Técnicas de pesquisa em Economia: transformando curiosidade em conhecimento.** São Paulo: Saraiva, 2012.

BORDIGNON, Genuíno; QUEIROZ, Arlindo; GOMES, Lêda. **O PLANEJAMENTO EDUCACIONAL NO BRASI**L/2011. Disponível em: <http://fne.mec.gov.br/images/pdf/planejamento_educacional_brasil.pdf>. Acesso em: 22 Jan. 2021.

BOTTENTUIT JR, J.B. **Do computador ao tablet: vantagens pedagógicas na utilização de dispositivos móveis na educação**. Revista Educação Online, v.6, n.1 jan/abr. 2012. Disponível em: http://www.latec.ufrj.br/revistas/index.php?journal=educaonline&page=article&op=view&path%5B%5D=291&path%5B%5D=416. Acesso em: 24 Março 2021.

BÊRNI, Duilio de Avila (Coord.). **Técnicas de Pesquisa em Economia**. São Paulo: Saraiva, 2002.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. Parecer do CFE nº 207, de 14 de abril de 1966. **Diário oficial [da] República Federativa do Brasil,** Poder Executivo, Brasília, DF, 15 de abr. 1966.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais.** Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Lei Federal nº5692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 12 ago. 1971. Disponível em: http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/l5692_71.htm. Acesso em:

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federal do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm. – Acesso em:

_____. Ministério da Educação. Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 dez. 1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf. Acesso em: 02 Março 2021.

BURGOS, Marcelo Baumann; CANEGAL, Ana Carolina. **Diretores Escolares em um Contexto de Reforma da Educação**/2011. Disponível em: http://www.revistappgp.caedufjf.net/index.php/revista1/article/view/2**.** Acesso em: 15 Abril 2021.

CARVALHO, R. **As tecnologias no cotidiano escolar: possibilidades de articular o trabalho pedagógico aos recursos tecnológicos.** Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1442-8.pdf – Acesso em:

CONCEIÇÃO, José Luis Monteiro da. **A avaliação segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação**/2016. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/16/12/a-avaliao-segundo-a-lei-de-diretrizes-e-bases-da-educao>. Acesso em: 24 Março 2021**.**

CHIRINÉA, Andréia Melanda; BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **O IDEB como política de regulação do Estado e legitimação da qualidade: em busca de significados**/2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ensaio/v23n87/0104-4036-ensaio-23-87-461.pdf>. Acesso em; 24 março 2021.

CONDÉ, Eduardo Salomão. Abrindo a caixa – Elementos para melhor compreender a análise das Políticas Públicas. **Pesquisa e Debate em Educação**, PPGP-CAEd, v. 2, n.2, p. 78-100, 2012.

CONDÉ, Eduardo Salomão. **Abrindo a caixa – Elementos para melhor compreender a análise das Políticas Públicas.** Pesquisa e Debate em Educação, PPGP-CAEd, v. 2, n.2, p. 78-100, 2011. Material de Apoio da Disciplina Temas de Reforma da Educação II. Plataforma do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública. Disponível em:< www.ppgp.caedufjf.net>. Acesso: setembro de 2020.

COSTA, Carlos. **O papel do docente hoje é fazer parceria com os alunos**/2015. Disponível em: <https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/o-papel-do-docente-hoje-e-fazer-parceria-com-os-alunos>. Acesso em: 22 Fev. 2021.

D'ASCENZI, Luciano. **IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: PERSPECTIVAS ANALÍTICAS. REVISTA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA** V. 21, Nº 48: 101-110 DEZ. 2013.

DAMBROS, Marlei; MUSSIO, Bruna Roniza. **Política educacional brasileira: a reforma dos anos 90 e suas implicações**/2014. Disponível: <*xanpedsul.faed.udesc.br* › arq_pdf>. Acesso em: 24 Março 2021.

DATRINO, Roberto Cezar; DATRINO, Iraci Ferro; MEIRELES, Pedro Henrique. **Avaliação como processo ensino-aprendizagem**/2010. Disponível em: <revista.pgsskroton.com › educ › article › view>. Acesso em: 24 Março 2021.

DIAS, Caetano; MIGUEL, Luís. **Tecnologia e Educação: quais os desafios? Educação**. Revista do Centro de Educação, vol. 40, núm. 2, mayo-agosto, 2015, pp. 295- 309 Universidade Federal de Santa Maria Santa Maria, Brasil. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1171/117138253003.pdf >. Acesso em: 25 Março 2021.

DICIONÁRIO AURÉLIO: (…) 11. Bras. Rel . Rio de Janeiro: PUCRio, Departamento de Letras, 2015.

DUTRA. L. M. **A avaliação formativa no ensino de física: Concepções para uma prática docente transformadora.** TEDE – Sistema de Publicação Eletrônica de Teses e Dissertações, 2019. Disponível em: http://tede.unigranrio.edu.br/handle/tede/371 - Acesso em: 28 jan. 2021.

FRANKENTHAL, Rafaela. **Entenda a escala Likert e como aplicá-la em sua pesquis**a/2017. Disponível em: <https://mindminers.com/blog/entenda-o-que-e-escala-likert/>. Acesso em: 13 Abril 2021.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011b.

FRITSCH, Rosangela; VITELLI; Ricardo; ROCHA, Cleonice Silveira. **Defasagem idade-série em escolas estaduais de ensino médio do Rio Grande do Sul**/2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-66812014000100012>. Acesso em: 24 Março 2021.

GOMES, Joseneide **Santana. Progressão Continuada ou Promoção Automática: uma Contribuição ao Debate**/2012. VIII Semana de Ciências Sociais. Disponível em: <http://pdf.blucher.com.br.s3-sa-east-1.amazonaws.com/socialsciencesproceedings/viii-secunifesp2015/0006.pdf>. Acesso em: 25 Março 2021.

GUERRA, Elaine Linhares de Assis**. Manual de pesquisa qualitativa**. Grupo Ănima Educação, Belo Horizonte, 2014.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação: Mitos e desafios uma perspectiva construtivista.** Porto Alegre: Mediação, 2010.

INAF: Indicador de Alfabetismo Funcional. **Pesquisa gera conhecimento- o conhecimento transforma**/2018. Disponível em: <https://acaoeducativa.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Inaf2018_Relat%C3%B3rio-Resultados-Preliminares_v08Ago2018.pdf>. Acesso em: 25 Out. 2020.

INSITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Portal do IDEB**. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/o-que-e-o-ideb. Acesso em: 14 Dez. 2020.

JOAQUIM, Rayane; BRESSAN, Luiza Liene; CARDOSO, Alcionê Damasio; ASCARI. Giovani Alberton. **AVALIAÇÃO: DA CLASSIFICATÓRIA À FORMATIVA - UM ESTUDO SOBRE PRÁTICAS AVALIATIVAS**/2016. Disponível: <*periodicos.unibave.net* › article › viewFile>. Acesso em: 24 Março 2021.

JOMAR, Stéfanne Vaz; GARCIA, Lorrany de Amorim; SILVA, Janaina Cassiano. O **FRACASSO ESCOLAR E O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM: MÚLTIPLOS OLHARES**/2014. Disponível em: <http://pdf.blucher.com.br.s3-sa-east-1.amazonaws.com/openaccess/9788580391664/20.pdf>. Acesso em; 22 Março 2021.

LIMA, Paulo Gomes; SANTOS, Sandra Mendes dos. **O coordenador pedagógico na educação básica: desafios e perspectivas**. Educere et educare: Revista de Educação, v. 2, n. 4, p. 77-90, jul. /dez. 2007.

LERCHE, Vieira, Sofia. **Estrutura e funcionamento da educação básica**. 2. ed. atual. – Fortaleza : EdUECE, 2015.

MENEZES, E. T. de; SANTOS, T. H. dos. **Verbete progressão parcial.** Dicionário Interativo da Educação Brasileira-Educabrasil. São Paulo: Midiamix, 15 de novembro 2017.

MAINARDES, Jefferson. **Abordagem do ciclo de políticas: Uma contribuição para a análise de políticas educacionais.** Educ. Soc., Campinas, v. 27, n. 94, pp. 47-69, 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/es/v27n94/a03v27n94.pdf. Acesso em: 01 Mar 2021.

NETO, A. **O uso das TIC nas Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico do Distrito de Bragança.** 2010. Dissertação (Mestrado em Sistemas de Informação) – Escola Superior de Tecnologia e de Gestão do Instituto Politécnico de Bragança, 2010.

OLIVEIRA, Vanuza Cecilia de. **AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM: 'Uma Análise Diagnóstica para Ações Pedagógicas no Ensino Fundamental I na Escola Municipal Eduardo Martini – Serra do Ramalho – BA/2019.** Disponível em: <www.minerva.edu.py *› archivo › DISSERTACA...>.* Acesso em: 24 Março 2021.

OLIVEIRA, Cláudio de; MOURA, Samuel Pedrosa; SOUSA, Edinaldo Ribeiro de. **TIC'S NA EDUCAÇÃO: A UTILIZAÇÃO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA APRENDIZAGEM DO ALUNO/**2016. Disponível: <periodicos.pucminas.br › article › download>. Acesso em: 25 Março 2021.

PARO, Victor Henrique. **Reprovação escolar**: renúncia à educação. São Paulo: Xamã, 2007.

PEREIRA, Maria da Conceição; SILVA, Tânia Maria da. **O USO DA TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO NA ERA DIGITAL**/2013. Disponível: <http://www.cefaprocuiaba.com.br/revista/up/ARTIGO%20IX.pdf>. Acesso em: 23 Março. 2021.

PEREIRA, LUCIA HELENA ESTEVES; MARIANO, SANDRA REGINA HOLANDA. **Inovação e gestão escolar: Em busca de melhorias na aprendizagem**/2016. Disponível em: <http://www.singep.org.br/5singep/resultado/465.pdf>. Acesso em: 25 Março 2021.

PÊSSOA. A. R. **Estudos sobre caminhos e práticas da progressão parcial em duas escolas da Regional Metropolitana II – São Gonçalo Rio de Janeiro.** Repositório institucional – UFJF, 2015. Disponível em: http://repositorio.ufjf.br:8080/jspui/handle/ufjf/5587 - Acesso em: 10 Abril 2021.

PLATAFORMA GGD. **Descubra em que consiste a teoria da escolha de William Glasser**/2019. Disponível em: <https://www.cgd.com.br/blog/descubra-em-que-consiste-a-teoria-da-escolha-de-william-glasser/>. Acesso em: 21 Out. 2020.

PRENSKY, M. Digital Native, digital immmigrants. Digital Native immigrants. On the horizon, MCB University Press, Vol. 9, N.5, October, 2001. Disponível em: http://www.marcprensky.com/writing/Prensky%20%Digital%20Natives,%20Digital%20Immigrants%20-%20Part1.pdf – Acesso em 28/09/2020.

QUEIROZ, Cosme Jorge Patrício; CALMON; Noélia da Silva Souza; COSTA, Adelson Silva da. **O PAPEL DO GESTOR EDUCACIONAL NO USO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO: POSSIBILIDADES E LIMITES**/2016. Disponível em: <https://eventos.set.edu.br/enfope/article/viewFile/2072/696>. Acesso em: 30 Março 2021.

QUIOSSA, Amanda Sangy; PAIVA, Amélia Gabriela Thamer Miranda Ramos de; RIVELLI, Helena; LUNA, Lígia Gomes do Valle; DUTRA, Rogéria Campos de Almeida. **DIÁLOGOS E PROPOSIÇÕES Volume I: Planos de Ação para a Rede Estadual de Ensino do Rio de Janeiro**/2016. Disponível em: <http://mestrado.caedufjf.net/wp-content/uploads/2016/08/BOOK-DI%C3%81LOGOS-E-PROPOSI%C3%87%C3%95ES-V01-WEB.pdf>. Acesso em: 25 Março 2021.

RANIERI, Nina Beatriz Stocco; ALVES, Angela Limongi Alvarenga. **Direito à educação e direitos na educação**/2018. Disponível em: <www.mpsp.mp.br › doc_biblioteca › TodosOsLivros>. Acesso em: 24 março 2021.

REIS, Jane Renan Silva. **O FRACASSO ESCOLAR COMO CULPA DO ALUNO: A escola como fábrica**/2011. Disponível em: <https://bdm.unb.br/bitstream/10483/3222/1/2011_JalesRenanSilvaReis.pdf>. Acesso em: 24 Março 2021.

RODRIGUES, Cledson Marlas. **Os Desafios da Educação na Era Digital**/2013.Disponível em: <http://www.boletimsalesiano.org.br/index.php/colaboradores/item/1528-os-desafios-da-educa%C3%A7%C3%A3o-na-era-digital>. Acesso em: 03 Abril 2021.

ROMÃO, José Eustáquio. **Avaliação Dialógica: Desafios e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 2011.

RUBINI, Maria Ângela Oliveira de Sá. **POLÍTICAS PÚBLICAS DE AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA, ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E A ORGANIZAÇÃO DA ESCOLA: LIMITES E POSSIBILIDADES**/2017. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/151421/rubini_maos_me_prud.pdf?sequence=3>. Acesso em: 24 Março 2021.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Penso, 2013.

SANTOS, Mário Cabral dos. **PROMOÇÃO DA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA DE CONCEITOS QUÍMICOS PARA ALUNOS EM PROGRESSÃO PARCIAL UTILIZANDO UM AVA COMO FERRAMENTA DE APOIO PEDAGÓGICO**/2018. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/7035/5/Disserta%C3%A7%C3%A3o_MarioSantos_PPGECIM.pdf>. Acesso em: 24 Março 2021.

SARMENTO, Carlos Vitor da Silva; MELO, José Estacio de; SILVA, José Marcelo Cavalcante; CAVALCANTE, Orlando da Silva, et al. **PROGRESSÃO PARCIAL DA MATEMÁTICA E SUAS DIFICULDADES: ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE ÁGUAS BELAS**/2017. Disponível em: <https://semanaacademica.com.br/system/files/artigos/progressao_parcial_da_matematica_e_suas_dificuldades_0.pdf>. Acesso em; 25 Março 2021.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO. Decreto nº 42.793 de 06 de janeiro de 2011. **Estabelece programas para o aprimoramento e valorização dos servidores públicos da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro – Secretaria de Estado de Educação – Seeduc e dá outras providências.** Diário oficial do Rio de Janeiro, Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ, 2011a. Disponível em: <http//www.rj.gov.br/web/seeduc/exibeconteudo?article-id=485478>. Acesso em:

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO. Decreto 42.838 de 4 de fevereiro de 2011. **Transforma na estrutura básica da Secretaria de Estado de Educação – Seeduc 30 (trinta) coordenadorias regionais em 14 (quatorze) regionais administrativas, e dá outras providências.** Diário Oficial do Rio de Janeiro, Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ, 2011b. Disponível em:

http://download.rj.gov.br/documentos/10112/374648/DLFE33118.pdf/Decreto42838de4defevereirode2011.pdf. – Acesso em:

_____. Deliberação nº225/98. **Altera os artigos 3º e 4º da Deliberação CEE nº 223/97.** Diário Oficial do Rio de Janeiro, Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ, 1998. Disponível em: http://www.cee.rj.gov.br/coletanea/d216_225.pdf. Acesso em:

_____. Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro. Portaria E/SAPP nº 48/2004, de 02 de dezembro de 2004. **Estabelece normas de avaliação do desempenho escolar e dá outras providências.** Diário Oficial do Rio de Janeiro, Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ, 2004. Disponível em: http://download.rj.gov.br/documentos/10112/452097/DLFE-31649.pdf/PORTARIAESAPPN482004.pdf. – Acesso em:

_____. Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro. Portaria SEEDUC/SUGEN Nº 174 de 26 de agosto de 2011. **Estabelece normas de avaliação e desempenho escolar e dá outras providências.** Diário Oficial do Rio de Janeiro, Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ, 2011c. Disponível em: http://gidecentrosul.blogspot.com.br/2011/10/portaria-seeducsugen-n-174-de-26-de.Html. Acesso em:

_____. Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro. Portaria SEEDUC/SUGEN nº419/2013 de 27 de setembro de 2013. **Estabelece normas de avaliação e desempenho escolar e dá outras providências.** Diário Oficial do Rio de Janeiro, Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ, 2013c. Disponível em: http://download.rj.gov.br/documentos10112/2298861/DLFE-78181.pdf/PORTARIAS_EEDUCSUGEN419DE_27.09.2013DO30.09.2013NORMASDEAVALIACAO.pdf. – Acesso em:

_____. Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro. Portaria Seeduc/sugen nº 336 de 06 de março de 2013. **Altera dispositivos da Portaria SEEDUC/SUGEN nº 316/2012, que estabelece normas de avaliação e desempenho escolar e dá outras providências.** Diário Oficial do Rio de Janeiro, Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ, 2013b. Disponível em: http://pielegisla.blogspost.com.br/2013/03/portaria-seeducsugen-n-336-de-06-de.html. – Acesso em:

SILVA, Jandilene Alves da; SILVA, Maria Jeane da; ALVES, Segirlaine Camilo. **A aplicação da avaliação diagnóstica no ambiente escolar: um olhar reflexivo. João Pessoa:** UFPB, 2014. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/2964/1/JAS15092014.pdf. Acesso em: 23 Março 2021.

SILVA, Rebeca Faria da. **A avaliação da aprendizagem escolar de acordo com a visão da Psicopedagogia**/2017. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/17/12/a-avaliao-da-aprendizagem-escolar-de-acordo-com-a-viso-da-psicopedagogia>. Acesso em: 22 Março 2021.

SOUSA, Antonia de Abreu; SOUSA, Tassia Pinheiro de; QUEIROZ, Mayra Pontes de; SILVA, Érika Sales Lôbo da. **Evasão escolar no ensino médio: velhos ou novos**

dilemas? /2011. Disponível em; <http://static.sapucaia.ifsul.edu.br/professores/rmsobrinho/Estudo%20de%20Evas%C3%A3o/evasao%20escolar%20no%20ensino%20media%20velhos%20ou%20novos%20dilemas.pdf>. Acesso em: 24 Março 2021.

TAJRA, Sanmya Feitosa. **Informática na Educação: novas ferramentas pedagógicas para o professor na atualidade**. 8. ed. São Paulo: Érica, 2018.

TEIXEIRA, Lúcia Helena G. **Políticas públicas de educação e mudança nas escolas. Um estudo da cultura escolar.** In: OLIVEIRA, Dalila Andrade e DUARTE, Marisa R. T. (orgs). **Política e Trabalho na escola.** 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. pp 177-190.

TORRES, Haroldo da G.; FRANÇA, Danilo; TEIXEIRA, Jacqueline; CAMELO, Rafael; FUSARO, Edgard. **O que pensam os jovens de baixa renda sobre a escola*: relatório final.*** São Paulo: Fundação Victor Civita, 2013. Disponível em: <Disponível em: <http://www.fvc.org.br/estudos >. Acesso em: 10 fev. 2015.

VELLOSO, Fernando. **Informática: conceitos básicos**. 9ª ed. - Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

APÊNDICES

APÊNDICE A: ROTEIRO DE ENTREVISTA DOS GESTORES

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNICARIOCA
MESTRADO PROFISSIONAL EM NOVAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO

Prezado Gestor,

Me chamo Maria Teresa Rosa Mendes, aluna do Mestrado Profissional em Novas Tecnologias Digitais na Educação e conto com sua colaboração para responder o questionário que segue. O objetivo dessa pesquisa é desenvolver um estudo sobre a implementação do Regime de Progressão Parcial, a fim de melhor compreender sobre como os gestores percebem essa política dentro da escola. As análises realizadas com esse questionário, ajudará na construção de um material contendo estratégias colaborativas baseadas em tecnologias digitais para auxiliar os gestores e professores. Assim sendo, sua participação, é de fundamental importância.

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Qual seu nível de formação?
2. Qual seu tempo de gestão na unidade escolar?
3. Qual a sua trajetória dentro da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro?
4. Qual o seu conhecimento sobre o regime de progressão parcial?
5. Em sua opinião, de quem é a responsabilidade dos alunos em progressão parcial?
6. Que fatores contribuem para a reprovação dos alunos em progressão parcial?

7. As práticas pedagógicas do regime de progressão parcial, atualmente direcionadas pelas regionais pedagógicas e aplicadas pelas unidades escolares, garante a recuperação efetiva e um aprendizado significativos para esses alunos?
8. Como a progressão parcial pode contribuir para a melhoria dos resultados pedagógicos da escola?
9. A portaria nº419/2013, artigo 21, estabelece que compete à equipe técnico-pedagógica da unidade escolar é responsável por organizar o processo de progressão parcial, inclusive definir os professores que serão responsáveis pela elaboração e aplicação do Plano Especial de Estudos. Como isso ocorre na escola?
10. A portaria nº419 prevê que o Plano de Estudos deve ser composto por atividades diversificadas como: trabalhos, pesquisas, autorreguladas oferecidas pela SEEDUC/RJ, entre outras formas de avaliação. Quais são os métodos avaliativos utilizados nessa unidade escolar?
11. Segundo a Portaria nº419, artigo 17, devem ser aplicados planos especiais de estudos bimestralmente até que o aluno vença suas dificuldades e seja aprovado. Como isso é feito na escola? Com que frequência?
12. Como é feito o acompanhamento pela escola dos alunos em Progressão Parcial ao longo do período letivo?
13. Quais são as críticas que normalmente são feitas ao regime de progressão parcial pelos professores?
14. Quais são as críticas que normalmente são feitas ao regime de progressão parcial pelos alunos?
15. Quais são suas críticas em relação ao regime de progressão parcial?
16. Em sua opinião, o que poderia ser feito para aprimorar o regime de progressão parcial?
17. Como as tecnologias digitais podem auxiliar na dinâmica do regime de progressão parcial?
18. Deseja fazer alguma consideração final?

APÊNDICE B: FORMULÁRIO DOS PROFESSORES

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNICARIOCA

MESTRADO PROFISSIONAL EM NOVAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO

QUESTIONÁRIO DOCENTES

1. Qual sua formação inicial? .....
2. Possui pós graduação? Caso afirmativo, qual área? .....
3. Há quanto tempo desempenha a função de professor na Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro?

( ) Menos de 1 ano

( ) 1 a 3 anos

( ) 4 a 6 anos

( ) Mais de 6 anos

4. Há quanto tempo desempenha a função de professor nessa unidade escolar?

( ) Menos de 1 ano

( ) 1 a 3 anos

( ) 4 a 6 anos

( ) Mais de 6 anos

5. Você conhece o Regime de Progressão Parcial? ( ) SIM ( ) NÃO
6. Quais instrumentos avaliativos abaixo, você concorda serem eficientes na Progressão Parcial?

( ) Provas e testes

( ) Exercícios e trabalho de pesquisa

( ) Atividades autorreguladas

( ) Outros (especifique): .....

7. Assinale o seu grau de concordância, com relação às assertivas:

ASSERTIVA	GRAU DE CONCORDÂNCIA				
	Discordo totalmente	Discordo Parcialmente	Nem concordo e nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
1. O Regime de Progressão Parcial tem contribuído para a melhoria dos resultados pedagógicos desta escola.					
2. A equipe gestora orienta os alunos em Progressão Parcial, a partir do início do ano letivo, informando o professor que irá acompanhá-lo, orientando-o quanto as datas das avaliações e entrega do plano de estudos.					
3. As ações do professor tais como: orientação quanto ao conteúdo a ser estudado, a aplicação do Plano Especial de Estudos e o acompanhamento dos alunos são suficientes para a melhoria do seu desempenho ao longo do processo.					
4. A organização e definição do professor responsável pela elaboração e aplicação do Plano Especial de Estudos pela equipe técnico-pedagógica contribui para melhoria da implementação da Progressão Parcial nesta escola.					
5. O plano Especial de Estudo, previsto pela Portaria nº419 é de conhecimento de todos os professores.					
6. Utilizo o Plano Especial de Estudos para orientar o aluno em Progressão Parcial quanto aos instrumentos a serem aplicados durante o processo.					
7. Recebo orientação da coordenação pedagógica sobre o preenchimento do Plano Especial de Estudos ao final do ano.					
8. A gestão tem tomado medidas para diminuir o número de alunos na Progressão Parcial.					
9. O acompanhamento feito pela escola aos alunos em Progressão Parcial durante o ano letivo é eficaz na melhoria de seus resultados.					
10. Os alunos que não conseguem finalizar a Progressão					

Parcial são reprovados na série em curso.					
11. Os alunos realizam as atividades avaliativas na Progressão Parcial com responsabilidade.					
12. Existe apoio eficaz da direção da escola ao professor que acompanha alunos em Progressão Parcial.					
13. A direção apoia o trabalho da coordenação pedagógica ao que se refere à Progressão Parcial.					
14. Os professores auxiliam a equipe técnica-diretiva na construção e aplicabilidade do Plano Especial de Estudos.					
15. A equipe técnica-diretiva se reúne com frequência com os professores para orientar / acompanhar a execução da Progressão Parcial.					
16. Os alunos que não conseguem finalizar a Progressão Parcial abandonam a escola.					
17. O Plano Especial de Estudos mostra-se eficaz na recuperação dos estudos dos alunos em Progressão Parcial.					
18. A Progressão Parcial teria melhores resultados se fosse realizada no contraturno.					
19. A reprovação dos alunos em Progressão Parcial ocorre pela falta de empenho pelo aluno.					
20. A reprovação dos alunos em Progressão Parcial ocorre em função da falta de acompanhamento da família.					
21. É notória a preocupação do gestor da escola com os alunos reprovados que ficam de Progressão Parcial.					

8 A Portaria nº419, artigo 21, estabelece que a equipe técnico-pedagógico é responsável pela definição de um professor responsável pela aplicação e elaboração do Plano Especial de Estudos. Você concordaria em participar no processo de construção do regime de Progressão Parcial? .....

9 Em sua opinião, que mudanças seriam necessárias para que o regime de Progressão Parcial contribuísse para a diminuição do fracasso escolar?

.....

.....

10 Acredita que a inserção de tecnologias digitais contribuiria para uma aprendizagem significativa no regime de Progressão Parcial? Se a resposta for positiva, quais tecnologias e como poderiam ser inseridas?

.....

.....

APÊNDICE C: FORMULÁRIO DOS AUTORES ESCOLARES

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNICARIOCA

MESTRADO PROFISSIONAL EM NOVAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO

QUESTIONÁRIO DOCENTES II

1. Acham importante elaborar estratégias educacionais conjuntas com os professores e gestor escolar?

2. O que você achou do material didático interativo? Ele contribuiria para auxiliar no Regime de Progressão Parcial?

3. Quais os pontos positivos e negativos?

APÊNDICE D: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO –TCL

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNICARIOCA

MESTRADO PROFISSIONAL EM NOVAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada Progressão Parcial no Ensino público: Novas estratégias educacionais no Ensino Médio. Meu nome é Maria Teresa Rosa Mendes, sou a pesquisadora responsável e minha área de atuação é em educação. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, assine ao final desse documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra ficará comigo. Esclareço que em caso de recusa na participação, em qualquer etapa da pesquisa, você não será penalizado(a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas pela pesquisadora responsável, via e-mail mariateresarmendes@hotmail.com e, através do seguinte contato telefônico: (22)998043-040, inclusive com possibilidade de ligação a cobrar.

O trabalho tem como objetivo geral desenvolver um estudo sobre a implementação do regime de progressão parcial no contexto da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro – SEEDUC/RJ e construir um material contendo estratégias colaborativas baseadas em tecnologias digitais para auxiliar os gestores e professores, pensando na realidade do ensino público. Sua participação nesta pesquisa consistirá em participar de uma entrevista com a pesquisadora, para isso deverá reservar um período entre 1 hora a 2 horas.

As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos que se você não quiser que seu nome seja divulgado, está garantido o sigilo que assegure a privacidade e o anonimato. As informações desta pesquisa serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas. Durante todo o período da pesquisa e na divulgação dos resultados, sua privacidade será respeitada, ou seja, seu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de alguma forma, identificar-lhe, será mantido em sigilo. Todo o material ficará sob minha guarda. Para a condução da entrevista é necessário o seu

consentimento para utilização de um gravador. Pedimos que faça uma rubrica entre os parênteses da opção que valida sua decisão:

(X) Permito a utilização de gravador durante a entrevista.

( ) Não permito a utilização de gravador durante a entrevista.

As gravações serão utilizadas na transcrição e análise dos dados, sendo resguardado o seu direito de ler e aprovar as transcrições.

Solicito autorização para utilização dos dados em pesquisas futuras. Para validar sua decisão, faça uma rubrica entre os parênteses abaixo:

(X) Permito a utilizar esses dados para pesquisas futuras.

( ) Não permito a utilizar esses dados para pesquisas futuras.

Declaro que os resultados da pesquisa serão tornados públicos, sejam eles favoráveis ou não.

1.2 Consentimento da Participação na Pesquisa:

Eu, Ana Paula Soares Muniz, abaixo assinado, concordo em participar do estudo intitulado Progressão Parcial no Ensino público: Novas estratégias educacionais no Ensino Médio. Informo ter mais de 18 anos de idade e destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pela pesquisadora Maria Teresa Rosa Mendes sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos envolvidos. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito.

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNICARIOCA

MESTRADO PROFISSIONAL EM NOVAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO

Macaé, 05 de outubro de 2020.

Assinatura por extenso do(a) participante

Assinatura por extenso do(a) pesquisador(a) responsável

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNICARIOCA

MESTRADO PROFISSIONAL EM NOVAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada Progressão Parcial no Ensino público: Novas estratégias educacionais no Ensino Médio. Meu nome é Maria Teresa Rosa Mendes, sou a pesquisadora responsável e minha área de atuação é em educação. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, assine ao final desse documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra ficará comigo. Esclareço que em caso de recusa na participação, em qualquer etapa da pesquisa, você não será penalizado(a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas pela pesquisadora responsável, via e-mail mariateresarmendes@hotmail.com e, através do seguinte contato telefônico: (22)998043-040, inclusive com possibilidade de ligação a cobrar.

O trabalho tem como objetivo geral desenvolver um estudo sobre a implementação do regime de progressão parcial no contexto da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro – SEEDUC/RJ e construir um material contendo estratégias colaborativas baseadas em tecnologias digitais para auxiliar os gestores e professores, pensando na realidade do ensino público. Sua participação nesta pesquisa consistirá em participar de uma entrevista com a pesquisadora, para isso deverá reservar um período entre 1 hora a 2 horas.

As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos que se você não quiser que seu nome seja divulgado, está garantido o sigilo que assegure a privacidade e o anonimato. As informações desta pesquisa serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas. Durante todo o período da pesquisa e na divulgação dos resultados, sua privacidade será respeitada, ou seja, seu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de alguma forma, identificar-lhe, será mantido em sigilo. Todo o material ficará sob minha guarda. Para a condução da entrevista é necessário o seu

entrevista é necessário o seu consentimento para utilização de um gravador. Pedimos que faça uma rubrica entre os parênteses da opção que valida sua decisão:

(X) Permito a utilização de gravador durante a entrevista.

( ) Não permito a utilização de gravador durante a entrevista.

As gravações serão utilizadas na transcrição e análise dos dados, sendo resguardado o seu direito de ler e aprovar as transcrições.

Solicito autorização para utilização dos dados em pesquisas futuras. Para validar sua decisão, faça uma rubrica entre os parênteses abaixo:

(X) Permito a utilizar esses dados para pesquisas futuras.

( ) Não permito a utilizar esses dados para pesquisas futuras.

Declaro que os resultados da pesquisa serão tornados públicos, sejam eles favoráveis ou não.

1.2 Consentimento da Participação na Pesquisa:

Eu, Dersula Gabriel Teixeira, abaixo assinado, concordo em participar do estudo intitulado Progressão Parcial no Ensino público: Novas estratégias educacionais no Ensino Médio. Informo ter mais de 18 anos de idade e destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pela pesquisadora Maria Teresa Rosa Mendes sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos envolvidos. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito.

Digitalizado com CamScanner

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNICARIOCA

MESTRADO PROFISSIONAL EM NOVAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO

Macaé, 05 de outubro de 2020.

Assinatura por extenso do(a) participante

Assinatura por extenso do(a) pesquisador(a) responsável

Centro Universitário Unicarioca
Endereço: Avenida Paulo de Frontin 568 – Rio Comprido – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20261-243
Telefone: (21) 2563-1990 – Endereço eletrônico: www.unicarioca.edu.br

Digitalizado com CamScanner

APÊNDICE E: TERMO DE ANUÊNCIA DA INSTITUIÇÃO

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNICARIOCA
MESTRADO PROFISSIONAL EM NOVAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO

TERMO DE ANUÊNCIA DA INSTITUIÇÃO

O Colégio Estadual Professora Vanilde Natalino Mattos, está de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulada Progressão Parcial no Ensino público: Novas estratégias educacionais no Ensino Médio, coordenada pela pesquisadora Maria Teresa Rosa Mendes, no Centro Universitário Unicarioca.

O Colégio Estadual Professora Vanilde Natalino Mattos assume o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa pela autorização da coleta de dados durante os meses de junho/2020 até novembro/2020.

Declaramos ciência de que nossa instituição é coparticipante do presente projeto de pesquisa, e requeremos o compromisso da pesquisadora responsável com o resguardo da segurança e bem-estar dos participantes de pesquisa nela recrutados.

Macaé, 07 de dezembro de 2020.

C E Prof Vanilde Natalino Mattos
Ana Paula Soares Muniz
Diretor Geral
Matrícula 3065755-5

Ana Paula S. Muniz

Assinatura/carimbo do responsável pela instituição pesquisada

APÊNDICE F: RESPOSTAS DAS ASSERTIVAS DOS PROFESSORES

ASSERTIVA	GRAU DE CONCORDÂNCIA				
	Discordo totalmente	Discordo Parcialmente	Nem concordo e nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
1. O Regime de Progressão Parcial tem contribuído para a melhoria dos resultados pedagógicos desta escola.	04	03	03	07	01
2. A equipe gestora orienta os alunos em Progressão Parcial, a partir do início do ano letivo, informando o professor que irá acompanhá-lo, orientando-o quanto as datas das avaliações e entrega do plano de estudos.	01	04	03	05	05
3. As ações do professor tais como: orientação quanto ao conteúdo a ser estudado, a aplicação do Plano Especial de Estudos e o acompanhamento dos alunos são suficientes para a melhoria do seu desempenho ao longo do processo.	04	01	03	07	03
4. A organização e definição do professor responsável pela elaboração e aplicação do Plano Especial de Estudos pela equipe técnico-pedagógica contribui para melhoria da implementação da Progressão Parcial nesta escola.	03	03	03	07	02
5. O plano Especial de Estudo, previsto pela Portaria nº419 é de conhecimento de todos os professores.	03	08	03	03	01
6. Utilizo o Plano Especial de Estudos para orientar o aluno em Progressão Parcial quanto aos instrumentos a serem aplicados durante o processo.	02	04	06	05	01
7. Recebo orientação da coordenação pedagógica sobre o preenchimento do Plano Especial de Estudos ao final do ano.	01	05	03	07	02
8. A gestão tem tomado medidas para diminuir o número de alunos na Progressão Parcial.	01	04	03	08	02
9. O acompanhamento feito pela escola aos alunos em Progressão Parcial durante o ano letivo é eficaz na melhoria de seus resultados.	04	02	05	05	02
10. Os alunos que não conseguem finalizar a Progressão	04	04	05	01	04

Parcial são reprovados na série em curso.					
11. Os alunos realizam as atividades avaliativas na Progressão Parcial com responsabilidade.	03	06	03	05	01
12. Existe apoio eficaz da direção da escola ao professor que acompanha alunos em Progressão Parcial.	01	04	06	02	05
13. A direção apoia o trabalho da coordenação pedagógica ao que se refere à Progressão Parcial.	01	03	03	05	06
14. Os professores auxiliam a equipe técnica-diretiva na construção e aplicabilidade do Plano Especial de Estudos.	04	03	04	04	03
15. A equipe técnica-diretiva se reúne com frequência com os professores para orientar / acompanhar a execução da Progressão Parcial.	04	02	05	05	02
16. Os alunos que não conseguem finalizar a Progressão Parcial abandonam a escola.	06	02	04	04	02
17. O Plano Especial de Estudos mostra-se eficaz na recuperação dos estudos dos alunos em Progressão Parcial.	06	02	03	07	0
18. A Progressão Parcial teria melhores resultados se fosse realizada no contraturno.	02	03	03	06	04
19. A reprovação dos alunos em Progressão Parcial ocorre pela falta de empenho pelo aluno.	01	06	04	04	03
20. A reprovação dos alunos em Progressão Parcial ocorre em função da falta de acompanhamento da família.	02	05	04	06	01
21. É notória a preocupação do gestor da escola com os alunos reprovados que ficam de Progressão Parcial.	0	05	03	05	05

APÊNDICE G: MATERIAL DIDÁTICO INTERATIVO: PROGRESSÃO PARCIAL: ESTRATÉGIAS COLABORATIVAS ASSOCIADAS A UMA APREDIZAGEM ATIVA



Reitor:
Celso Niskier

Pro Reitor:
Maximiliano Damas

Coordenador do Mestrado Profissional em Novas tecnologias Digitais na Educação:
Antonio Carlos de Abreu Mól
Ana Paula Legey

Orientadores:
Ana Paula Legey
André Cotelli do Espírito Santo

Projeto gráfico e edição:
Maria Teresa Rosa Mendes

Revisão:
Jamille Guilherme Suarhs

Progressão Parcial:

Estratégias Colaborativas associadas a uma aprendizagem ativa

Maria Teresa Rosa Mendes
Ana Paula Legey de Siqueira
André Cotelli do Espírito Santo

Rio de Janeiro - Brasil
2020

APRESENTAÇÃO



A tendência democrática de escola não pode consistir apenas em que um operário manual se torne qualificado, mas em que cada cidadão possa se tornar governante.

Antônio Gramsci

O presente material é um instrumento de orientação e consulta para gestores, equipe pedagógica e professores para auxiliar na elaboração e construção da política de progressão parcial, visando novas estratégias colaborativas na implementação da mesma com o auxílio dos atores envolvidos nas unidades escolares.

Essa política foi adotada na rede estadual do Rio de Janeiro através da Portaria SEEDUC no 419 de 27 de setembro de 2013.

Esse material didático surgi como proposta de intervenção, oriundo de uma dissertação da pesquisadora denominada "Progressão Parcial no Ensino público: Novas estratégias educacionais no Ensino Médio" para o curso de mestrado profissional em Novas tecnologias digitais na educação, oferecido pelo Centro Universitário Unicarioca com o auxílio de uma unidade escolar da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro, da qual faço parte como diretora adjunta/ professora de Biologia/Química.

Espera-se que esse material seja um ponto de partida para a busca coletiva de inovações pedagógicas no contexto da Progressão Parcial e que aponte caminhos necessários para o alcance de resultados mais satisfatórios almejados pelas escolas.

Maria Teresa Rosa Mendes
Professor (a) Doc II Ciências da Natureza
Secretaria de Educação Do Estado do Rio de Janeiro

Escola
Paulo Freire



Escola é...
O lugar onde se faz amigos.
Não se trata só de prédios, salas, quadros,
Programas, horários, conceitos...



Escola é, sobretudo, gente,
gente que trabalha, que estuda,
que se alegra, se conhece, se estima.



O diretor é gente,
O coordenador é gente, o professor é gente,
O aluno é gente,
cada funcionário é gente.



E a escola será cada vez melhor
na medida em que cada um
se comporte como colega, amigo, irmão.
Nada de "ilha cercada de gente por todos os lados."
Nada de conviver com as pessoas e depois descobrir
que não tem amizade a ninguém.



nada de ser como tijolo que forma a parede,
Indiferente, frio, só.
É também criar laços de amizade,



É criar ambiente de camaradagem,
É conviver, é se "amarrar nela!"
Ora, é lógico...
Numa escola assim vai ser fácil
Estudar, trabalhar, crescer,



Fazer amigos, educar-se,
Ser feliz.
É por aqui que podemos começar a melhorar o mundo.



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 01

CAPÍTULO I- O Regime de Progressão Parcial 03

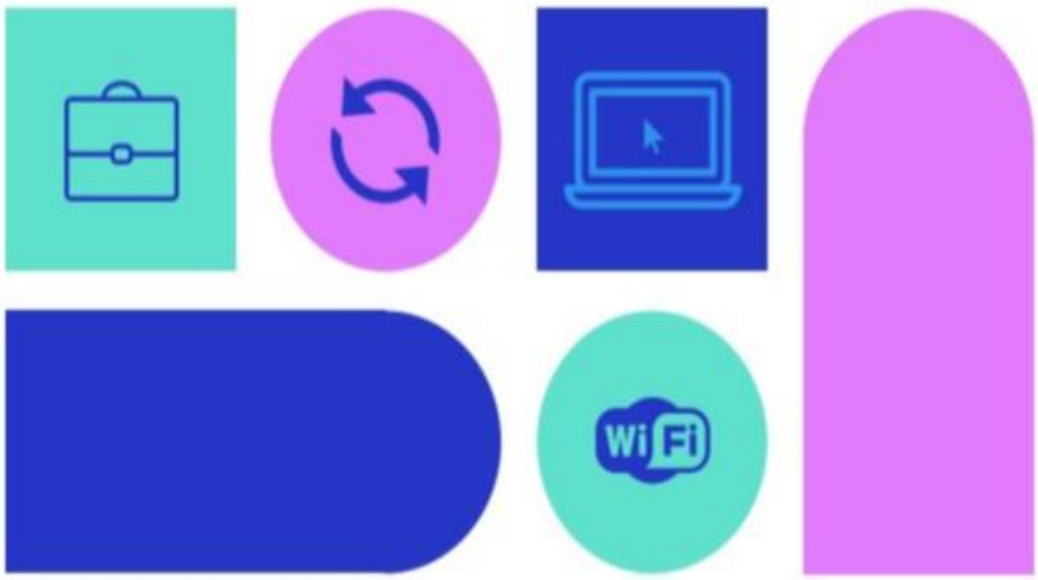
CAPÍTULO II- A importância dos atores escolares 07

CAPÍTULO III- Organizações pedagógicas na Progressão Parcial 11

CAPÍTULO IV- Educação + tecnologia: novos modelos educacionais na aplicação da Progressão Parcial 18

CONSIDERAÇÕES FINAIS 28

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 29





INTRODUÇÃO

A experiência nos faz ver que em tudo na vida é preciso amadurecimento para entender um processo que é maior que a nossa existência: o processo educacional é e sempre será um processo histórico-pedagógico. Isto porque ele transcende nossa condição de existência e vai além das fronteiras do nosso conhecimento. (GADOTTI, 1995)

O processo de ensino-aprendizagem é complexo. Ele envolve educador, educando, sociedade, teorias de aprendizagem, filosofias e pensamentos, abrangendo as ideologias humanas.

Roger Schanck (1995) defende que o aluno deve ser um ser ativo, descobridor e explorador do seu potencial, defendendo seus interesses por todos os meios disponíveis. Deve ter o controle do seu aprendizado. Portanto, o conhecimento deve ser de acordo com a natureza do aluno. Os conhecimentos a serem adquiridos devem ser de interesse do aluno e este, por sua vez, buscar a exploração dos conteúdos, refletir através do estudo e procura aprender através de práticas que envolvam todos os sentidos.

Como as pessoas são diferentes, passam por diferentes maneiras de aprendizado e, desta forma, não podemos dizer qual método ou processo é o melhor para uma sociedade (GADOTTI, 1995). O que podemos fazer é conhecer os diferentes métodos para saber aplicá-los da forma mais adequada, de acordo com a aceitabilidade de cada indivíduo.

Com isso, uma das questões debatidas à época da formulação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) no 9.394, de 23 de dezembro de 1996, foi a "cultura de reprovação", apontada como mecanismo de seleção e de exclusão. A LDB passa a oferecer novos caminhos para a organização dos tempos e dos espaços escolares, para o ensino, a

aprendizagem e para a avaliação. O Art. 23, trata exatamente das escolas de educação básica em oportunizar novas possibilidades de organização: séries, ciclos, progressão parcial, progressão continuada, dentre outras, sempre com o interesse no processo de aprendizagem.

No tocante à progressão parcial, a LDB dispõe:

> Art. 24 - A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns: [...] III - nos estabelecimentos que adotam a progressão regular por série, o regimento escolar pode admitir formas de progressão parcial, desde que preservada a sequência do currículo, observadas as normas do respectivo sistema de ensino [...] (LEI FEDERAL No 9394/96).

Conforme o artigo mencionado, os sistemas de ensino têm autonomia para definir a adoção ou não da progressão parcial. Se assim o fizer, quando contemplarem a progressão regular por série, há a necessidade de preservar a sequência do currículo, observando as normas do respectivo sistema de ensino. Cabe à escola dispor em seu regimento interno sobre a utilização desse procedimento para fins de regulamentação.

Entendemos que o Regime de Progressão Parcial, é uma politica pública recente e ainda precisa muito ser debatida e discutida por todos os envolvidos na educação nacional. Assim, com o objetivo de criar novas estratégias para esse regime dentro das escolas estaduais inseridas na Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro, espero que esse material didático sirva como um norteador para futuros projetos educacionais na política de Progressão Parcial respeitando principalmente o tempo de aprendizagem de cada aluno envolvido nesse regime.



CAPÍTULO I

O Regime de Progressão Parcial



03

CAPÍTULO I

Progressão Parcial e a Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro

A Progressão Parcial de estudos refere-se ao procedimento pelo qual o aluno é promovido, classificado no ano subsequente de sua escolarização, mas ainda com disciplinas pendentes de conclusão no ano/série/etapa anterior.

A essência da Progressão Parcial tem como princípio o respeito e o direito de cada cidadão a sua individualidade no que ressoa ao desenvolvimento cognitivo na construção do conhecimento, levando em consideração o tempo e o ritmo de aprendizagem de cada indivíduo. O foco principal é o aluno e suas reais possibilidades, implicando rever práticas avaliativas que acabam por fortalecer a exclusão e a punição através da reprovação.

Segundo Abramowicz (1999), a implementação do regime de Progressão Parcial indica transformação no cotidiano escolar, na sala de aula, nas relações que se estabelecem entre professor aluno, no processo avaliativo constituído no diálogo, na confiança e na participação de todos.

Inserida em um contexto de política pública, a Progressão Parcial (PP) surge pela necessidade de se encontrar um caminho para minimizar os problemas de evasão e repetência. Condé (2012) nos leva a compreender a complexidade das variáveis que envolvem implementações de políticas públicas tais como a política de Progressão Parcial.

O autor alerta que [...] "toda a política pública é característica da esfera pública da sociedade, refere-se à problemas coletivos de espectro amplo e tem caráter impositivo". Condé (2012) aborda também que as políticas públicas auxiliam na compreensão do que deve ser considerado no processo de implementação e quais são os desafios que se envolvem.

As reformulações na legislação sobre avaliação tornaram-se necessárias diante do baixo desempenho da educação no Estado do Rio de Janeiro a partir de 2009 onde o Estado do Rio obteve o 26o lugar no Ensino Médio, no "ranking" do Índice de Desenvolvimento da Educação básica (IDEB), provocando mudanças significativas em toda a rede estadual de educação. (Fonte: www.ideb.inep.gov.br)

Em torno desse resultado, o Estado do Rio estabeleceu como objetivo central tornar-se referência em qualidade de educação pública, propondo como meta estar entre os cinco melhores, dentro de todos os estados que compõem a Federação no IDEB do Ensino Médio. Para esse feito institui-se por meio do decreto no42.838 de 04 de fevereiro de 2011, um novo modelo de gestão da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEEDUC) focado em mudanças estruturais e resultados.

Diante desse cenário de mudanças, o trabalho pedagógico passou a ter mais destaque, fazendo-se necessária ações significativas efetivas referente ao combate no fracasso escolar, sendo a Progressão Parcial um ponto de partida.

As ações da Secretaria direcionadas a resgatar conhecimento dos alunos em Progressão Parcial, baseiam-se na portaria no 419 de 27 de setembro de 2013 que estabelece:

> Art. 15 - A Progressão Parcial - Processo previsto no projeto político - pedagógico - é a ação orientada com o objetivo de promover nova oportunidade de aquisição de conhecimentos e construção de competências e habilidades e deverá ser oferecida obrigatoriamente pela unidade escolar sob a forma de matrícula com dependência. (RIO DE JANEIRO, 2013)

A partir desse documento, a Secretaria de educação conduz as regionais e as escolas sobre a implementação da política de Progressão Parcial, ficando a cargo das escolas o acompanhamento do aluno até a devida promoção e conclusão do segmento. É importante que se tenha clareza acerca da operacionalização da PP nas escolas. Os principais pontos da Progressão Parcial são:



CAPÍTULO I

Como saber se o aluno tem direito à Progressão Parcial?

- O discente que obtiver o rendimento insatisfatório em até duas disciplinas concomitantes, obterá nova aquisição de conhecimentos, sob a forma de matrícula com dependência;

- O discente só poderá cursar nova(s) dependência(s), quando for provado na(s) anterior(es), ficando retido no ano/série/fase/módulo em que acumular a terceira dependência;

- A dependência referente ao último ano do curso (ou anos anteriores caso o aluno não as tenha vencido) implicará no retorno do aluno à unidade escolar. O não cumprimento acarretará em não obtenção dos seus documentos de conclusão;

- Na definição do número de disciplinas a que o aluno tem direito de cursar em regime de progressão parcial, cada disciplina é computada somente uma vez, independentemente do ano de escolaridade em que ocorrer. Para melhor compreensão, veja o exemplo abaixo:

O aluno que reprovou em português e matemática relativas ao oitavo ano (disciplinas diferentes, porém a mesma série), ou português e matemática, relativas ao oitavo e nono anos (disciplinas diferentes, porém em séries distintas), ou ainda matemática e matemática relativas ao oitavo e nono anos (na mesma disciplina, porém em séries diferentes).



Existem escolas que oferecem somente o Ensino Médio, mas recebem matrículas de alunos ainda com dependência em disciplinas do Ensino Fundamental. A legislação garante esse direito ao aluno e as unidades escolares não podem negar a matrícula. Nesse caso, as unidades escolares, obrigatoriamente, precisam elaborar um plano de estudos adequado ao ano de escolaridade/disciplina na dependência do aluno, bem como sua avaliação e registros necessários, cabendo buscar orientações com a equipe de inspeção escolar de sua regional

CAPÍTULO II

A importância dos atores escolares



CAPÍTULO II

O papel do diretor

A eficácia de uma progressão parcial mais efetiva, depende de práticas pedagógicas diferenciadas. O professor precisa atuar como um mediador em todo o processo, assumindo um compromisso de agente facilitador, incentivador ou motivador da aprendizagem, que ativamente colabora para que o aluno chegue ao seu resultado.

> Compreender que se o aluno não conseguiu, no decorrer de um ano, adquirir as competências e habilidades em uma determinada disciplina sob a orientação de um professor, as chances de fazê-lo, sozinho, são mínimas.

É papel do diretor escolar manter um bom funcionamento e a qualidade de ensino ofertado pela escola, competindo a condução no processo de gestão de modo a zelar pela realização dos objetivos educacionais, com o foco na promoção de aprendizagem e na formação dos alunos. Além disso, cabe a ele incentivar, motivar e inspirar tanto a sua equipe, quanto aos seus alunos.

No contexto da Progressão Parcial, espera-se que o gestor:

- Acompanhe todo o desenvolvimento da progressão parcial, orientando as ações docentes de modo a garantir a sua eficiência;
- Inserira a Progressão Parcial no projeto político pedagógico da unidade escolar;
- Estabeleça o alinhamento entre o projeto político pedagógico e o regimento escolar, zelando pela sua incorporação na prática pedagógica;
- Defina os professores que serão responsáveis pela elaboração e aplicação do plano especial de estudos;
- Estimule o trabalho em equipe, criando um ambiente propício à participação plena de todos os profissionais;
- Incentive iniciativas inovadoras;
- Monitore e avalie o processo de execução da progressão parcial, contribuindo durante a sua implementação.

CAPÍTULO II

O papel do coordenador pedagógico

O coordenador pedagógico é um verdadeiro mediador no ambiente escolar. É a pessoa de confiança da direção, dos docentes, dos discentes e dos pais. Entre as responsabilidades realizada pelo coordenador, estão o planejamento, a orientação, o acompanhamento e a avaliação do trabalho pedagógico, em ação compartilhada com o diretor. A ele compete:

- Priorizar a efetivação do trabalho pedagógico dentro de cada ano letivo, para evitar que o aluno chegue ao término do curso com disciplinas pendentes;
- Realizar, juntamente com os professores, o diagnóstico das dificuldades e necessidades dos alunos em progressão parcial;
- Orientar os professores na elaboração e entrega do plano especial de estudos;
- Definir os professores que serão responsáveis pela elaboração e aplicação do plano especial de estudos;
- Monitorar a aprendizagem dos alunos em progressão parcial;
- Coordenar se assim necessitar o conselho de classe, realizando a análise coletiva da prática pedagógica, das dificuldades e resultados dos alunos, na busca da melhoria do processo;
- Propor ações, estratégias e mecanismos de recuperação dos alunos.

CAPÍTULO II

O papel do professor

O papel do professor é fundamental dentro do espaço escolar e em toda a sociedade, pois ele é um agente ativo na formação do cidadão. Além de ser um educador, atuando como gestor da aprendizagem, ele é um facilitador de informações e dados, acumulados pela sociedade, conduzindo, avaliando e executando as experiências, eventos e projetos para que a construção da aprendizagem seja completa.

No contexto da progressão, as funções do professor competem a:

- Assumir alunos em progressão parcial, conforme definição da equipe técnico-pedagógico;
- Elaborar plano de estudos que atendam às necessidades dos alunos em progressão parcial;
- Propor ações, estratégias e mecanismos de recuperação dos alunos;
- Acompanhar o processo de progressão parcial, observando o desenvolvimento do aluno;
- Aplicar e corrigir os instrumentos avaliativos definidos no plano especial de estudos, registrando seus resultados no diário de classe ou outro instrumento indicado pela SEEDUC, bem como o sistema eletrônico do registro escolar.

"Coordenador pedagógico e professor, investidos de papeis diferentes, de saberes diversos, podem buscar um encontro fecundo, cujo o fruto seja a construção de uma prática pedagógica mais consistente, enriquecida e criativa." - LIMA; SANTOS



CAPÍTULO III

Organizações pedagógicas na Progressão Parcial



II

CAPÍTULO III

Práticas Avaliativas

"A avalição hoje é um fenômeno indefinido. Professores e alunos usam termos para atribuir diferentes significados, relacionando-os principalmente aos elementos constituintes da prática avaliativa tradicional: prova, conceito, boletim, recuperação e reprovação." – HOFFMANN

A avaliação não é um campo de estudo específico, ela acontece de forma mútua, contínua e cumulativa, avançando na medida em que a compreensão e as descobertas acontecem. Avaliar é algo complexo e de múltiplas funções, tendo em vista que, além de suas prerrogativas legais, definidas e ancoradas pelas legislações educacionais vigentes, precisa estar muito bem definida no âmbito escolar.

O projeto político pedagógico de cada unidade escolar é o principal documento que orienta as práticas avaliativas, determinando de que forma esse processo é pensando por todos os educadores que compõem a escola. A avaliação desempenha um importante papel nas relações pedagógicas e pode ser um instrumento de controle de regulação ou de emancipação, dependendo da forma que será planejada, aplicada e como os resultados serão analisados e transformados em ações que possibilitem a aquisição de conhecimento.

Dessa forma, avaliar passa a ser pensando como prática que deve acompanhar o ritmo do aluno, de forma contínua, respeitando as dificuldades de cada sujeito na medida em que permite estudos de recuperação, aceleração e de aproveitamento, concluído o processo com êxito.

A Progressão Parcial em sua essência, apresenta o princípio de respeito ao cidadão e sua individualidade, no que tange ao desenvolvimento cognitivo e a construção do conhecimento, levando em conta o tempo e o ritmo de aprendizagem de cada um. Dessa forma, faz-se necessário compreender como essa política está posta na teoria, nos documentos orientadores e nas práticas cotidianas das escolas (PESSOA, 2016).

O desinteresse do aluno, suas dificuldades, necessidades e sua realidade no contexto social do qual faz parte, deve ser critério que leve o docente a reorganizar seu planejamento, bem como proporcionar ao aluno um autoquestionamento. Sabe-se que várias questões estão atreladas ao processo de ensino-aprendizagem. Colocar esse indivíduo como construtor do próprio conhecimento não é tarefa fácil, porém de suma importância.

Dessa forma, o professor não deve restringir somente a avaliação à aplicação de uma prova ao final do período de estudos. Ele deve utilizar-se de outros instrumentos diversos de avaliação ao longo do período, como: trabalhos, pesquisas, provas, relatórios, fichas de registro de avanços e dificuldades do aluno, exercícios, entre outros.

É imprescindível que o professor repense acerca dos seus critérios de avaliação e da necessidade de práticas que estejam comprometidas com o sucesso do aluno.



CAPÍTULO III

Plano Especial de Estudos (PEE)

O Plano Especial de Estudos, é um conjunto das disposições necessárias, que estabelecem as várias etapas para atingir um objetivo específico, para executar um projeto. Nesse sentindo, podemos dizer então, que é um programa curricular que se aplica a determinadas unidades curriculares ou disciplinas na unidade escolar.

Na política de Progressão Parcial, o PEE se faz fundamental, já que é um plano de recuperação dos estudos direcionado aos alunos que não conseguiram a aprovação cursando regularmente a disciplina. Nesse caso, os alunos que ficaram retidos em um(a) disciplina(s), tem a duração de 1 bimestre para a conclusão do mesmo.

Compete aos docentes instruir/ ensinar os estudantes quanto aos temas mencionados no plano, ao passe que os alunos se comprometam a aprender os referidos conteúdos para assim concluir os seus estudos. É importante enaltecer que o plano especial de estudos vai sofrendo alterações com o tempo, uma vez que precisa adaptar-se às novas circunstâncias sociais e a realidade dos alunos envolvidos.



CAPÍTULO III

Projeto Político Pedagógico (PPP)

O projeto político pedagógico é um instrumento de construção coletiva que integra princípios, diretrizes e ações que visam organizar e sistematizar o trabalho pedagógico da escola a partir das suas necessidades. Como o seu próprio nome, podemos defini-lo como:

PROJETO — Reúne propostas de ações concretas a executar num determinado período de tempo.

POLÍTICO — Considera a escola como espaço de construção de cidadãos conscientes, responsáveis e críticos, que atuarão individual ou coletivamente na sociedade.

PEDAGÓGICO — Define e organiza as atividades as atividades e projetos educativos necessários ao processo de ensino e aprendizagem.

Ao juntar as três dimensões, o PPP ganha força de um guia, um documento norteador que direciona não apenas aos gestores e professores da unidade escolar, mas também todos os funcionários envolvidos, alunos e famílias.

O Projeto Político Pedagógico precisa ser completo o suficiente para não deixar dúvidas sobre a rotina da escola e flexível o bastante para se adaptar às necessidades de aprendizagem dos alunos. Sua elaboração precisa contemplar os seguintes tópicos: Missão, clientela, dados sobre aprendizagem, relação com as famílias, recursos, diretrizes pedagógicas e plano de ação.

Por ter tantas informações relevantes, o PPP se configura numa ferramenta de planejamento e avaliação que você e todos os membros da equipe gestora e pedagógica devem consultar a cada tomada de decisão.

CAPÍTULO III

Elementos que podem ser levantados na construção de um projeto político pedagógico relacionado à progressão parcial

- Organização curricular voltada as necessidades dos discentes, priorizando o desenvolvimento das habilidades e competências necessárias para que eles possam prosseguir nos estudos;
- Mecanismos de recuperação comprometidos com uma aprendizagem significativa, oferecendo-lhes realmente uma nova oportunidade para superar suas limitações;
- Práticas avaliativas em prol da melhoria da aprendizagem e não da exclusão e/ou abandono desses alunos do espaço escolar;
- Organização de tempo e do espaço pedagógico para esses alunos prestando as devidas orientações;
- Envolvimento de todos os atores da escola na construção da progressão parcial.



"Recuperar não é repetir, não é olhar para trás, não é fazer de novo. É fazer melhor, é caminhar para a frente, é fazer diferente." - HOFFMAN

CAPÍTULO III

Escrituração Escolar

O registro da progressão parcial deve ser realizado com muito cuidado a fim de assegurar a regularidade e fidedignidade de todos os dados da vida escolar do discente. Dois documentos são de muita importância quando se trata do registro do aluno: diário de classe e o histórico escolar.

O diário de classe registra a vida escolar do aluno. Nele são preenchidas as informações necessárias para a emissão do histórico escolar, ficha individual, ata de resultados finais, entre outros. Desse modo, o professor deve ter muita atenção quanto ao registro dos dados referentes à progressão parcial.

Cabe à gestão pedagógica das unidades escolares, organizar um diário de classe para esses alunos em progressão, contendo tais registros: nomes dos alunos e ano de escolaridade em que se encontram em progressão parcial, conteúdos trabalhados e resultados obtidos. Além dessas informações, é necessário que seja anexada a pasta funcional do aluno, uma ficha para registro de desenvolvimento do aluno nos estudos orientados, seus avanços e dificuldades.

No histórico escolar, pode-se observar duas situações referentes aos alunos submetidos ao regime de progressão parcial:

- Se o aluno realizou com êxito, os estudos referentes à progressão parcial na própria escola que ficou retidos na(s) disciplina(s) em questão, a escola lançará no espaço destinado à(s) disciplina(s), o aproveitamento alcançado pelo aluno pelos estudos ofertados, não havendo necessidade de registrar observação sobre a progressão parcial a que foi submetido.

- Se o aluno solicitou sua transferência para outra escola, ele encontra-se com pendências relacionadas à progressão parcial. Nesta situação, deve estar detalhado no histórico escolar qual disciplina e ano que o aluno se encontra retido em progressão para ser realizado na escola de destino.

CAPÍTULO IV

Educação + tecnologia: novos modelos educacionais na aplicação da Progressão Parcial



CAPÍTULO III

Estudo orientado x estudo independente

Caro leitor, neste capítulo final, você irá encontrar novos modelos educacionais para se trabalhar dentro e fora da sala de aula no regime de Progressão Parcial. Entendemos que o mundo está sempre em constante mudança e o sistema educacional precisa acompanhá-las, assim será o primeiro passo para uma educação de maior qualidade e de maior eficácia.

O século XXI está marcado pelo aceleramento da tecnologia eletrônica com a atenção especial na informática, o computador e a internet. Vivemos num tempo permeado pelo uso de técnicas e recursos tecnológicos, fazendo o computador uma ferramenta que auxilia no processo de ensino/aprendizagem na abordagem do cotidiano da sala de aula.

Contudo, é de suma importância o compromisso do docente e a escola deve propor questionamentos e discussões sobre a importância da informática para sociedade, tendo em vista que nesse processo as transformações nem sempre são perceptíveis. O primeiro incluído digitalmente deve ser o professor. Se a introdução da tecnologia não alterar a maneira de se ensinar, haverá pouco efeito na educação.

Apresentar um vídeo e deixar os alunos assistirem passivamente não tem nada de tecnologia. Os gestores e professores devem ser orientados e utilizar informações para encaminhar os alunos para o uso das tecnologias com racionalidade.

Na realização dos estudos orientados e nos estudos independentes, ambos são trabalhadas as habilidades e competências indicadas para a disciplina e para o ano de escolaridade em que o aluno se encontra em progressão.

A eficácia desse processo depende de uma prática pedagógica diferenciada. O professor precisa atuar como mediador em todo o processo, assumindo a responsabilidade de fazer com que os estudos orientados e os estudos independentes se tornem ferramentas eficazes no combate das fragilidades e dificuldades verificados nos alunos.

CAPÍTULO IV

Estratégias que podem auxiliar na aplicação da Progressão Parcial

	Estudos Orientados	Estudos Independentes
QUANDO?	Todos os bimestres	Todos os bimestres
POR QUÊ?	Necessidade de recuperar a aprendizagem do aluno não alcançada no ano anterior.	Necessidade de superar as dificuldades que ainda permaneceram apesar dos estudos orientados.
COMO?	- Diagnóstico das dificuldades de aprendizagem do aluno; - Seleção dos conteúdos de relevância, de acordo com o Currículo básico; - Elaboração do plano de estudos; - Acompanhamento pedagógico do aluno, proporcionando-lhe as orientações necessárias; - Avaliação contínua.	- Diagnóstico das dificuldades de aprendizagem do aluno; - Introdução de novas estratégias pedagógicas; - Acompanhamento pedagógico do aluno, proporcionando-lhe as orientações necessárias; - Avaliação contínua.
RESPONSÁVEIS	Professores juntamente com os atores escolares.	Professores juntamente com os atores escolares.

OBSERVAÇÃO: O aluno poderá ser liberado do processo de Progressão Parcial, tão logo apresente resultado satisfatório.

CAPÍTULO IV

Professor Protagonista



Professores protagonistas não são os que estão no centro do palco, mas os que se posicionam como líderes no processo pedagógico, que focam seu trabalho na efetiva aprendizagem do aluno e não se prendem a limitações externas para alcançar os objetivos. Eles desenvolvem propostas didáticas diferenciadas, que fogem da rotina, surpreendem, desestabilizam e levam aos alunos a novos patamares de desenvolvimento.

Professores protagonistas "geram" alunos protagonistas, conceito esse utilizado para estudantes que desempenham um papel ativo na construção do próprio aprendizado. Ele não apenas absorve conteúdos, mas também agrega. Pesquisa informações, expõe ideias, debate, cria.

Ser protagonista implica em ter uma visão crítica sobre a realidade, atuar proativamente, empreender, formular projetos de vida, reconhecer-se como voz ativa na sociedade.

CAPÍTULO IV

Aprendizagem colaborativa

Segundo Harasim (1989), aprendizagem colaborativa é uma aprendizagem, onde o aluno é um participante ativo do processo, envolvido na construção do conhecimento através de um processo de discussão e interação com os colegas e especialistas.

A aprendizagem colaborativa fundamenta-se em algumas teorias pedagógicas como:

- **Aprendizagem baseada na resolução de problemas**
- **Conhecimento distribuído**
- **Aprendizagem cognitiva**

Todas essas teorias fundamentam-se de modo significativo quando os indivíduos são agentes ativos que procuram a construção do conhecimento. Associando-se aos conhecimentos prévios dos alunos em ambiente real e multifacetado que permita uma interação abrangente, poderemos ter aí uma melhor compreensão do que seja a aprendizagem chamada colaborativa (LUCENA, 1997).

Para Behrens & Alcântara (2000), a aprendizagem colaborativa é um processo de reaculturação de estudantes para que esses se tornem partes das comunidades do conhecimento, diferentes das comunidades de existiam anteriormente, ou seja, comunidades de interesses e participação comuns, que possuem características comuns.

Segundo Behrens & Alcântara (2000), na aprendizagem colaborativa pessoas trabalham colaborativamente numa tarefa ou atividade, negociando entre as partes seus conhecimentos para alcançar um consenso ou acordo, onde o grupo proporciona a produção de conhecimento.

Harasim (1989), a aprendizagem por meio de colaboração acontece quando existe um dialogo ativo, a verbalização das ideias e, com base na reação do grupo, há, então, uma socialização das ideias e conceitos que em comum acordo são tomadas em consenso. Behrens & Alcântara propõem aulas de grupos de consenso com a melhor forma de aprendizagem colaborativa: onde os professores dividem turma em pequenos grupos, definem tarefas, os grupos executam e finalizam a atividade reagrupando a turma numa sessão conjunta para ouvir os relatos.

Para alguns autores, a aprendizagem colaborativa é vista como cooperação, pois acreditam ser mais abrangente a ideia de cooperar do que colaborar.

Para Dillembourg (1998), a aprendizagem colaborativa traz resultados positivos, porque envolvem ações em que um aluno precisa explicar o que pensa a seu parceiro. Assim as atividades provem resultados positivos para ambos os lados, tanto para quem recebe a explicação, que entra em contato com novos conhecimentos, tanto quanto para quem explica.



"Quando um aluno explica, tem a oportunidade de verbalizar e elaborar seu próprio conhecimento, de modo a ser compreendido por outras pessoas."



CAPÍTULO IV

Ensino Híbrido



A proposta do ensino híbrido surge como possibilidade de adequação, modernização e, consequentemente, um ensino mais socialmente engajado. Segundo BACICH, NETO E MELLO (2015), o ensino híbrido é uma abordagem pedagógica que combina atividades presenciais e atividades realizadas por meio das tecnologias digitais (TDICs). Existem diferentes propostas para combinar essas atividades, porém, na essência, a estratégia consiste em colocar o foco no processo de aprendizagem no aluno e não mais na transmissão de informação que o professor tradicionalmente realiza.

Os autores pontuam que, de acordo com essa abordagem, o conteúdo e as instruções sobre um determinado assunto curricular não são transmitidos pelo professor em sala de aula. O aluno estuda o material em diferentes situações e ambientes, e a sala de aula passa a ser o lugar d aprender ativamente, realizando atividades de resolução de problemas ou projeto, discussões, laboratórios, entre outros, com o apoio do professor e colaborativamente com os colegas. (BACICH, NETO E MELLO, 2015)

O ensino híbrido amplia as perspectivas e possibilidades de bons resultados, isto porque além de otimizar os ambientes e recursos de ensino, essa metodologia propõe a descentralização do processo, fazendo com o que o professor deixe de ser visto como único responsável pela construção do conhecimento, uma vez que propõe um posicionamento mais autônomo do aluno.

CAPÍTULO IV

Tecnologia Educacional

O conceito de tecnologia tem uma amplitude maior do que podemos imaginar. Para Sancho (1998), as próprias escolas são um tipo de tecnologia, "uma solução à necessidade de proporcionar educação a todos os cidadãos e cidadãs de certas idades. As salas de aulas são invenções tecnológicas criadas com a finalidade de promover a educação.

Sancho (1998) esclarece que o trabalho que o professor tem para preparar os esquemas de suas aulas, utilizando instrumentos diversos para alcançar sua meta é conhecimento em ação, ou seja, isso também é tecnologia. Assim podemos apontar como tecnologia na educação todos os instrumentos que são usados para transformar as informações em conhecimento.

Estamos em frente de um mundo informatizado, e a educação com os seus meios de ensino não escapará da tecnologia, isso é uma realidade. Tendo em vista essa situação, resta a educação entregar-se aos meios tecnológicos para integrar-se ao mundo atual. Colocar-se como educador nesses meios é conscientizar-se da importância do seu papel, sabedor de que não é ele quem deve indicar o que é próprio a cada educando, mas, sim, estar constantemente atento para o desvelamento de poder-ser próprio de cada um, levando em conta que cada tecnologia modifica algumas dimensões de nossa inter-relação com o mundo, da percepção da realidade, a interação com o tempo e o espaço (BIANCONI, 2002).

As tecnologias digitais de informação e comunicação (TICs) proporcionaram grandes mudanças na educação, permitindo a criação de diversas modalidades de ensino, inclusive o blended leraning, que combina atividades presenciais e atividades educacionais à distância, realizadas por meio de TDIC (VALENTE, 2014).



O educador deve incentivar os alunos à busca de materiais que são disponibilizados na rede, assim, haverá uma evolução no processo educativo e o aluno aprenderá por si só a ir em busca da produção de seu conhecimento.

CAPÍTULO IV

Recursos tecnológicos como meio colaborador na Progressão Parcial

- **Internet e seus serviços:** Internet é literalmente "interligação de redes". Interligação de várias redes espalhadas em vários lugares do mundo. Uma de suas características é não ter limites, formas e tamanho, sendo dinâmica e estar em constante mudança. A internet não é www (World Wide Web), ela fornece a infraestrutura que suporta a Web, mas a Web é somente um dos serviços que a internet usa. Das milhares de aplicações, a mais importante é a troca de informações entre pessoas e empresas, tornando a comunicação mais ágil e com segurança.

- **Eletronic Mail (e-mail):** É o mais popular serviço da internet. O e-mail é uma conta entre os muitos registros para um servidor. Sua função é a troca de mensagens por meio de uma rede de computadores.

- **Websites/Home page:** é um "sítio" na Web, onde pessoas ou empresas constroem ambientes virtuais. Pode-se dizer que é um conjunto de Home pages. As páginas de Web ou webpages, são páginas informativas, que podem usar textos, imagens, arquivos de áudio, vídeo e animação.

- **WhatsApp:** é um software multifuncional para troca de mensagens instantâneas e chamadas de voz para smartphones. Além de mensagens de texto, os usuários podem enviar imagens, vídeos e documentos em PDF, além de fazer ligações gratuitas por áudio e vídeo por meio de uma conexão com internet.



- **Google Classroom:** é um sistema de gerenciamento de conteúdo inicialmente ofertado para escolas que procuram simplificar a criação, a distribuição e a avaliação de trabalhos. É um recurso da Google Apps criado para a área de educação.

- **Youtube:** é uma plataforma de compartilhamento de vídeos subsidiária da Google. No Youtube, pode-se disponibilizar ou encontrar diversos conteúdos. O material pode ser disponibilizado em blogs e sites pessoais através de mecanismos de (APIs)* desenvolvidos pelo site.

- **Jogos digitais educacionais:** Ao serem utilizados como um recurso de representação de um determinando assunto, os jogos auxiliam no processo de entendimento do que está senso ensinado. Bem projetados podem ser criados e utilizados para unir práticas educativas com recursos multimídia em ambientes lúdicos a fim de estimular e enriquecer as atividades de ensino e aprendizagem.

- Aplicativos de vídeo chamada: software que disponibiliza "salas" onde as pessoas podem se encontrar e interagir. É semelhante ao chat, porém com mais recursos.
  Esses aplicativos permitem:
  - Troca de mensagens de voz em tempo real;
  - Videoconferência;
  - Chat para conversação;
  - Compartilhamento de tela e aplicativos em geral (Word, excel, etc). É possível editar texto em conjunto com os usuários remotos. Exemplos: Google Meet/Zoom**



*APIs – Interface de Programação de Aplicação é um conjunto de rotina e padrões estabelecidos por um software para a utilização das suas funcionalidades por aplicativos que só pretendem usar seus serviços. (Fonte: www.wikipedia.com.br)

**O Google Meet não precisa baixar ou instalar nenhum software adicional no computador para acessar a sala de online. O link da reunião pode ser enviado por e-mail ou whatsapp. Você pode acessar o endereço online: meet.google.com. Também há aplicativos para celular nas versões Android e iOS. O Zoom você não consegue sem um aplicativo instalado. A ferramenta não é suportada para uso direto nos navegadores da Web. Mas em compensação o Zoom oferece o seu serviço para várias plataformas, como: Windows, Mac, Android e iOS. Todos os participantes da vídeo chamada precisam instalar o aplicativo Zoom para começar a reunião. Os aplicativos Google Meet e Zoom permitem que usuários gratuitos realizem reuniões por um tempo limitado.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Progressão Parcial, como direito do aluno, clama por mudanças significativas em sua estrutura e execução, o que só se tornará possível em um ambiente onde todos se sintam responsáveis pelo processo educacional, onde as diferenças de tempo e de ritmo de aprendizagem sejam consideradas e respeitadas por todos.

As escolas necessitam de mudanças para acompanhar as transformações sociais, políticas, tecnológicas, culturais e científicas para não as tornar obsoletas e descontextualizadas. Assim, um novo perfil do educador e do educando com o acréscimo do uso da tecnologia na prática docente representa a possibilidade de mudança metodológica na educação, fugindo da desmistificação das rotulantes aulas, tornando dinâmico o processo de ensino-aprendizagem.

Esse material didático traz como proposta um novo olhar para os métodos pedagógicos utilizados no Regime de Progressão Parcial. É de fundamental importância que os profissionais envolvidos nesse regime, estejam preparados para usarem novas ferramentas como instrumentos pedagógicos em suas aulas, dentro e fora do espaço escolar, com a finalidade de facilitar o aprendizado dos alunos envolvidos nesse processo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

_____. Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro. Portaria SEEDUC/SUGEN no419/2013 de 27 de setembro de 2013. Estabelece normas de avaliação e desempenho escolar e dá outras providências. Diário Oficial do Rio de Janeiro, Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ, 2013c. Disponível em: http://download.rj.gov.br/documentos10112/2298861/DLFE-78181.pdf/PORTARIAS_EEDUCSUGEN419DE_27.09.2013DO30.09.2013NORMASDEAVALIACAO.pdf.

ABROMOWICZ, Mere. Avaliação e progressão continuada: subsídios para uma reflexão. In: BICUDO, Maria Aparecida Viggiani; SILVA JÚNIOR, Celestino Alves da (orgs.). Formação do educador: avaliação institucional, ensino e aprendizagem. São Paulo/BRA: Editora da UNESP. p. 155-164. (Série Seminário & Debates, v.4).

INSITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. Portal do IDEB. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/o-que-e-o-ideb.

HOFFMANN, Jussara. Avaliação mediadora uma prática em construção da pré-escola à universidade. 8 ed. Porto Alegre: Mediação, 1996.

BACICH, Lilian; TANZI NETO, Adolfo; TREVISANI, Fernando de Mello (org). Ensino Hibrido: personalização e Tecnologia na Educação. Porto Alegre: Penso. 2015.

HOFFMANN, Jussara Maria. Entrevista Disponível em: http://www.dn.senai.br/competencia/src/contextualizacao/celia%20-%20avaliacao%20jussara%20hoffmam.pdf

LIMA, Paulo Gomes e SANTOS, Sandra Mendes. O coordenador pedagógico na educação básica: desafios e perspectivas. Educere et Educare Revista de Educação. Vol. 2. No4, p. 77-90, jul./dez.,2007

VALENTE, J. A. Blended learning e as mudanças no ensino superior: a proposta da sala de aula invertida. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, Edição Especial n. 4, p. 79-97. Editora UFPR, 2014.

GADOTTI, Moacir. Histórias das Ideias Pedagógicas. São Paulo: Ática, 1995.

SANCHO, Juana M. Para uma tecnologia educacional / Juana M. Sancho; trad. Beatriz Affonso Neves – Porto Alegre: ArtMed, 1998.

SCHANCK, Roger C. Chip Cleary. Engines for Education.Lawrence Erlbaum Associates Inc, Publishers, New Jersey. USA, 1995.

APÊNDICE H: MATERIAL DIDÁTICO INTERATIVO: REVISTA EDUTEC INTERATIVA



CONTÉUDO

6 EVOUÇÃO DA TECNOLOGIA

7 AS NOVAS GERAÇÕES E AS TECNOLOGIAS

9 TECNOLOGIA EDUCACIONAL

10 MOTIVOS PARA USAR TECNOLOGIA

12 BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

Ainda existem instituições de ensino e educadores que veem a tecnologia como inimiga do ensino. Os computadores estão aí, assim como os tablets e os smartphones: todos abastecidos pela internet e capazes de colaborar no processo de aprendizagem, basta serem bem aproveitados. Softwares educacionais, os jogos digitais e a realidade virtual e aumentada. Essa última é capaz de trazer uma experiência única ao usuário. As oportunidades geradas pelas tecnologias educacionais são diversas. O foco, que antes era na disseminação do conteúdo, passa ser como navegador em meio ao oceano de informações que estão disponíveis na internet, através dos aparelhos digitais. Nesse modelo de ensino e aprendizagem, o professor tem o papel de mediador e mentor, e os estudantes passam a ter uma participação ativa e autônoma no processo de construção do conhecimento.



EVOLUÇÃO DA TECNOLOGIA

A Evolução da Tecnologia na Educação

Não se pode negar que o homem é um sujeito que vive em evolução e esse processo constante tem trazido consigo uma série de questionamentos, especialmente aqueles voltados para a "informação" e sua relação com o desenvolvimento. Na verdade, essa expansiva e massiva bola de informações nasce em meados da revolução industrial, quando não se tinha acesso aos livros, a conhecimentos diversos e de uma hora para a outra se passou a fornecer e receber uma produção intelectual de diversas partes para diversas pessoas. Nos anos 80 com a efervescência da industrialização , o capitalismo pós-industrial eclodiu, impulsionando a terminologia "sociedade informacional" que passou a substituí-lo. As tecnologias passaram a permitir ao homem imperar sobre a informação, já que esta é parte integrante de qualquer atividade humana, seja ela individual ou coletiva. As escolas tem percebido a importância das tecnologias para a aprendizagem na atualidade. Pensar no processo de ensino e aprendizagem no século XXI sem o uso constante dos diversos instrumentos tecnológicos é deixar de acompanhar a evolução que está na essência da humanidade. Infelizmente muitas escolas e seus professores ainda se baseiam em metodologias arcaicas para ensinar, eles acabam não permitindo o entendimento do processo e muito menos ter contato com ele. Educandos chegam às escolas com celulares muitas vezes de última geração e preferem estar a usar o whatsapp, ou instagram durante as aulas, do que prestar atenção aos conteúdos elencados pela escola como importantes na sua formação. Os educadores preferem entender o ato de educar apenas restrito ao quadro branco e livros didáticos e assim perpetuam um modelo já desgastado, com resultados mínimos. Nesse cenário, cabe a reflexão sobre a importância das novas tecnologias para a aprendizagem. Elas realmente podem contribuir para esse processo ou isso é algo utópico, ilusório?

Evolução das tecnologias na educação
Produção: Projeto Dias - Universidade Federal da Paraíba

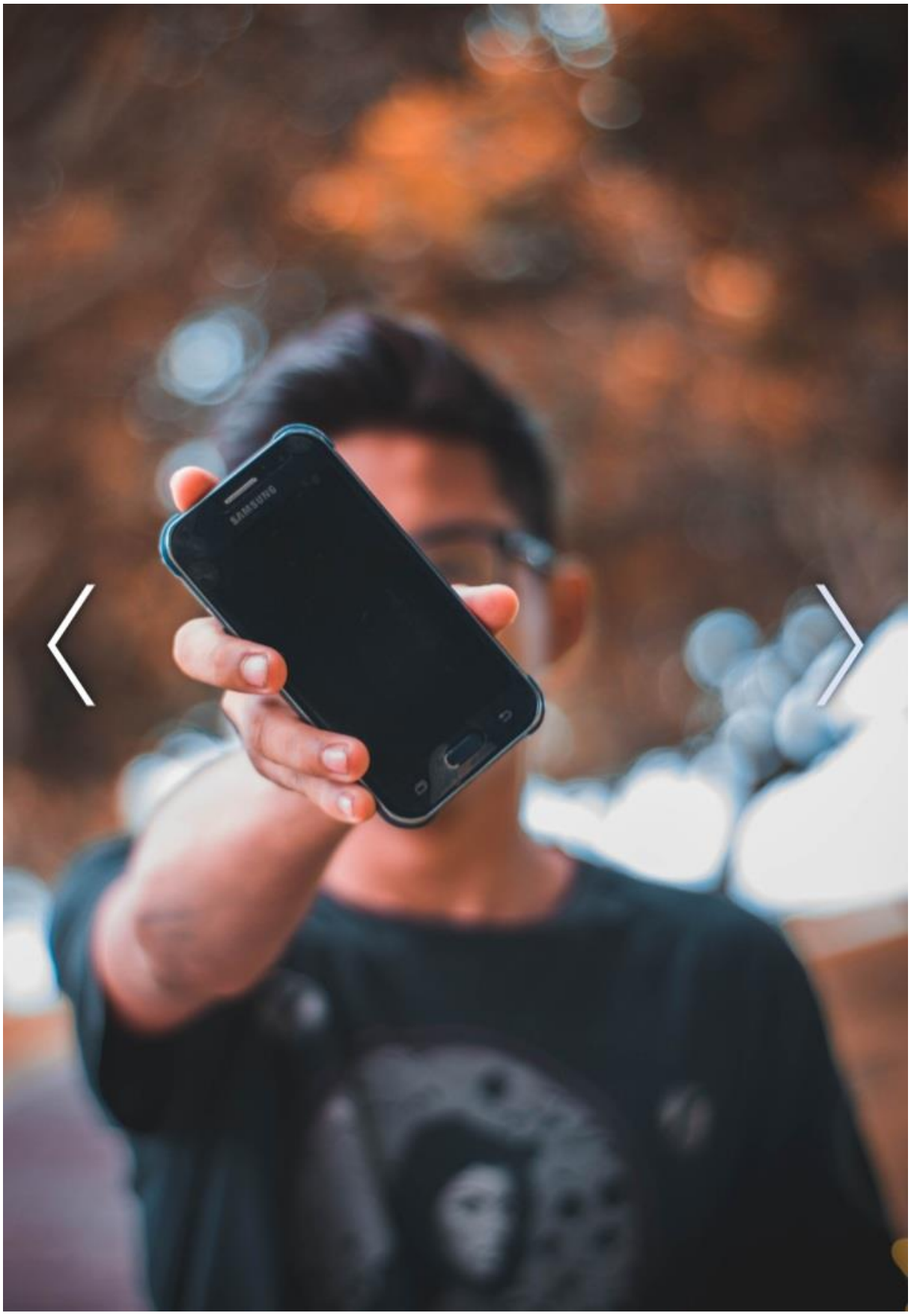
ENSINANDO AS NOVAS GERAÇÕES

É raro ver qualquer tipo de interação entre professor e alunos em sala de aula que ignore completamente as novas tecnologias. Mesmo em uma sala de aula desprovida de equipamentos de última geração, com o professor mais tradicionalista, a interação é sempre permeada por ela. E não poderia deixar de ser: além dos avanços tecnológicos que conquistam as gerações X e Y, os estudantes das novas gerações são nativos digitais. Isso significa que a maioria deles nunca conheceu um mundo sem internet, celular, Google ou redes sociais. Assim como a tecnologia, a comunicação envolvida no processo de ensino e aprendizagem também está em constante transformação. Por esse motivo, não é mais possível estar diante de uma sala de aula com a expectativa de captar a atenção de uma turma utilizando uma linguagem do século passado. Hoje, não é mais possível falar sobre ecologia, sem falar sobre sustentabilidade e tecnologias limpas. Ou falar sobre linguagens, sem mencionar os memes e as fakes news.

Para estabelecer uma comunicação verdadeira com a realidade dos estudantes das novas gerações, o processo de ensino e aprendizagem necessita, invariavelmente, levar em conta e valer-se da tecnologia. Dessa necessidade emergiu a Tecnologia Educacional. Pensada especificamente para trazer inovação e facilitar o processo de ensino e aprendizagem, ela aparece nas salas de aula de diversas maneiras: em novos dispositivos ou gadgets, softwares e soluções educacionais. Mais adiante vamos conhecer a fundo cada uma dessas maneiras. Mas antes, você sabe o que é Tecnologia Educacional?

"A Tecnologia Educacional é pensada para trazer inovação e facilitar o processo de ensino e aprendizagem"




SAMSUNG

Tecnologia Educacional: Um novo aporte para a educação

Tecnologia Educacional é um conceito que se diz respeito à utilização de recursos tecnológicos para fins pedagógicos. O objetivo é trazer para a educação - seja dentro ou fora de sala - práticas inovadoras, que facilitem e potencializem o processo de ensino e aprendizagem. O uso da TE sido amplamente discutido, onde nem sempre é bem recebido. As maiores críticas tem relação com o papel da escola e do professor e à dificuldade de acesso à tecnologia, especialmente nas escolas da rede pública e entre estudantes com menor renda familiar.

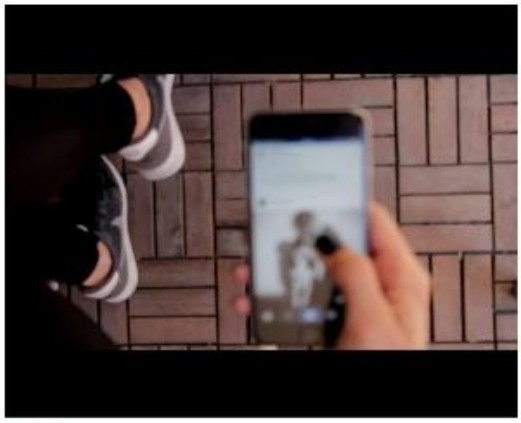
O foco principal da Tecnologia Educacional não está sobre os dispositivos tecnológicos, e sim sobre as práticas que o seu uso possibilita.

Em outras palavras: ter bem definida a finalidade do uso da tecnologia em sala de aula é mais importante que os meios e recursos tecnológicos que serão empregados para tal prática

O papel fundamental do professor e do profissional de educação no emprego da Tecnologia Educacional: definir quais os recursos e ferramentas mais adequados para a realidade de seus alunos, e também a forma mais relevante de os utilizar em suas práticas pedagógicas. Ainda assim, pode surgir a dúvida: com que objetivo um profissional da educação deveria inserir a tecnologia nas práticas pedagógicas e no dia a dia da sua instituição de ensino?



Especial Tecnologia na Educação - Por que usar tecnologia
Produção: Porvir Educação



MOTIVOS PARA USAR TECNOLOGIA

Razões para adotar às Tecnologias Educacionais



1 MELHORA A QUALIDADE DE ENSINO

Com as inovações tecnológicas ao dispor da escola e dos alunos, pode-se usar inúmeros caminhos para chegar aos objetivos traçados em sala de aula, fazendo com que a flexibilidade do ensino seja muito maior.

2 AUMENTA O ENGAJAMENTO DOS ALUNOS

O uso da tecnologia naturalmente desperta a curiosidade em aula. Assim, esse recurso mantém os alunos engajados, participativo e questionadores.

3 FACILITA A INTEGRAÇÃO

A tecnologia faz com que os alunos interajam entre si, potencializando uma boa comunicação interpessoal, consequentemente o aumento das habilidades sociais.

4 VALORIZA A PARCERIA ENTRE A ESCOLA E OS PAIS

A tecnologia não só ajuda na sala de aula, mas também promove uma comunicação escolar efetiva com os responsáveis. Com a tecnologia a favor, fica mais fácil estabelecer uma conversa amigável e auxiliar na evolução dos filhos.

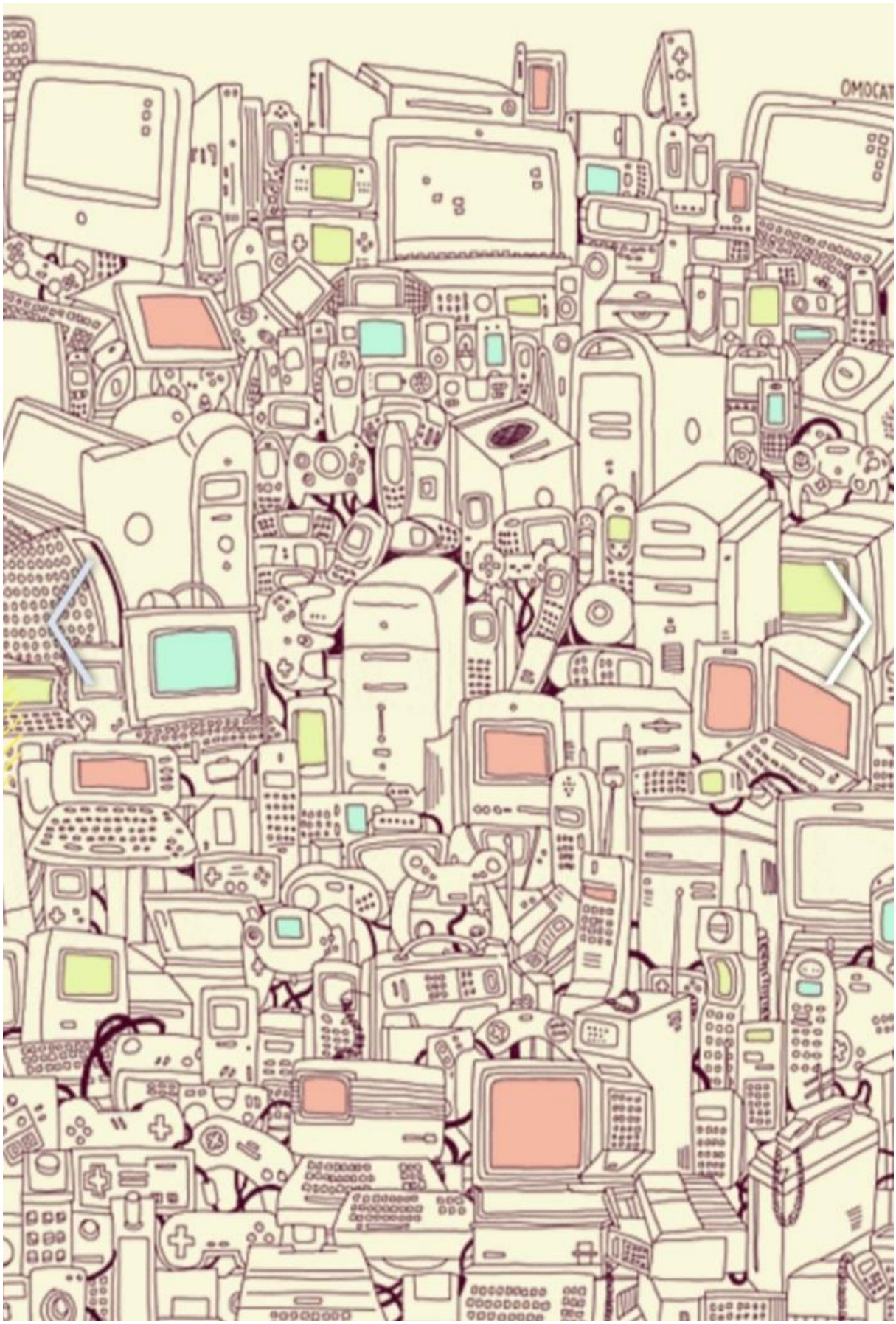
5 AJUDA NO MERCADO DE TRABALHO

A tecnologia permite para as crianças/jovens o desenvolvimento do pensamento crítico diante dos problemas do dia-a-dia, aumentando a criatividade e a iniciativa para resolver questões propostas.

6 REDUZ O NÚMERO DE REPROVAÇÕES

Maior interesse dos alunos, consequentemente redução considerável do número de reprovações. Ao desenvolver uma metodologia de ensino que engaja, a produtividade tende a ser maior e isso reflete nas notas.

EDUTEC 10



BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

Nas últimas décadas, as tecnologias digitais da informação e comunicação, têm alterado nossa forma de trabalhar, de se comunicar, de se relacionar e de aprender. Na educação, as TDICs têm sido incorporadas às práticas docentes como meio de promover aprendizagens mais significativas, com o objetivo de apoiar os professores na implementação de metodologias de ensino ativas, despertando um maior interesse e engajamento dos alunos em todas as etapas da educação.



As razões pelas quais as tecnologias e recursos digitais devem, cada vez mais, estar presentes no cotidiano das escolas, são inúmeras. Porém é essencial promover a alfabetização e o letramento digital, tornando acessíveis as tecnologias e as informações que circulam nos meios digitais e oportunizando a inclusão digital.

Nesse sentido, a BNCC contempla o desenvolvimento de competências e habilidades relacionadas ao uso crítico e responsável das tecnologias digitais tanto de forma transversal, quanto de forma direcionada, para o desenvolvimento de competências de compreensão, uso e criação de TDICs em diversas práticas sociais.

> **"Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer o protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva." - Competência geral 5 (BNCC, 2018)**

É preciso lembrar que incorporar as tecnologias digitais na educação não se trata de utilizá-las somente como meio ou suporte para promover aprendizagens ou despertar o interesse dos alunos, mas sim de utilizá-las com os alunos para que construam conhecimentos com e sobre o uso das TDICs.

Uma discussão importante e que vale destacar é que não se deve prezar somente pela utilização das tecnologias em si, mas sim pela reflexão crítica e pelo uso responsável.

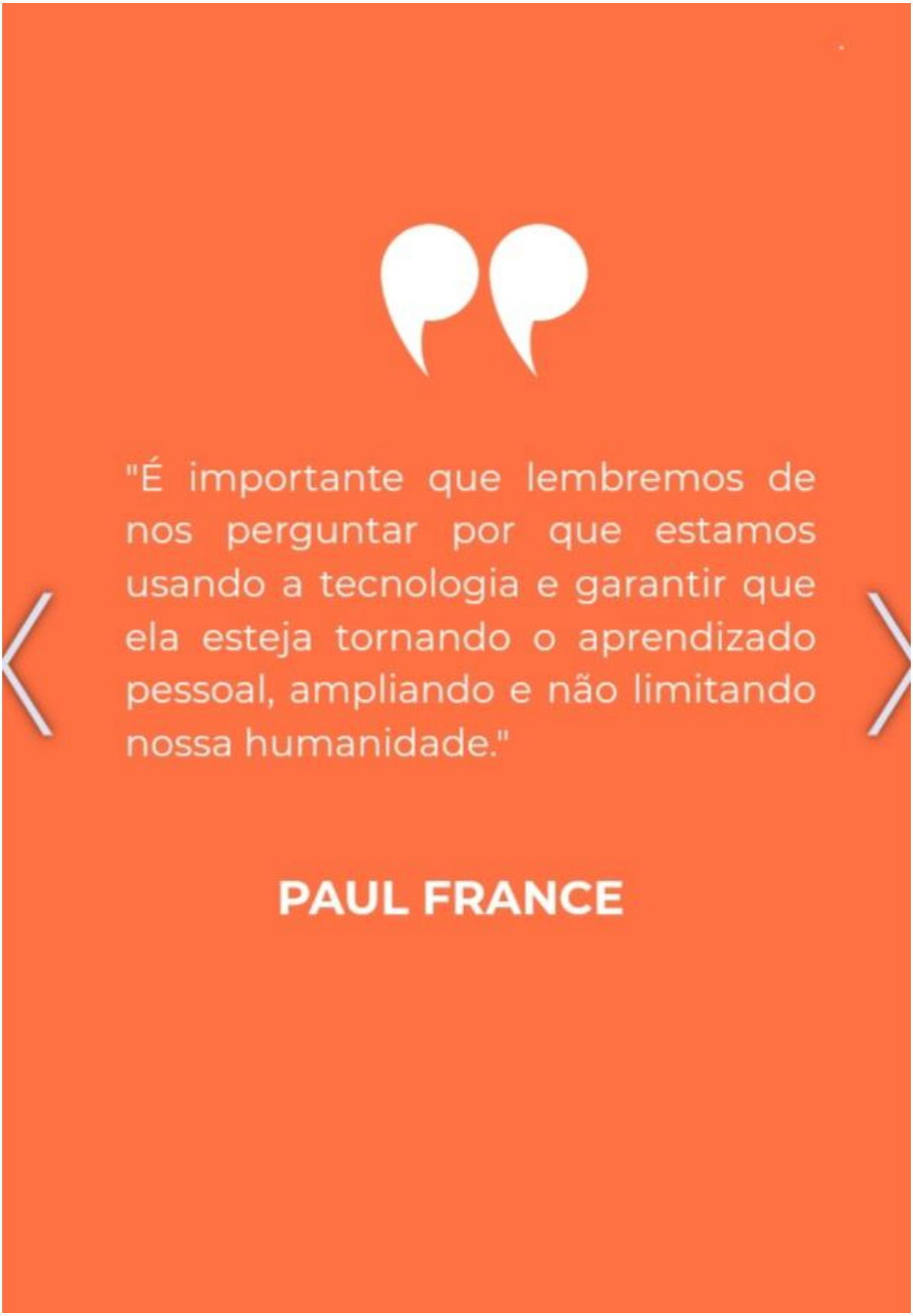
Resumindo, incorporar as TDICs nas práticas pedagógicas e no currículo como objeto de aprendizagem requer atenção especial e não pode mais ser um fator negligenciado pelas escolas. Precisa-se repensar os projetos pedagógicos com o olhar de utilização das tecnologias e recursos digitais tanto como meio, seja, como apoio e suporte à implementação de metodologias ativas e à promoção de aprendizagens significativas, quanto comum um fim, promovendo a democratização ao acesso e incluindo os estudantes no mundo digital. Para isso, é preciso fundamentalmente revisitar a proposta pedagógica da escola e investir na formação continuada de professores.



Além do uso das tecnologias para apoio à prática de ensino, como apresentações digitais, mostras de vídeos, etc., e para o desenvolvimento de pesquisas, alguns relatos propõem o uso das TDICs para promover a criação de conteúdos digitais.

Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação no contexto escolar
Produção: Cursos Mec
Link: www.basenacionalcomum.mec.gov.br

Uma possibilidade para isso é o uso de softwares para a elaboração de histórias em quadrinhos (HQs). Outra possibilidade está na criação de conteúdos midiáticos. Com o uso de ferramentas simples e acessíveis, os alunos podem criar áudios e vídeos para compartilhar as aprendizagens de uma aula ou uma sequência didática.


"É importante que lembremos de nos perguntar por que estamos usando a tecnologia e garantir que ela esteja tornando o aprendizado pessoal, ampliando e não limitando nossa humanidade."
PAUL FRANCE



"O caminho para conetar todas as escolas brasileiras à internet e garantir plenas condições para uso da tecnologia para em benefício do aprendizado envolve a criação e manutenção de infraestrutura fora e dentro das escolas, uso eficiente de uso de recursos públicos e busca de novas fontes de financiamento, boas práticas de gestão em redes e escolas, formação de professores e mobilização da sociedade."

porvir.org




CONTATOS:
revistaedutec.interativa@gmail.com
ACESSE-NOS:
instagram.com/edutec.interativa
instagram.com/unicarioca
www.unicarioca.edu.br
Revista
Nº 1
EDUTEC
2021
Interativa